

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS – FAFICH
DOUTORADO EM CIENCIAS HUMANAS (SOCIOLOGIA E POLÍTICA)

**TRABALHO INFORMAL E CIDADANIA: HETEROGENEIDADE SOCIAL E
RELAÇÕES DE GÊNERO**

Maria da Luz Alves Ferreira

BELO HORIZONTE
DEZEMBRO/2007

MARIA DA LUZ ALVES FERREIRA

**TRABALHO INFORMAL E CIDADANIA: HETEROGENEIDADE SOCIAL E
RELAÇÕES DE GÊNERO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Profª Dra Neuma Aguiar

BELO HORIZONTE
DEZEMBRO/2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS – FAFICH
DOUTORADO EM CIENCIAS HUMANAS – SOCIOLOGIA E POLITICA

Tese intitulada “**Trabalho Informal e Cidadania: heterogeneidade social e relações de gênero**”, autoria de Maria da Luz Alves Ferreira, apreciada pela banca examinadora constituída pelos/as seguintes professores/as:

Prof^ª. Neuma Figueiredo de Aguiar (FAFICH/UFMG orientadora)

Prof^ª. Marlise Matos (DCP-FAFICH/UFMG)

Prof^ª. Paula Miranda Ribeiro (Cedeplar-FACE-UFMG)

Prof^ª. Maria do Carmo Fonseca (Professora Aposentada do Cedeplar)

Prof. Otávio Soares Dulci (PUC Minas Gerais)

BELO HORIZONTE, DEZEMBRO DE 2007

Ao meu pai, Manoel (*in memoriam*), que me amou incondicionalmente durante a sua vida. Muitas saudades! À Jéssica (*in memoriam*): a lembrança do seu sorriso me faz continuar acreditando em dias melhores! E a minha mãe, Conceição, uma grande mulher que, com seu exemplo, me fez ir em busca dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, aparentemente tão solitário, é fruto do esforço de várias pessoas e instituições a quem, neste momento, queremos expressar os nossos agradecimentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas – Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG;

À Professora Neuma Aguiar, orientadora que, com competência e interesse, indicou os caminhos da pesquisa. Suas críticas e sugestões foram imprescindíveis para a concretização deste trabalho;

Aos professores do doutorado, especialmente, Bruno Reis e Vera Alice, pelas discussões propiciadas durante as disciplinas, e a Solange Simões, sempre incentivadora e amiga;

Ao Professor Otávio Dulci, pelo privilégio de tê-lo como amigo há vários anos, pela sua paciência em me ouvir, apoiar e encorajar nos momentos de angústias, partilhando comigo também os momentos de alegria.

Aos colegas de doutorado Marcelo Dulci, Maria Carmem, Cássio, Andréa Silveira, Wilson, Alfredo, Silvio e Márcio, pelo companheirismo e carinho sempre dispensados;

À Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, através do Departamento de Ciências Sociais;

Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, especialmente Dimas, Cláudia, João Batista e Gilmar, pelo incentivo;

Às Faculdades Santo Agostinho, através do Prof. Dr. Elton Dias Xavier, pela bolsa de estudo e pelo apoio nos momentos difíceis;

Aos colegas das Faculdades Santo Agostinho, Kátia, Janice, Ionete, Famblo, Márcio, Helio, Daniel e Willian pela amizade constante e pela ajuda prestada durante duas perdas irreparáveis que sofri durante a trajetória do doutorado.

Às amigas Idalécia, Railma, Magna Inácio e Márcia Bicalho, pela força que me deram, principalmente nos momentos mais difíceis;

À amiga Maria Ângela, “a esplendorosa”, pelo apoio e pelos muitos favores prestados durante as inúmeras viagens a BH;

Às amigas Sheyla, Carol e Geusiane (ontem alunas, hoje colegas), pela ajuda prestada durante a realização dos grupos focais e pela amizade;

Ao Professor José Jorge Santana, pela ajuda na parte estatística.

A Fabiano, pelo apoio em vários momentos da minha caminhada;

A Marluce, que me abrigou em BH durante a realização das disciplinas, pela amizade e convivência prazerosa;

Aos amigos Paulo Araújo e Rógeres Gusmão, por estarem sempre presentes;

A duas pessoas maravilhosas que se tornaram meus amigos desde o tempo do mestrado em sociologia na UnB, Janine e Sullivan: vocês fazem parte desta caminhada;

Ao meu pai por ter me ensinado – mesmo depois de ter partido —, que a morte não nos separa das pessoas que amamos. A lembrança da sua coragem e bondade é que me deu força para concluir esta jornada;

A minha mãe, por estar sempre por perto; A Jane, Kel, Dora, Adolfo, Márcia e Edgar, pela ajuda sempre que solicitada.

RESUMO

Observa-se nas cidades brasileiras um grande número de pessoas inseridas no setor informal, isto é, que exercem suas atividades fora da regulamentação da Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, sem a garantia de qualquer tipo de direitos sociais, como férias, 13º salário, fundo de garantia por tempo de serviço e aposentadoria. O objetivo desta tese foi compreender como as pessoas inseridas no setor informal se organizam para garantir direitos de cidadania quando não puderem mais realizar atividades produtivas. O desenvolvimento da tese compreendeu a revisão bibliográfica sobre o setor informal, com destaque para o exame da relação entre a informalidade e a ilegalidade no âmbito do mercado de trabalho, bem como as principais vertentes sobre a temática na literatura brasileira. Realizou-se também uma reflexão sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Por fim, elaborou-se um breve histórico do surgimento da cidadania e das origens e características da previdência social brasileira. Na parte empírica, optou-se por combinar as técnicas de coleta de dados quantitativa e qualitativa. Na parte quantitativa, analisaram-se os dados da pesquisa “Desigualdades Sociais, Qualidade de Vida e Participação Política: Pesquisa por amostragem probabilística da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Município de Montes Claros, em Comparação Internacional”. Na parte qualitativa, foram realizados grupos focais com pessoas de até 30 anos e acima de 50 anos. O intuito era perceber como os participantes vislumbravam o futuro e se estavam organizando-se para a aposentadoria. A partir da análise dos dados foi possível concluir que: I) o setor informal é bastante heterogêneo; II) as pessoas são motivadas a integrar este setor tanto por estratégia de sobrevivência, como por alternativa de vida; III) há uma disparidade de gênero em relação aos rendimentos dos trabalhadores informais nas regiões investigadas; IV) apesar de demonstrarem certa preocupação com a questão da aposentadoria, poucos dos entrevistados contribuem para a previdência social ou previdência privada.

Palavras-chave: previdência social, trabalho, heterogeneidade, trabalho informal, aposentadoria, cidadania e relações de gênero.

ABSTRACT

In Brazil there are a large number of people working at the informal sector. Those ones do their job outside the employment law and have no access to the basic labor rights, like vacation and retirement. The main aim of this study was to understand how people employed at the informal sector get themselves together in order to guaranty their citizenship's rights when they are not able to work anymore. This thesis includes a bibliography review about the informal sector, mainly a discussion about the relation between the terms formality and illegality and the main studies and research related to this term. Besides, it was made a discussion about the gender inequality at work. At least, it was discussed briefly about the history of the social security and citizenship in Brazil. The chosen methodology of this thesis includes a combination of quantitative and qualitative methods. About the quantitative method it was considered the main data from the research named "Social inequalities, quality of life and politic participation: a probabilistic sample at the cities Belo Horizonte and Montes Claros. The qualitative data was collected through the focal group methodology, involving two groups: one with people until 30 years old and the other one with people above 50 years old. The aim with this methodology was to realize how the participants see the future perspectives and if they were making some plans about their retirement. According to the analysis of the data, it was possible to make the following conclusions: (i) the informal sector is extremely heterogeneous; (ii) the people are motivated to work at this sector because of two main reasons: survival strategy and life alternative; (iii) there is a gender inequality regarding to the workers' income (male x female); although the interviewers seemed to be worried about their retirement, only a few of them pay for social or private security.

Key-words: social security, labor rights, heterogeneity, informal work, retirement, citizenship and gender relations.

LISTA DE QUADROS

1	Grupo de homens acima de 50 anos.....	81
2	Grupo mulheres acima de 50 anos casadas.....	81
3	Grupo de mulheres acima de 50 anos viúvas, solteiras ou divorciadas.....	81
4	Grupo de homens até 30 anos.....	84
5	Grupo de mulheres até 30 anos casadas.....	84
6	Grupo de mulheres até 30 anos solteiras e divorciadas.....	85

LISTA DE TABELAS

1	Idade dos trabalhadores informais.....	89
2	Filhos dos trabalhadores informais.....	89
3	Estado civil dos trabalhadores informais.....	91
4	Jornada de trabalho semanal segundo a forma de trabalho.....	99
5	Bens do domicílio, segundo forma de ocupação.....	100
6	Renda média mensal segundo sexo dos trabalhadores informais.....	120
7	Horas de trabalho semanais segundo sexo dos trabalhadores informais.....	121
8	Resultados do modelo de regressão múltipla - Região Metropolitana de Belo Horizonte - Alocação no mercado formal e informal - Efeitos sobre a renda.....	123
9	Resultados do modelo de regressão múltipla - Cidade de Montes Claros - Alocação no mercado formal e informal - Efeitos sobre a renda.....	123
10	Contribuição para previdência segundo sexo dos trabalhadores informais.....	127
11	Contribuição para a previdência segundo escolaridade dos trabalhadores informais.....	130
12	Expectativa de renda aos 70 anos segundo a forma de ocupação..	135

LISTA DE GRÁFICOS

1	Sexo dos trabalhadores informais	88
2	Quantidade de filhos dos trabalhadores informais	89
3	Renda mensal dos trabalhadores informais em salários mínimos.....	91
4	Grau de escolaridade dos trabalhadores informais da RMBH	93
5	Grau de escolaridade dos trabalhadores informais de Montes Claros	94
6	Renda média mensal em salários mínimos segundo forma de ocupação em Belo Horizonte	97
7	Renda média mensal em salários mínimos dos trabalhadores segundo forma de ocupação em Montes Claros	98
8	Escolaridade dos trabalhadores informais segundo sexo na RMBH.....	117
9	Escolaridade dos trabalhadores informais segundo sexo em Montes Claros	118
10	Contribuição para a previdência segundo faixa etária dos trabalhadores informais	128
11	Contribuição para a previdência segundo estado civil dos trabalhadores informais	129
12	Contribuição para a previdência segundo posição no domicílio dos trabalhadores informais	131
13	Expectativa de fonte de renda aos 70 anos segundo posição no domicílio dos trabalhadores informais na RMBH	137
14	Expectativa de fonte de renda aos 70 anos segundo posição no domicílio dos trabalhadores informais em Montes Claros	138
15	Expectativa de fonte de renda aos 70 anos segundo sexo dos trabalhadores informais na RMBH	139
16	Expectativa de fonte de renda aos 70 anos segundo sexo dos trabalhadores informais em Montes Claros	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1	TRABALHO E HETEROGENEIDADE NO SETOR INFORMAL.....	28
1.1	O setor informal: origens e dificuldades conceituais.....	28
1.2	Informalidade e ilegalidade: relação de emprego fraudulenta?.....	34
1.3	O setor informal: dois enfoques alternativos na literatura brasileira.....	41
1.3.1	O setor informal na perspectiva econômica: estratégia de sobrevivência.....	42
1.3.2	O setor informal na abordagem sociocultural: alternativa de vida?.....	44
2	TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E CIDADANIA.....	49
2.1	Os estudos de gênero.....	49
2.2	As desigualdades de gênero no espaço do trabalho.....	53
2.3	As desigualdades de gênero no setor informal.....	62
2.4	Trabalho informal e cidadania.....	65
2.4.1	Breve histórico do surgimento da cidadania.....	66
2.4.2	A Previdência Social no Brasil: origens e características.....	69
3	A METODOLOGIA ADOTADA.....	75
3.1	Os <i>surveys</i> da RMBH e de Montes Claros.....	75
3.2	Os grupos focais.....	77
3.3	Uma primeira caracterização dos colaboradores dos grupos focais.....	80
4	TRABALHO INFORMAL E HETEROGENEIDADE NA RMBH E NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS.....	86
4.1	Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais.....	87
4.2	O trabalho informal na RMBH e em Montes Claros: estratégia de sobrevivência ou alternativa de vida?.....	94
4.2.1	O que dizem os dados do <i>survey</i> da RMBH e de Montes Claros.....	95

4.3	Vantagens e desvantagens do trabalho informal: a visão dos sujeitos.....	102
4.4	O trabalho informal: o sentido da “escolha”.....	107
5	AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SETOR INFORMAL NA RMBH E DE EM MONTES CLAROS.....	116
5.1	O que dizem os dados da RMBH e de Montes Claros.....	116
5.2	Modelos de regressão.....	121
6	TRABALHO INFORMAL E CIDADANIA: A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS.....	126
6.1	Trabalho informal e cidadania na RMBH e no Município de Montes Claros.....	126
6.2	A perspectiva dos colaboradores dos grupos focais em relação ao pagamento da previdência social.....	132
6.3	Trabalho informal e cidadania: perspectivas para a velhice?.....	134
6.3.1	O que dizem os dados da RMBH e do Município de Montes Claros.....	134
6.3.2	O que dizem os depoimentos dos grupos focais.....	141
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
	REFERÊNCIAS.....	155
	ANEXOS.....	163

INTRODUÇÃO

Já não é mais novidade nas análises da Sociologia do Trabalho o aumento do setor informal¹ (Rivero, 2000; Cacciamali, 1999; Vasconcellos, 1994; Malaguti, 2000; Pamplona, 2001). Ao examinar as contribuições teóricas sobre o tema da informalidade, percebemos que se destacam dois enfoques alternativos: um de cunho econômico e outro de cunho social. A vertente econômica concebe o setor informal como uma alternativa precária, em que os trabalhadores nele inseridos são motivados pela estratégia de sobrevivência. Trata-se de indivíduos que perderam seus empregos no mercado formal e, por não possuírem qualificação para competir, são obrigados a ingressar em atividades informais como única forma de sobreviver².

Para essa vertente, o setor informal resulta do desenvolvimento capitalista, que, ao gerar um exército industrial de reserva, impossibilita a inserção de todos os trabalhadores em postos formais. Assim, muitos se direcionam para a informalidade como meio de garantir condições mínimas de sobrevivência.

¹ Soares (2004) argumenta que dois fatores são responsáveis pelo aumento do setor informal no Brasil: por um lado, o aumento do número de empregados sem registro em carteira de trabalho; e por outro, a redução da diferença de salários entre os trabalhadores com carteira de trabalho assinada e os trabalhadores sem registro em carteira. Ele argumenta inclusive que, depois da educação, a redução da diferença de salários formal/informal foi o fator que mais contribuiu para a redução da desigualdade de salários.

² Soares (2004) no texto *Do informal workers queue for formal jobs ins Brazil?* Verifica que entre as várias dificuldades que os trabalhadores enfrentam para ingressar no mercado formal de trabalho está o fato de a pessoa ter trabalhado informalmente no último emprego. Segundo o autor, se um trabalhador estiver inserido no setor informal, isso vai reduzir a sua chance de conseguir ingressar no mercado formal no futuro, sendo a informalidade a sua única forma de garantia de sobrevivência.

Por outro lado, a vertente de cunho social considera o exercício de atividades informais como uma escolha consciente da maioria dos componentes do setor. Assim, o ingresso em atividades informais não ocorre, necessariamente, pela falta de opção no mercado formal. Concebem o setor informal como um setor heterogêneo composto por indivíduos motivados pela estratégia de sobrevivência e também pela alternativa de vida.

Nessa concepção, o setor informal é o conjunto daqueles que, ao perderem seus empregos no mercado formal, não tiveram alternativa senão migrar para a informalidade (tendo esta atividade como única estratégia de sobrevivência). Além disso, há aqueles que já trabalharam formalmente e optaram por ingressar no setor informal pelos mais diversos motivos (por exemplo: desejo de autonomia em relação a horário, patrões; impedimentos familiares - como relação a maridos e filhos -; possibilidade de obter maiores rendimentos em relação ao mercado formal). Finalmente, há aqueles que ingressaram diretamente nesse setor.

Os autores que tratam da informalidade como uma alternativa precária (Fuentes, 1998; Pamplona, 2001; Soares, 2004) argumentam que as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, a partir da década de 70 do século XX, culminaram em várias crises que abalaram as economias dos países capitalistas avançados e que, inevitavelmente, repercutiram nos países latino-americanos e no Brasil, trazendo, entre outras conseqüências, um grande aumento do setor informal.

Com a reestruturação produtiva, a rigidez do taylorismo/fordismo foi substituída pela especialização flexível³, em que o mercado de trabalho se destaca pela diversidade de profissionais inseridos em formas de produção mutáveis e adaptáveis às demandas.

Desta maneira, os contratos, quando existentes, podem ser curtos ou por tempo determinado. Além disso, é visível a expansão dos índices de desemprego e de instabilidade em relação aos números de empregos formais.

Uma consequência apontada pelos autores (Hirata, 2003; Neves; 2000) é que a reorganização do trabalho conduz a uma mudança paradoxal, pois, se de um lado, abrem-se novas oportunidades para trabalhadores qualificados, (sobretudo o trabalho feminino, criando perspectivas de empregos qualificados em algumas ocupações como engenharia, informática, arquitetura e direito, que antes eram de acesso “quase” que exclusivamente masculino), por outro lado, reforça-se a exclusão dos postos de trabalho, principalmente para as trabalhadoras desqualificadas.

Um elemento importante a ser considerado nesta tese é que as mudanças no processo de trabalho ocorrem de forma diferenciada para cada gênero, uma vez que os pressupostos dessa nova forma de organização do trabalho (a

³ Piore e Sabel, foram os primeiros a analisar o tema da especialização flexível. Para tanto, propuseram um novo paradigma de uma organização econômica que representava um importante espaço para a pequena produção no pós-fordismo. A proposta dos referidos autores parte da noção de especialização flexível, na qual a empresa de menor porte passaria a possuir vantagens comparativamente às grandes empresas, já que nesta nova conjuntura mundial, a produção em grande escala seria gradativamente substituída pela produção em escala menor, de bens e serviços com ciclo de vida curto e em contínua mudança. Para eles, esta situação seria favorável às empresas de pequeno porte, desde que estas conseguissem desenvolver técnicas que pudessem ser rapidamente modificadas para atender às contínuas mudanças na composição da demanda. Para uma análise detalhada ver: PIORE, M; SABEL, C.E. *The Secund Industrial Divide*, Basic Books, New Yorque, 1984.

acumulação flexível, qualificação e autonomia) são raramente aplicados à mão-de-obra feminina⁴. A maior parte do debate em torno da temática não leva em consideração o aspecto importante da divisão sexual do trabalho. Estes novos paradigmas ainda têm como referência universal o trabalhador homem qualificado⁵ (Neves, 2000, e Hirata, 1998 e 2003).

Neves (2000) observa que a expansão da industrialização da década de 70, principalmente com a entrada das multinacionais (que demandaram um maior ingresso de mulheres), não significou um avanço na questão da igualdade entre os gêneros. Ao contrário, tanto as diferenças salariais quanto as ocupações precárias foram mantidas. A inserção das mulheres no mercado de trabalho se caracterizou pela precarização das relações de trabalho e contratos temporários, objetivando a redução dos custos. Para a autora, “ao se falar da qualificação da mão-de-obra no novo contexto produtivo, é importante assinalar as diferenças por gênero” (Neves, 2000, p.172).

Embora não se possam desconsiderar as análises da vertente econômica, que privilegiam a entrada no setor informal por questões ligadas apenas à sobrevivência e nem os efeitos das transformações no mundo do trabalho que, de

⁴ Também Matos (2005) considera que “no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo discriminadas e ganham menos. Cerca de um terço das famílias brasileiras é chefiado por mulheres e ainda persistem índices gritantes de miséria e pobreza – que aceleradamente se feminizam. Mesmo sendo as mulheres mais escolarizadas do que os homens, as profissões de maior legitimidade e prestígio social continuam sob o domínio masculino”. (p.101).

⁵ Embora a desregulamentação da legislação trabalhista realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) tenha promovido várias alterações na legislação trabalhista, na segunda metade da década de 90, tais alterações tiveram os seguintes efeitos: precarização do trabalho com redução dos direitos trabalhistas e previdenciários; liberdade das empresas para contratar e dispensar empregados, reduzindo o custo do trabalho; isenção do Estado das atribuições de proteção dos direitos trabalhistas e previdenciários. Para Freitas (2003), uma consequência especial dessa desregulamentação do trabalho é que aquele/a trabalhador/a precário/a continua disputando vaga nos postos de trabalho não precário. Essa atitude influencia a

certa forma, tiveram como consequência o aumento do setor informal, defendendo a perspectiva de que as pessoas não se inserem em atividades informais apenas por serem parte do “exército industrial de reserva”, mas também movidas por outras racionalidades, tais como a possibilidade de fazer o próprio horário, a ausência de patrão, a possibilidade de auferir maiores rendimentos⁶.

Nesta linha de raciocínio, da heterogeneidade das ocupações no mercado de trabalho brasileiro, destaca-se a pesquisa realizada por Santos (2002) sobre a estrutura de posições de classes no Brasil. O autor desenvolve um sistema classificatório no qual a categoria onde se insere o trabalhador informal é o auto-emprego. Ele classifica três tipos de auto-empregados: 1) os auto-empregados capitalizados, caracterizados por aqueles “que possuem certo nível de controle sobre um capital físico materializado em instalações e equipamentos” (p.88), e identifica como integrantes dessa tipologia os proprietários de lojas, oficinas, fábricas ou ainda de veículos (taxistas, caminhoneiros, etc.); 2) a pequena burguesia urbana, formada por “pequenos empregadores urbanos menos capitalizados, os auto-empregados especializados” (idem); 3) os auto-empregados, que segundo ele, exercem atividades no domicílio próprio, de um sócio ou de um cliente, tais como pedreiros, costureiras, pintores, etc.

movimentação do setor informal, na medida em que os trabalhadores informais se somam aos desempregados na busca de colocação no mercado formal de trabalho.

⁶ Neves (2006), analisando o trabalho informal nos shoppings populares de Belo Horizonte afirma que são vários os motivos que levam os trabalhadores a optar pelo trabalho informal: “a opção pelo trabalho de camelô, de acordo com os relatos, fez-se em função de vários fatores, entre os quais, falta de emprego, dificuldade de inserção no mercado formal acrescido da baixa escolaridade; problemas de saúde que dificultam o ingresso no trabalho formal; baixa remuneração, interesse pelo negócio próprio acrescido da liberdade e da autonomia permitida por esta atividade; necessidade de cuidar dos filhos; influência e incentivo de familiares e amigos que atuavam nas ruas; facilidade no desenvolvimento da atividade, que exigia pouco investimento financeiro e nenhum tipo de qualificação específica”. (p.20). Pela afirmação da autora, observa-se que são

Concordando com Santos (2002), o meu argumento é que a reestruturação produtiva, em que pese à precarização do trabalho, às perdas de direitos, etc., culminou também na complexidade e heterogeneidade do mercado de trabalho, fazendo com que este assumira a seguinte configuração: de um lado, a maioria, aqueles que ficaram à margem dos bons salários e condições de trabalho (podendo estar no mercado formal ou no setor informal), e, de outro, aqueles que, devido a uma boa qualificação, conseguiram manter-se no mercado formal, numa situação de trabalho e salários favoráveis, e, por fim, os informais, aqueles que por terem espírito empreendedor e atributos que possibilitam sucesso em algum tipo de empreendimento, ingressaram e permaneceram no exercício de atividades informais, motivados por uma alternativa de vida.

Como explicitado anteriormente, as relações de trabalho no setor informal são bastante heterogêneas. O setor abriga desde aqueles que são oriundos dos bolsões de pobreza (para quem a informalidade se apresenta como única alternativa de trabalho) até aqueles que, através de ações inovadoras, criam e recriam projetos de inserção social (por meio de atividades informais). Assim, a construção da cidadania se expressa, por exemplo, pelo acesso à aposentadoria - único direito social que os trabalhadores informais poderiam ter se contribuíssem para algum tipo de previdência pública ou privada.

Marshall (1967), analisando a experiência inglesa, identificou três elementos constitutivos da cidadania: 1) o civil, composto pelos direitos necessários à garantia da liberdade individual, como liberdade de expressão e de

várias as motivações que levam as pessoas a ingressarem e permanecerem no exercício de atividades informais.

pensamento; direito à propriedade e à justiça; 2) o político, que corresponde ao direito de votar e ser votado; 3) o social, que compreende desde o direito de bem-estar econômico e segurança ao direito de levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões prevalentes na sociedade.

Portanto, cidadania, para o autor, corresponde ao *status* concedido aos que são membros integrais de uma comunidade, ou seja, todos aqueles que possuem o *status* de pertencimento a um Estado/Nação e que são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes a esse *status*.

Ao analisar as características do setor informal no Brasil sob o enfoque da terceira dimensão mencionada por Marshall, o social, percebe-se uma complexificação para os trabalhadores informais das condições de acesso aos direitos de cidadania. A trajetória de reconhecimento dos direitos sociais no Brasil, estreitamente vinculada à carteira de trabalho, portanto, ao trabalho formal, instituiu uma cultura que reconhece no portador desse instrumento - carteira de trabalho - o cidadão.

Cabe lembrar a análise de Santos (1994) a esse respeito, quando o autor cunha o conceito de *cidadania regulada*. Numa das obras mais citadas pelos estudiosos brasileiros, Santos sugere o conceito de cidadania como um conceito-chave para a interpretação da política econômica e social dos anos pós-30, especialmente para os interessados em “fazer a passagem da esfera da acumulação para a da justiça” (p. 68). Tal conceito em Santos é definido como *cidadania regulada*. Na descrição desse autor, por cidadania regulada entende-se “o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal

sistema de estratificação ocupacional é definido por uma norma legal” (Santos, 1994, p. 68).

O autor apresenta evidências que fundamentam o conceito de cidadania regulada. Para tanto, recorre ao processo embrionário da previdência brasileira, abordando desde a instituição das Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAPs, que nasceram da Lei Eloy Chaves, de 1923. Essas caixas eram organizadas por empresas para assistência aos trabalhadores do respectivo quadro, compensando as deficiências na distribuição de benefícios. Nessas circunstâncias, observam-se os marcos de uma política social compensatória.

Essa política muda sua face após a revolução de 1930, quando o Estado, além de empreender a regulação do processo acumulativo, ao mesmo tempo assume o problema da equidade. O ano de 1933 é o grande marco dessa junção. Nesse ano cria-se o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos – IAPM, e, posteriormente, avança-se na criação de outros IAPs. Uma característica dos IAPs, que, entre outros aspectos os diferencia das CAPs, era que nesses institutos a cobertura previdenciária se dava para uma categoria profissional, ao passo que nas CAPs esta se destinava aos empregados da empresa. Além da competição entre a forma privada (representada pelas CAPs) e a pública (IAPs), que coexistiriam durante todo o período do primeiro governo de Getúlio Vargas, o modelo de assistência por categoria profissional resultava numa grande irracionalidade na prestação de serviços e na diversificação dos benefícios e serviços prestados.

Das CAPs para os IAPs acentuamos a marca de garantia de direitos pela via ocupacional e inserção no mercado formal, e, especialmente, da diferenciação

dos cidadãos pela posição ocupada no processo produtivo. Explicitando esse argumento, Santos (1994, p. 68) afirma: "a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupam no processo produtivo, tal como reconhecido por lei". E acrescenta: "tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece".

A interpretação de Nunes (1997), quando aponta para as gramáticas políticas introduzidas no Brasil a partir de 1930, nos permite aprofundar a compreensão e "validação" do conceito de cidadania regulada, tratado anteriormente, e a forma de reconhecimento profissional.

Entre outras gramáticas, entendidas por esse autor como padrões institucionalizados de relações entre Estado e sociedade, que operam como Instituições integradoras e organizadoras da sociedade brasileira, Nunes (1997) chama a atenção para a instituição do corporativismo. O conceito de corporativismo permite-nos compreender melhor a argumentação de Santos (1994) sobre o processo de regulamentação das profissões no Brasil, quando aponta a definição do sistema de estratificação. Citando Schmitter, Nunes (1997, p. 40) define por corporativismo:

Uma intermediação de interesses em que as unidades constitutivas estão organizadas em um número limitado de categorias singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou permitidas (senão criadas) pelo Estado, e que têm a garantia de um deliberado monopólio de representação dentro de suas categorias respectivas, em troca de observância de certos controles na seleção de líderes e na articulação de demandas e apoios.

Por outro lado, observando as instituições sugeridas no conceito de corporativismo, observa-se, na trajetória brasileira, que, através de instituições

como sindicatos, justiça do trabalho, etc., os trabalhadores formais conquistaram alguns direitos, o que reforçou o significado da integração ao mercado de trabalho. Daí supõe-se que, mesmo com a desregulamentação que se operou nos anos 90, a questão emprego formal continua com um sentido fortemente incorporado no imaginário do trabalhador brasileiro, como um espaço de exercício e direito de cidadania.

De acordo com Santos (1994), ao se correlacionar cidadania e ocupação, surgem “os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho” (p. 68). Portanto, na perspectiva do autor, ficam fora da proteção social “os empregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas igualmente, todos aqueles cujas ocupações, por mais regulares e estáveis, não tenham sido ainda regulamentadas” (idem, ibidem).

Nessa mesma linha de raciocínio - inserção social via mercado de trabalho -, mas introduzindo a questão de gênero, Daly (2000) analisa as experiências de implantação de políticas de bem-estar social na Alemanha e Grã-Bretanha. A autora parte do pressuposto de que, nas sociedades contemporâneas, a condição cidadã sempre esteve anexada à integração ao mercado de trabalho e constatou dois obstáculos para a cidadania moderna que atingem principalmente as mulheres: 1) a não-participação no mercado de trabalho, ou a menor participação das mulheres do que dos homens, 2) a falta de independência financeira, que, em tese, é garantida com o ingresso nos postos de trabalho. Some-se a esses obstáculos o fato de que as mulheres tiveram sua cidadania definida em função de sua situação conjugal, ou seja, as mulheres só obtiveram personalidade legal a partir do momento em que eram casadas.

Para esta tese, além dos argumentos defendidos por Daly, não podemos deixar de considerar que, no caso do Brasil, em nenhum momento houve plena garantia dos direitos de cidadania. O que ocorreu foi que, ao se definir que apenas quem tem emprego formal usufrui a condição de cidadão, apenas algumas categorias de trabalhadores puderam obter esse *status*. Neste caso, como afirma Santos (1994), as raízes da cidadania brasileira não se encontram num código de valores políticos, mas num sistema de estratificação ocupacional, que foi definido por norma legal.

Em decorrência dessas reflexões, os principais objetivos deste trabalho são:

1. Analisar as principais motivações que levam homens e mulheres a ingressarem no setor informal. É somente por sobrevivência? Ou por escolha própria?
2. Verificar como esses trabalhadores pensam no futuro: se eles estão abrindo mão da aposentadoria, ou se estão contribuindo com a previdência social visando à aposentadoria futura;
3. Investigar se as estratégias diferenciadas frente à aposentadoria têm relação com o fato de as pessoas serem de gêneros diferentes;
4. Compreender como as mulheres separadas, solteiras ou viúvas lidam com esta questão e observar com quem fica a responsabilidade de garantia de segurança na velhice;
5. Analisar se as disparidades salariais por gênero no setor informal seguem a mesma tendência do mercado formal.

Devido à complexidade da temática, trabalhamos com três hipóteses. A primeira é que o setor informal é heterogêneo, pois comporta tanto trabalhadores que estão na informalidade movidos pela estratégia de sobrevivência, quanto trabalhadores que estão na informalidade movidos pela estratégia de vida.

A segunda hipótese é que os trabalhadores informais, por exercerem atividades sem regulamentação social, sem garantia de qualquer tipo de direitos sociais, especialmente a aposentadoria por tempo de serviço, e por exercerem atividades precárias e com baixa remuneração, não pagam uma previdência para garantir o futuro quando não puderem mais trabalhar.

A terceira e última hipótese é que, apesar dos diversos avanços da sociedade (políticos, sociais e econômicos), ainda prevalece a representação dos gêneros nos moldes tradicionais, ou seja, a definição dos papéis de homens e de mulheres em que o homem é representado como o provedor e a mulher é a principal responsável pelo cuidado com a casa, filhos e familiares. Neste caso, a expectativa das mulheres de receberem na velhice uma pensão derivada do salário do marido significa que elas não pagam uma previdência futura.

Além desta introdução, esta tese é composta de seis capítulos, mais as considerações finais.

No primeiro capítulo, “Trabalho e Heterogeneidade no Setor Informal”, é realizada uma revisão da literatura que versa sobre o setor informal, as origens e dificuldades conceituais, a relação entre a informalidade e a ilegalidade. Ao final do capítulo, resgatam-se os dois enfoques do setor informal predominantes na literatura brasileira, quais sejam: a perspectiva econômica, que concebe o setor

informal como estratégia de sobrevivência, e a perspectiva social, que classifica o setor informal como alternativa de vida.

No segundo capítulo, “Trabalho, relações de gênero e cidadania”, é desenvolvida uma reflexão sobre o conceito de gênero, seguido de uma discussão conceitual das desigualdades de gênero do mercado de trabalho e de um breve histórico do conceito de cidadania, das origens e características da previdência social brasileira.

No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para a elaboração da tese, ou seja, a combinação das metodologias quantitativa (na qual os dados analisados foram retirados dos *surveys* realizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Município de Montes Claros), e qualitativa, (através da montagem de seis grupos focais, cujo objetivo foi “captar como os colaboradores avaliam o seu ingresso e permanência no setor informal” e “quais são suas perspectivas para o futuro, quando não puderem mais trabalhar”).

Ainda no terceiro capítulo apresentamos o perfil socioeconômico dos colaboradores dos grupos focais.

Os capítulos 4, 5 e 6 são dedicados à análise dos dados empíricos, tanto da parte quantitativa, o *survey* da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Município de Montes Claros, quanto da parte qualitativa, os grupos focais. O quarto capítulo, intitulado “Trabalho informal e heterogeneidade na RMBH e no Município de Montes Claros”, é composto pela análise dos dados empíricos sobre a heterogeneidade do setor informal na RMBH e no Município de Montes Claros. Destacam-se o perfil socioeconômico dos trabalhadores informais, as motivações

do ingresso no exercício de atividades informais (estratégia de sobrevivência ou alternativa de vida), bem como as vantagens e desvantagens do setor informal.

No quinto capítulo, “Trabalho informal, desigualdades de gênero e cidadania na RMBH e no Município de Montes Claros”, é realizada uma análise das desigualdades de gênero no setor informal da RMBH e no Município de Montes Claros, a fim de demonstrar as disparidades de gênero no interior do trabalho informal.

No sexto capítulo “Trabalho informal e cidadania: a perspectiva dos sujeitos”, procurou-se verificar o que os sujeitos investigados pensam sobre a falta de direitos inerentes ao exercício de atividades informais e como estão se organizando em prol de uma vida mais tranqüila na velhice.

Por último, nas considerações finais, são retomados os pressupostos que nortearam esta tese, concluindo que o setor informal é caracterizado pela heterogeneidade; que há disparidade entre a renda de homens e mulheres, amparada nas relações de gênero; e que, apesar de demonstrarem certa preocupação com o futuro, quando não puderem mais exercer atividades produtivas, são poucas as pessoas, tanto na pesquisa quantitativa quanto nos grupos focais, que estão pagando algum tipo de previdência. Conclui-se ainda que permanece no imaginário, tanto de homens quanto de mulheres, que o homem é o responsável pelo provimento material da família, e, portanto, deve proporcionar a reprodução material desta, quando as mulheres não puderem mais produzir. Esta representação permanece forte no sentido de que, mesmo na velhice, as mulheres devem depender dos seus maridos, ficando clara, desta maneira, a construção do lugar social diferenciado para homens e mulheres na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1 – TRABALHO E HETEROGENEIDADE NO SETOR INFORMAL

Neste capítulo, pretende-se fazer uma revisão da literatura que versa sobre o setor informal, com destaque para as primeiras tentativas de conceituar a informalidade, a relação desta com a ilegalidade e os dois enfoques do setor informal na literatura brasileira.

1.1 O setor informal: origens e dificuldades conceituais

As primeiras tentativas de conceituação do setor informal iniciaram-se no final dos anos 60 e início dos anos 70⁷. A partir desse momento, foi inaugurada uma terminologia que situava a informalidade como parte da estrutura econômica, ou seja, pertencente à estrutura produtiva onde se localizariam as atividades de pequeno porte, contrária às atividades formais, que são compostas de empresas de grande porte (Pamplona, 2001).

A partir daí, esta noção difundiu-se amplamente, assumindo diversos conteúdos, conforme o contexto e o autor. Apesar de suas inúmeras variações, o setor informal continua sendo associado com a condição de trabalho precário, num processo segmentado de produção ou de prestação de serviços, mantendo-se numa posição de subordinação em relação ao sistema formal de produção.

⁷ Neste período, técnicos da Organização Internacional do Trabalho realizaram duas pesquisas sobre a temática da informalidade: uma na África, sobre o Quênia, e outra na República Dominicana. Quem primeiro utilizou o conceito foi Keith Hart, em 1971, a partir dos resultados da pesquisa realizada no Quênia. Além destes, destacam-se também estudos realizados pelo Programa Regional Del Empleo para a América Latina Y el Caribe – PREALC.

Em termos de uma tipologia mais abrangente, o setor informal compreende unidades produtivas, com base familiar, trabalho autônomo e empregos domésticos. Em geral, não predomina o trabalho assalariado, podendo ocorrer marginalmente, sem obedecer à legislação trabalhista. Como no setor há uma forte presença de unidades familiares, é significativo o emprego de mão-de-obra não remunerada. De acordo com esta concepção, o setor informal abrange o conjunto de atividades autônomas destinadas à produção e à prestação de serviços, caracterizando o trabalho informal como o trabalho “por conta própria”⁸ (Cardoso, 2000; Ferreira, 2000).

Cacciamali (1999) afirma que, a partir do relatório da OIT e dos estudos do PREALC, surge uma nova categoria analítica, que procura compreender as razões pelas quais a rápida industrialização gera atividades organizadas com base no trabalho assalariado e com nível de remuneração distante do que se pratica neste setor, situando-se próximo daquele das atividades tradicionais. Para ela, os estudos supracitados são importantes no sentido de estabelecer critérios para definir os setores formal e informal.

Tokman (1987) mostra que a grande contribuição da pesquisa da OIT consiste em romper com a forma dual que concebe o mercado de trabalho como moderno, em contraste com o atrasado. Assim, os conceitos de formalidade e informalidade são adotados como enfoque alternativo. O setor formal é identificado como um setor produtivo, moderno, com atividades econômicas mais

⁸ Este termo foi utilizado por Prandi (1978, p.25) como: “O conta própria reúne grande diversidade de trabalhadores para os quais o desempenho de tarefas, no âmbito da divisão social do trabalho, depende quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria – que se alia muitas

lucrativas, e o setor informal delimitado como componente da pequena atividade produtiva urbana (Idem, 2001).

Moreira (1998) aponta as seguintes características das unidades produtivas urbanas: geralmente não existe uma separação entre o espaço doméstico e o espaço da produção; o dono do empreendimento é também proprietário dos meios de produção; a maioria dos ajudantes e trabalhadores é de membros da família do proprietário; há utilização de técnicas simples, e, normalmente, a organização e regulamentação das relações de trabalho são também informais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística adotou, nas duas pesquisas realizadas sobre economia informal urbana⁹, os critérios definidos pela 15ª Conferência do Trabalho da OIT, realizada em janeiro de 1993, para a operacionalização do setor informal:

1. Os estudos devem partir da unidade produtiva, e não do trabalhador individual ou da ocupação que ele exerce;
2. O setor informal é composto por unidades econômicas, não agrícolas, que têm como principal objetivo a geração de renda, ou seja, o mercado, e não o autoconsumo;

vezes, ao uso da força de trabalho de membros da família – necessitando de baixa ou quase nula capitalização”.

⁹ O IBGE realizou duas pesquisas sobre a Economia Informal Urbana, uma em 1997 e outra em 2003. O instituto considera que “pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias” (2003:5). Embora o IBGE considere que os empregados domésticos pertencem ao setor informal, esta categoria foi excluída das referidas pesquisas, ou seja, eles investigaram apenas aqueles que trabalhavam por conta própria e os empregadores. Quanto à metodologia, a pesquisa foi feita por amostra de domicílios urbanos, onde se buscou identificar empregadores com até cinco empregados e trabalhadores por conta própria. Os resultados apontam que o setor

3. A atividade informal é caracterizada pelos seguintes elementos: produção em pequena escala, pouco ou nenhum nível de organização e a não distinção entre capital e trabalho.

Portanto, a partir dos critérios expostos acima, a existência do setor informal é vinculada ao mercado de trabalho, principalmente, em relação ao ingresso, pois não há exigência de grande qualificação para o exercício de atividades informais, tais como o comércio de rua ou ambulante, pequenas unidades produtivas urbanas, prestação de serviços, entre outras. A informalidade é originada do excedente da mão-de-obra do setor formal (Pollak e Jusidman, 1997).

A partir do relatório da OIT, houve uma tentativa de padronização e ampliação do uso do conceito. Mas, como afirma Lautier (1997, p.59), “esta incrível noção é única na história das Ciências Sociais; malgrado os milhares de textos que lhe são dedicados, ela jamais recebeu uma definição precisa o bastante para permitir um consenso mínimo”. Ao contrário, as análises mais recentes tendem a considerar o setor informal como heterogêneo, e, como tal, são também caracterizados os seus componentes, tanto em relação ao trabalho, como a aspectos como idade, sexo, renda, educação e outros.

Embora não se verifique na literatura que versa sobre o tema uma definição rigorosa de setor informal, este conceito tem sido muito utilizado nas pesquisas recentes sobre o mercado de trabalho, sobretudo na América Latina, em estudos

informal brasileiro é constituído em sua maioria por trabalhadores por conta própria (88%) e 12% de empregadores.

que visam analisar a realidade socioeconômica dos países do Terceiro Mundo¹⁰. Nestes países, por um lado, há o setor moderno da economia - o mercado formal -, caracterizado por propriedade impessoal, produção em grande escala, uso de tecnologia sofisticada, rotatividade de grande volume de capital, mão-de-obra qualificada e dificuldade de entrada nos postos de trabalho; por outro, o setor atrasado - o setor informal -, considerado de fácil acesso pela inexistência de barreira à entrada, propriedade individual e/ou familiar, produção em pequena escala, jornadas intensivas de trabalho e falta de regulamentação do mercado, conseqüentemente sem acesso aos direitos previdenciários (Klein, 1990).

De acordo com Pamplona (2001), o setor informal comporta uma dinâmica própria, com atores sociais específicos, atividades variadas, bem como relações diferenciadas de compra e venda para públicos diversificados. Por conseguinte, o setor informal é composto pelas seguintes categorias: trabalhadores autônomos, empregadores com até cinco empregados, trabalhadores domiciliares, trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira assinada e empregados domésticos.

Embora alguns autores, entre eles Lopes (1996), destaquem que o setor informal sempre foi analisado como um fenômeno secundário (sendo gerado nos “bolsões de pobreza”, constituído, predominantemente pela mão-de-obra desqualificada), o próprio autor admite que, com a nova configuração do mercado de trabalho - a reestruturação produtiva -, o setor informal deixou de ser definido apenas como uma alternativa para a resolução de problemas de geração de

¹⁰ Que são caracterizados pela existência de dois mercados de trabalho distintos, com atividades diferenciadas, mas muitas vezes complementares.

empregos da classe dos despossuídos, para transformar-se, também, em alternativa atrativa de trabalho. Ao comparar o nível de remuneração dos trabalhadores do setor informal com o nível de remuneração dos postos formais, é possível constatar que um grande contingente de trabalhadores (com qualificação para o trabalho) opta pela informalidade, em detrimento da vaga no setor formal. Isso afirma a complexidade e heterogeneidade que marca o setor informal, a qual é corroborada pela afirmação de Pamplona (2001, p.227): “a enorme heterogeneidade que marca o setor informal (e o auto-emprego) não nos permite dizer que estar no setor informal significa necessariamente as piores condições de trabalho”, ou seja, não são apenas os pobres urbanos que estão inseridos na informalidade, o setor informal pode ser uma fonte de renda razoável para um grupo de trabalhadores.

Ainda dentro desta perspectiva da heterogeneidade que marca o setor informal, o estudo de Lopes (op. cit.) é elucidativo, ao afirmar que, no contexto atual, a economia informal não pode ser associada unicamente à situação de exclusão social, mas deve ser entendida como um fenômeno crescente dentro da nova configuração social exigida pelo mundo moderno. Portanto, embora seja mais acentuada em extratos mais pobres da população, também “sente-se nas cidades, cada vez maior, a participação da economia informal de níveis mais altos da sociedade, conduzidos por um processo de reestruturação do trabalho que exige cada vez mais o trabalho individual” (p.27).

1.2. Informalidade e ilegalidade: relação de emprego fraudulenta?

Um dos fatores distintivos entre os setores formal e informal é a concepção de que o setor informal constitui-se de atividades econômicas executadas à margem da legislação. Essa organização do trabalho fora da regulamentação de leis e das formas contratuais foi denominada por Cacciamalli (1999) de economia submersa¹¹, informal ou não regulamentada.

Portanto, “a regulação em geral, assim como a legalidade em particular, converteram-se em ferramentas conceituais chaves para analisar o setor informal e prescrever soluções” (Dalbosco e Kuyumjian, 1999, p.205). Dessa forma, a idéia amplamente difundida é de que o setor informal, por operar em mercados não regulamentados, constitui-se de atividades clandestinas realizadas à margem da lei.

A questão da regulamentação é crucial para redesenhar as relações formais e informais, pois, “quanto mais a sociedade se institucionaliza, os atores sociais, ao tentarem escapar das regulamentações, tornam mais aguda a separação entre a economia formal e informal. (...) a existência da economia formal e institucionalizada é pré-condição para a emergência da sua contraface: a economia informal não regulamentada” (Tomazini, 1995, p.33).

O trabalho de Noronha (2003) é bastante profícuo para a compreensão da relação entre informalidade e ilegalidade e/ou falta de regulação social, já que ele

¹¹ Segundo Cacciamalli, a economia submersa está associada a atividades ilícitas ou proibidas por lei como o tráfico de drogas, por exemplo. Já o trabalho informal, embora não seja regulamentado, é aceito e às vezes até incentivado, até mesmo como forma de enfrentar o desemprego. Para uma análise mais aprofundada ver Cacciamalli (1999).

aponta as principais tendências analíticas na literatura brasileira: 1) a oposição formal/informal na perspectiva dos economistas, que vinculam a informalidade ao subemprego e atividades periféricas não rentáveis; 2) o justo/injusto na concepção da opinião pública, que concebe a formalidade apenas para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada; 3) a oposição legal/ilegal do ponto de vista dos juristas, que adotam a fórmula da legalidade/ilegalidade. Para eles, “não há contratos formais ou informais, mas apenas legais ou ilegais” (Noronha, 2003, p. 115).

Estas três concepções do setor informal apontam para um único viés, ou seja, a denominação de informalidade deriva da ordem jurídica, que associa o trabalho informal à inexistência de carteira de trabalho assinada. O formal é, então, aquele setor onde há a regulamentação do trabalho a partir da carteira assinada.

Uma objeção feita pelo autor a tal análise é que, sendo o formal delimitado a partir do contrato de trabalho, ou seja, da legalidade, tudo aquilo que não seja regulamentado por este é considerado ilegal. Assim, os “diversos tipos de contratos informais, sejam os claramente ilegais (ou criminosos, como por exemplo, o trabalho escravo), sejam os trabalhos familiares” (Noronha, 2003, p. 112), são tratados como fenômenos uniformes e de fácil explicação. Entretanto, o autor ressalta que, ao se adotar esta concepção de informalidade, tem-se apenas uma visão parcial e um limitado poder explicativo dos motivos pelos quais o país apresenta contratos atípicos convivendo com os contratos legais, reforçando a heterogeneidade do mercado de trabalho em geral.

A falta de regulamentação jurídica no setor informal tem conseqüências para os componentes deste setor de trabalho, assim como para o próprio processo de trabalho, pois os trabalhadores não participam dos benefícios da legislação trabalhista, tais como salários, encargos sociais e condições de trabalho, que em tese, estariam presentes no mercado formal¹² e perdem, ou não ganham, identidade e consciência de pertencimento a uma categoria ocupacional. Essa falta de acesso às condições de trabalho envolve também a não observância de normas, como higiene, segurança no trabalho e uso regulamentado do espaço urbano para o exercício de atividades informais¹³ (Cacciamali, 1999).

Ainda em relação a esta questão - da informalidade com a falta de regulamentação -, a literatura salienta que os agentes institucionais do Estado são tolerantes com a economia informal, devido ao seu funcionamento como “colchão amortecedor”¹⁴. Além disso, o Estado não tem, muitas vezes, recursos para solucionar essa situação. Alguns países, especialmente os da América Latina, já começam a considerar, inclusive, a hipótese de abertura de espaço para o setor informal, como uma possível forma de redução da taxa de desemprego¹⁵.

¹² Apesar da desregulamentação da legislação trabalhista discutida anteriormente.

¹³ Essa situação é verificada principalmente com relação aos vendedores ambulantes e camelôs, que, na maioria das vezes, ocupam espaços como praças e passeios públicos, colocando em risco a própria segurança e a de seus ajudantes (quando existem), como também a de pessoas que transitam nas áreas.

¹⁴ O colchão amortecedor corresponde àqueles indivíduos que se engajam no setor informal para se defenderem das crises econômicas, tendendo a retornar ao setor formal em períodos de crescimento. Ver Lopes (1996).

¹⁵ No Brasil, a partir da década de 90, o Estado começou a implementar políticas de apoio ao setor informal através da concessão de crédito e da capacitação dos/as trabalhadores/as. Dentre elas, destacam-se o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER e o Brasil Empreendedor. O PROGER foi criado em 1994 pelo Ministério do Trabalho, e tem por finalidade a concessão de linhas especiais de crédito, sendo o público alvo os trabalhadores autônomos do setor informal, microempresas formais. Tomei (1999) considera que ao incluir os trabalhadores do setor informal no programa, o governo federal reconheceu o potencial deste setor como medida de combate ao desemprego. “Esta medida indica um avanço significativo nas políticas ativas de emprego do País,

Em relação à intervenção do Estado na tentativa de regulamentação e/ou formalização do setor informal, uma análise interessante é feita por Offe (1989), que considera que os órgãos institucionais devem elaborar algum mecanismo para formalizar as “formas de atividades externas ao mercado de trabalho”. Segundo esse autor, estas formas desempenham a função de “coordenar a força de trabalho com ocupações concretas e, em parte, de suprir o próprio trabalhador com meios de subsistência não derivados da compra e venda da força de trabalho” (Offe, 1989, p.97).

A proposição do autor é que os governos ou agentes institucionais tomem o trabalho informal - denominado por ele de “externo ao mercado” e “não contratual” -, como um elemento promissor e necessário para a sociedade do trabalho. Assim, são imprescindíveis esforços no sentido de formalizar essas atividades como “novas formas de trabalho autônomo”.

Ele sustenta a tese da existência de pré-condições estruturais favoráveis à formalização de atividades informais e apresenta três razões para que se invista nessa formalização. A primeira razão relaciona-se às possibilidades, tanto objetivas quanto subjetivas, de os trabalhadores ingressarem em atividades onde

ao reconhecer, pela primeira vez, a importância do setor informal em termos econômicos e sociais, bem como o seu caráter duradouro, e ao ressaltar a necessidade de maximizar seu potencial quanto à criação de emprego e renda” (pág. 326). O Programa Brasil Empreendedor foi lançado em outubro de 1999, com a intenção de fortalecer as microempresas e empreendedores do setor informal, através da liberação de linhas de crédito, capacitação gerencial e assessoria técnica. O principal objetivo é a geração de renda, bem como a criação e manutenção de postos de trabalho. Estas iniciativas institucionais de geração de emprego e renda, apesar de não terem conseguido, no plano empírico, alterar os níveis de rendimentos e as condições de trabalho destes/as trabalhadores/as – têm tomado parte de projeto político e dos planos de governos, principalmente devido ao agravamento da situação do desemprego experimentado após os anos 80. São iniciativas interessantes, pois a partir de 2003 o governo federal já investiu mais de R\$ 45,8 bilhões em linhas de crédito do PROGER. Em 2005 foi lançado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - o PMNPO, voltado preferencialmente para os microempreendedores do setor informal. Para uma análise mais detalhada ver Cardoso (2000) e Rivero (2000).

inexiste a subordinação ao salário. Esta razão é associada, principalmente, a transformações culturais ou ao que ele denomina de “mudança de valores” e/ou “alternativa de vida”.

A segunda razão apontada pelo autor é o surgimento de uma demanda de bens e serviços que o setor informal pode produzir a um preço abaixo do mercado formal. A terceira é a perspectiva da redução da oferta de postos de trabalho no mercado formal, configurando o fim do “pleno emprego”. Neste caso, o argumento defendido é que os governos enfrentem essa situação do mercado de trabalho com políticas mais realistas, e a possibilidade de redução do desemprego - através da formalização de atividades informais - deve ser considerada como alternativa política. De acordo com Offe (1989, p.103), “a esfera do trabalho informal deve ser desenvolvida econômica e organizacionalmente, e revalorizada como um caso normal de atividade útil, reconhecido institucionalmente, que possa ser livremente escolhido e abandonado, como acontece no mercado de trabalho”¹⁶.

¹⁶ Em Montes Claros, uma das estratégias do poder público municipal foi a construção de um Shopping Popular para agregar os vendedores ambulantes que se concentravam em uma das praças centrais da cidade. A partir da utilização de um recurso da previdência dos funcionários públicos municipais, o empreendimento pôde ser concretizado. Trata-se de uma arquitetura moderna (ver foto em anexo), considerada por muitos como uma prática inovadora no sentido de agregar os informais, mas que desperta alguns questionamentos: qual a vantagem da construção desse shopping? Foi apenas pensando na praça que estava sendo destruída? Será que a construção desse espaço não faz parte de uma estratégia de formalização do informal a médio ou longo prazo? É interessante destacar que a estratégia de construção do Shopping Popular, em que pese ter sido uma “solução” para resolver o problema da ocupação da praça supracitada, é uma forma de legalizar a ilegalidade, pois todos os trabalhadores que ocupam as lojinhas o fazem sem pagar nenhum tipo de imposto. Mas, ao mesmo tempo, de vez em quando se verifica pelos noticiários veiculados na cidade que fiscais da Prefeitura apreendem alguns produtos pirateados, como cds e DVDs. A contradição é que ao mesmo tempo em que “proíbem” a venda de alguns produtos piratas, permitem a venda de outros, visto que a grande maioria dos produtos que são comercializados no referido local é oriunda do Paraguai e muitas vezes os produtos são falsificados, sem nenhum tipo de nota fiscal ou garantia. Isto corrobora o argumento defendido por Offe (1989) de que o Estado está institucionalizando a atividade formal útil, mesmo que esta

Apesar de entender a importância do setor informal como forma de enfrentar o desemprego, Offe ressalta que podem existir objeções à institucionalização dessas atividades consideradas externas ao mercado de trabalho, que derivam de grupos como os profissionais liberais e os sindicatos representantes da categoria de trabalhadores de serviços públicos. Tais objeções se dão, na maioria das vezes, porque esses grupos são contrários ao desenvolvimento da oferta de serviços concorrente a eles.

O autor propõe como saída desse impasse um projeto que regulamente a remuneração do trabalho informal, onde exista uma padronização do apoio institucional. Para ele, esta é uma alternativa possível para resolver o problema do fim da sociedade do pleno emprego, já que, em sua opinião, os governos estão tendo que enfrentar e solucionar o problema do desemprego sempre presente - em proporções diferentes - em quase todos os países do mundo.

Portanto, defende a institucionalização das atividades informais, que para ele funcionam como mecanismo alocativo, importante como forma de enfrentar o problema do fim da “sociedade dos empregados”¹⁷, que não pode ser resolvido pelo mercado formal, mas sim pela “institucionalização de modos informais de atividade útil” (Offe, 1989, p.105).

Offe ressalta que o surgimento e crescimento de atividades informais não regulamentadas se devem a dois motivos: 1) o setor informal é concebido por

institucionalização não passe, pelo menos a princípio, pela legalização das atividades informais. Em relação ao direito de aposentadoria nada mudou, já que esse projeto não resolve esta questão para os trabalhadores informais.

¹⁷ Já que é consenso que nas últimas décadas e em quase todos os países do mundo têm diminuído os postos de trabalhos formais.

sindicalistas como uma forma de enfraquecer os sindicatos, pois essa categoria de trabalhadores não é enquadrada na legislação sindical; 2) os impactos da reestruturação produtiva, que teve como uma de suas conseqüências o acirramento da concorrência internacional. Assim, essa nova organização do trabalho mundial pressupõe a diminuição dos custos de trabalho para possibilitar a competição entre todos os países, sejam eles desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Outra discussão interessante, em relação à falta de regulamentação social do trabalho informal, é realizada por Siqueira (1998), que chama a atenção para o fato de que não se pode considerar o exercício de atividades informais como uma simples conseqüência da falta de regulação, pois estar produzindo bens e serviços de modo informal tem como causa não só a ilegalidade, mas, também, a falta de oportunidades de emprego. A autora destaca ainda o fato de o cumprimento de todos os requisitos legais¹⁸ - em termos de trâmites e prazos - ser difícil, não só para os pequenos empreendedores¹⁹ do setor informal, como também para as grandes empresas do mercado formal.

¹⁸ Segundo Siqueira (1998), para fazer o registro de uma microempresa o proponente terá que recorrer a quatro instâncias: 1) a Junta Comercial do Estado, local onde é solicitada a ficha de cadastro nacional de empresas (números I e II). A primeira contém dados da empresa, e a segunda, denominada "quadro societário", contém dados dos sócios (se houver), escritura do imóvel (se proprietário) ou contrato de locação, contrato social e declaração de microempresa. Com esses requisitos, o proponente obtém o número da inscrição do Registro Comercial. 2) a Receita Federal, onde será requerida a aprovação do Cadastro Geral do Contribuinte – CGC. Para isso é preciso apresentar os seguintes documentos: ficha cadastral de pessoa jurídica; quadro societário; comprovante de residência; contrato social registrado, cópia de CPF e identidade do proprietário. 3) a Secretaria de Estado da Fazenda para requerer o documento de inscrição estadual. Esta será aprovada mediante apresentação dos seguintes documentos: declaração cadastral; contrato social registrado; CGC; cadastro do contabilista (a obrigatoriedade deste item é devida ao fato de o contador ser o responsável pela contabilidade da empresa); escritura da propriedade ou contrato de locação de onde será o funcionamento da empresa; documentos pessoais do proprietário e declaração de microempresa. 4) a Prefeitura Municipal para registro definitivo. Este será concedido aproximadamente 30 dias depois de entregues os documentos tais, como: Inscrição Estadual; CGC; contrato social; Imposto Predial e Territorial Urbano.

¹⁹ Aqui nos referimos ao conceito utilizado pelo IBGE que classifica como empreendedor do setor informal o proprietário da unidade produtiva que tenha até cinco empregados.

Não se pode deixar de destacar também que a maioria dos empreendimentos informais caracteriza-se pela produção em uma escala tão pequena que muitas vezes não dá para cobrir os custos com a legalização. É importante salientar que, na grande maioria das unidades produtivas informais, os trabalhadores geralmente são parentes, e tanto os “empregadores” quanto os “trabalhadores” têm um objetivo único, a garantia da sobrevivência. Segundo a autora, “é importante destacar que mesmo não sendo a ilegalidade o único e específico fator definidor da informalidade, é um fator importante, sobre o qual se baseia a delimitação ou definição da informalidade, pois é um fator estruturante das relações de trabalho, estabelecidas no setor informal” (Siqueira, 1998, p.24).

Enfim, outro problema em relação à falta de proteção social é o fato de a maior parcela dos trabalhadores sem registros ser contratada sem a observância de regulamentações do mercado de trabalho e não ser enquadrada, como os trabalhadores com carteira assinada, às regras do contrato por tempo indeterminado e da organização sindical. Portanto, esses trabalhadores não têm acesso aos seguintes direitos sociais: aviso prévio, férias, 13º salário, PIS/PASEP, FGTS e aposentadoria. Além disso, não sendo sindicalizados, não se beneficiam das resoluções dos acordos coletivos e tampouco podem usufruir do seguro-desemprego quando perdem seus empregos.

1.3 O setor informal: dois enfoques alternativos na literatura brasileira

Na revisão da literatura brasileira que versa sobre o tema do setor informal, verifica-se a predominância de dois enfoques alternativos: por um lado, aqueles

que em suas análises privilegiam os aspectos econômicos e consideram a lógica do mercado como determinante da inserção na informalidade; por outro lado, as análises de cunho social, que consideram as preferências individuais dos atores como determinantes das opções de trabalho. As duas não são divergentes, e sim complementares, já que convivem dentro de uma mesma estrutura econômica, como será discutido a seguir.

1.3.1 O setor informal na perspectiva econômica: estratégia de sobrevivência

Os autores que defendem esta perspectiva econômica partem do pressuposto de que o aumento do setor informal é um fenômeno estrutural do modo de produção capitalista. Associam-no à concepção marxista e identificam os integrantes do setor informal como aqueles pertencentes ao exército industrial de reserva, que, apesar de estarem em idade e condição ativa, encontram-se disponíveis no mercado para serem explorados pelo capital. Neste contexto, os trabalhadores informais, perante a dificuldade de conseguirem emprego no setor formal, seriam obrigados - para sobreviver - a sujeitar-se a qualquer tipo de atividade. Geralmente essas atividades são caracterizadas por longas jornadas, pequena remuneração e nenhuma qualificação técnica (Cacciamalli, 1999; Fuentes, 1998; Pochmann, 1996; Singer, 1996 e Malaguti, 2000).

A vertente de cunho econômico analisa o setor informal sob a ótica da produção capitalista, vendo-o como parte da esfera produtiva decorrente do setor formal. De acordo com esta lógica, os setores formal e informal existem de forma concomitante dentro de um mesmo mercado regido pelo sistema produtivo. Parte

dessas pesquisas relaciona o setor informal com o número excedente da força de trabalho componente de um mercado de trabalho heterogêneo, desigual em relação ao recrutamento da mão-de-obra, tanto no tocante à qualificação quanto à forma de salários, sendo o excedente da mão-de-obra do setor formal responsável pela expansão do setor informal.

Noronha (2003) classifica as abordagens econômicas sobre o setor informal em três vertentes: a velha informalidade (subemprego); a informalidade neoclássica e a nova informalidade. Para a vertente da velha informalidade, anos 60 e 70, esta é resultante da transição econômica geradora de uma massa de desempregados, subempregados ou trabalhadores informais, oriundos das áreas rurais, ou seja, dos migrantes que se aglomeravam nas cidades industrializadas. Havia uma visão negativa da informalidade associada aos empregos precários. A abordagem neoclássica, no Brasil, refere-se à década de 90 - a era do pós-fordismo - e explica a informalidade da classe média. Para ela, “a informalidade é vista como positiva, por ser o meio pelo qual o mercado corrige os efeitos negativos de normas rígidas do mercado de trabalho” (Noronha, 2003, p.119). Já a abordagem da nova informalidade apresenta duas visões: a negativa - observando que as mudanças no mundo do trabalho culminaram no desemprego e no emprego precário; e a positiva - que representa uma mudança estrutural nas relações de trabalho, já que “o contrato de trabalho tradicional não se ajusta às novas tecnologias e às práticas gerenciais” (idem, p. 120).

1.3.2 O setor informal na abordagem sociocultural: alternativa de vida?

Além da abordagem de cunho econômico, que considera a lógica do mercado como fator determinante do setor informal, existe também a abordagem de cunho social, que considera as formas de organização informal da produção uma escolha consciente para a maior parte dos componentes deste tipo de atividade. Dentre os autores que privilegiam esta vertente, destacam-se Vasconcellos (1994), Vidal (1996), Martins & Dombrowski (1996), Siqueira (1997), Reinecke (1999), Nunes (1999) e Rivero (2000).

Geralmente esses autores consideram que os trabalhadores, ao optarem pela informalidade, o fazem de forma racional, calculando algumas vantagens - possibilidade de auferir ganhos maiores do que recebiam no mercado formal, flexibilidade da jornada, acesso contínuo a parcela dos rendimentos, inexistência de chefia e possibilidade de ascensão social. O ingresso no setor informal costuma acontecer, na maioria das vezes, depois de saída voluntária do mercado formal.

De acordo com esta perspectiva, as pessoas que exercem atividades informais, geralmente por não terem outra fonte de renda a não ser aquela fruto do exercício de atividades, renovam sua condição de sobrevivência ou de vida. Assim, em diversos espaços urbanos, as mudanças nas formas de organização da produção são cada vez mais direcionadas para os pequenos estabelecimentos informais, que configuram as novas alternativas de geração de trabalho e renda. Portanto, a solução do desemprego não é o emprego, mas o trabalho em suas diversas formas.

Para a vertente social, não são informais os indivíduos, mas suas atividades. A informalidade tampouco é um setor estático da sociedade, mas uma das formas mediante a quais os trabalhadores excluídos do mercado formal encontram possibilidades para não cair na marginalidade social.

Nesta linha de raciocínio, destaca-se o trabalho realizado por Rivero (2000) sobre os processos de informalização do trabalho no Rio de Janeiro. A autora parte do pressuposto de que as pessoas, ao optarem pelo trabalho informal, consideram as características do mercado, as possibilidades de inserção social que este oferece e também realizam uma “auto-avaliação subjetiva das próprias características, ou seja, o que eles podem oferecer ao mercado” (p.2). Para ela, as motivações da escolha não são apenas fatores econômicos, neste caso, a renda. Levam em conta outros fatores, tais como o número de horas de trabalho que se tem de cumprir, a possibilidade de decidir a atividade, as redes pessoais a que os informais recorrem para conquistar e atender a uma clientela, a relação com fornecedores, entre outros.

Diferentemente das análises econômicas que partem, primordialmente, da lógica do mercado como fator definidor do ingresso e/ou permanência na informalidade, o setor não se distingue somente como um setor de fácil acesso, um espaço aberto à mão-de-obra excedente. Ele é uma forma de produção e prestação de serviços que requer um determinado requinte no comando dos instrumentos de trabalho e um tipo “próprio” e específico de qualificação profissional, constituindo-se em um entrave para a entrada das pessoas não possuidoras dessas virtudes e habilidades.

Os defensores da vertente sociocultural também destacam a heterogeneidade do setor informal e o consideram formal não apenas pela presença daquelas que foram excluídas do mercado formal, mas também por aquelas que, mesmo tendo a oportunidade de estarem inseridas nos postos de trabalho formais, optam pelo exercício de atividades informais - como é o caso dos autônomos, conta própria e pequenos empregadores com até cinco empregados. Para eles, o que marca o setor informal é uma enorme heterogeneidade, pois “há trabalhadores na informalidade por escolha e trabalhadores na informalidade por falta de melhor opção” (Pamplona, 2001, p.276).

O que é central nesta perspectiva é o fato de os trabalhadores, ao ingressarem em atividades informais, calcularem algumas vantagens como: flexibilidade da jornada de trabalho (possibilidade de fazer o próprio horário, mesmo que na maioria das vezes trabalhem bem mais que os formais); possibilidade de ter uma renda superior à que recebiam no mercado formal; acesso contínuo a uma parcela dos rendimentos (ou seja, não ter que ficar 30 dias esperando pelo dia do pagamento); inexistência de chefia (possibilidade de ser o próprio patrão) e perspectiva de ascensão social.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar que essas análises não consideram o lado negativo da escolha, pois, ao optarem pelo trabalho informal, os trabalhadores estão, além das supostas vantagens, contraindo desvantagens já que, de modo consciente ou inconsciente, abrem mão de direitos que seriam assegurados no mercado formal, tais como aposentadoria, seguro desemprego, garantia de um plano de saúde e férias regulamentares.

Essa visão da heterogeneidade do setor informal é partilhada por Klein (1990), quando considera que as empresas componentes do setor informal urbano desempenham atividades produtivas importantes, seja como microempresas na produção de bens ou empresas dedicadas a comércio e serviços. O argumento defendido por ele é que as unidades produtivas e/ou microempresas do setor informal são vinculadas ao setor formal, através da compra e venda tanto de insumos quanto de produtos finais.

Para ele, nem todas as pessoas que exercem atividades informais são parte do excedente da mão-de-obra do setor formal, ou seja, não necessariamente os ocupados na informalidade estão nesta inseridos porque não encontraram emprego nos postos de trabalho formais. Ao contrário, estudos realizados na América Latina confirmaram que algumas atividades permitem uma renda superior a determinadas ocupações no mercado formal, como é o caso dos microempresários e dos trabalhadores autônomos. Ele defende, ainda, que muitos trabalhadores preferem exercer atividades autônomas a se tornarem assalariados.

Também Santos (2002) aborda o problema da heterogeneidade do trabalhador informal, que ele denomina de auto-empregado. Para ele, na sociedade brasileira essa categoria profissional comporta tanto o auto-emprego precário (o biscateiro), quanto o profissional liberal (auto-empregado especialista), por exemplo. O autor defende a importância da utilização da categoria auto-emprego porque esta pode congrega tanto a “pequena burguesia, formas de trabalho precário e assalariados disfarçados” (Santos, 2002, p.77).

Isto posto, no próximo capítulo será feita uma reflexão sobre trabalho, relação de gênero e cidadania, com destaque para os estudos de gênero, e a

constituição dos direitos de cidadania, bem como as características da previdência social no Brasil.

CAPÍTULO 2 – TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E CIDADANIA

Este capítulo traz uma reflexão sobre o conceito de gênero. O texto é composto pela discussão conceitual do mercado de trabalho desde a perspectiva das relações sociais de gênero e também por um breve histórico do conceito de cidadania e das características da previdência social brasileira.

2.1 Os estudos de gênero

A partir do final dos anos 80, uma nova terminologia passou a ser utilizada nos estudos sobre a mulher: estudo de gênero. Aguiar (1996) afirma que, antes da cunhagem do conceito de gênero, autores, como Parsons, já na década de 1940, estabeleciam a diferença entre papéis sexuais para analisar as funções sociais da família; ou seja, como homens e mulheres desempenhavam papéis dentro da organização familiar. Esse autor considerava que as funções de homens e mulheres eram diferenciadas: enquanto à mulher se associaram funções afetivas, como o cuidado com filhos, aos homens foi associada a função instrumental - prover a família (alimentação, moradia, etc.). Parsons não estabelecia a diferenciação entre homens e mulheres em termos de poder, pois considerava os papéis sexuais como complementares, ou seja, sua teoria não oferecia possibilidades de análise para o lugar social de homens e mulheres que não tivessem referência institucional. Os valores dominantes determinaram as expectativas sociais, e homens e mulheres se adequaram a essas expectativas sociais.

Aguiar (op.cit.) discute ainda as perspectivas analíticas de dois autores: Goffman (1979), que, através da dramaturgia social, considera a dimensão de gênero como uma representação, influenciada pelos padrões culturais, definindo a constituição da masculinidade e da feminilidade; e Garfinkel (1967), que se utiliza de “casos de dubiedade biológica, para demonstrar como rituais expressivos do comportamento de mulheres ou de homens são apreendidos através da interação sendo racionalmente manejados no desempenho de papéis sexuais, enfatizando, assim, a construção social da identidade de gênero” (Aguiar, 1996, p.10).

Um ponto importante nas várias análises sobre a temática de gênero é que os estudiosos dessa área, entre os quais Nicholson (1994), privilegiam a passagem do sexo ao gênero, abandonando as explicações biológicas para explicar as relações entre homens e mulheres. Segundo a autora, o que tem perdurado ao longo da evolução das sociedades são as explicações das diferenças de sexos, o que é dado biologicamente quando observadas as diferenças físicas, naturais e, portanto, fixas entre homens e mulheres.

Sayers (1982) e Haraway (1994) também analisaram a questão. A primeira situou a categoria gênero entre os pólos do essencialismo biológico e do construcionismo social, não optando pela defesa de um ou do outro; a segunda, a partir da análise crítica do enfoque marxista, optou pela desconstrução do conceito de sexo (como diferença sexual), em favor da construção social do sexo.

Assim, o biológico é o primeiro dado e serve para classificar os seres humanos como machos ou fêmeas. Já para a construção social, a identidade do gênero masculino e do gênero feminino dependerá de cada cultura. Então, ser

homem ou ser mulher não se reduz apenas aos caracteres sexuais, mas, fundamentalmente, a uma série de atributos morais e comportamentais que são socialmente produzidos e compartilhados.

Scott (1995) utiliza o gênero como uma categoria analítica, ou seja, um instrumento metodológico de entendimento das relações entre homens e mulheres, da construção, reprodução e mudança das identidades de gênero. A autora define essa categoria a partir de duas premissas: 1) “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p.86).

A autora privilegia as relações de gênero e as relações de poder que são derivadas das relações sociais, na medida em que o gênero constrói o poder, a partir de uma distribuição diferencial, acarretando um acesso diferenciado de homens e mulheres aos recursos materiais e simbólicos. Portanto, a categoria gênero postula que as relações entre os sexos são aspectos primários da organização social, que a construção da identidade masculina e feminina é determinada culturalmente e que as diferenças entre os sexos constituem e são constituídas pelas relações sociais - uma vez que, transversalmente, colocam em mútua relação, em todos os âmbitos sociais, a diferença entre os sexos (Idem, 1995).

Além das análises discutidas acima, destaca-se ainda a teoria de Butler (2003). A autora considera que não existe distinção/oposição alguma entre sexo e gênero. Para ela, o que existe é uma descontinuidade entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos.

Ao propor a desconstrução do caráter imutável do gênero, Butler chama a atenção para o aspecto de que tanto sexo como gênero são construções sociais e, dessa maneira, desloca as dicotomias sexo/natureza e gênero/cultura, enfatizando o gênero como meio discursivo que estabelece o sexo como pré-discursivo. O efeito é a construção cultural que denominamos de gênero²⁰.

Em relação ao objeto desta pesquisa, pode-se afirmar que as sociedades, ao longo da história, produziram/produzem e mantêm as diferenças de gênero, através de processos sociais.

Por conseguinte, a diferenciação de gênero reproduz o sistema de relações sociais incorporado na maneira como as instituições, especificamente o mercado de trabalho, são organizadas, diferenciando os sexos. Neste contexto, a construção do gênero no mercado de trabalho é produto das formas pelas quais são designadas as funções baseadas no sexo, ou seja, determinadas funções reconhecidas como mais apropriadas para as mulheres e outras para os homens. Assim sendo, normalmente o trabalho executado por homens é mais valorizado do que o executado pelas mulheres. Há construções de gênero no emprego, por parte de patrões e empregados. Porém, de acordo com Butler, o desempenho de gênero pode recriar papéis, atribuindo-lhes novos significados.

²⁰ A dualidade do sexo em um domínio pré-discursivo é uma das formas pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo é assegurada de modo eficaz. A autora busca, então, analisar o desempenho social na análise de gênero.

2.2 As desigualdades de gênero no espaço do trabalho

Foi sobretudo a partir da década de 70, marco do crescimento da força de trabalho feminina, que a Sociologia do Trabalho incorporou em suas pesquisas a temática da divisão sexual do trabalho e a discussão sobre a divisão social do trabalho²¹. A partir de então, o trabalho deixa de ser um elemento sem sexo, para se transformar em uma categoria sexuada, ou, como define Souza-Lobo (1991), de dois sexos distintos.

Até o presente momento, as discussões em torno da temática do trabalho feminino, apesar de destacarem a importância da variável sexo como elemento na divisão do trabalho, reforçavam o argumento da diferença biológica e naturalizante como fator determinante das relações de trabalho entre homens e mulheres e, conseqüentemente, afirmavam a inferioridade da mulher no mercado de trabalho (Bruschini, 1997).

Nas últimas décadas, as análises em torno da divisão sexual do trabalho (Neves, 2000; Hirata, 1998) têm incorporado a dimensão do gênero. Esta incorporação apresenta um efeito desmistificador da divisão do trabalho, como uma questão meramente econômica, dividida entre os sexos - masculino e feminino - assumindo que é, além de tudo, uma dimensão simbólica e cultural que só poderá ser satisfatoriamente explicada a partir do uso da categoria gênero.

Em relação ao mercado de trabalho, um aspecto importante é a mudança no conceito do trabalho que, antes dos anos 70, era entendido apenas como

trabalho remunerado ou produtor de bens alocáveis ao mercado. Com a incorporação da atividade doméstica, também como categoria analítica, ocorreu a ampliação do debate sobre as várias interfaces do trabalho, ou seja, trabalho realizado para o mercado, trabalho realizado no espaço doméstico, trabalho de homens e trabalho de mulheres.

As discussões na Sociologia do Trabalho passaram a ser feitas em torno de questões como a construção de identidades pelo trabalho, que configurou o trabalho feminino com menor valor real e simbólico em relação ao masculino e também a oposição masculino-feminino. A partir de então, o mercado de trabalho passou a retratar as discriminações sofridas pelas mulheres na esfera pública, incentivando, apesar de algumas mudanças, a persistência da diferença entre o trabalho de homens e mulheres.

Com a inserção das trabalhadoras no mercado, a tendência verificada é a de segregar as mulheres em determinados setores industriais e em algumas ocupações específicas. Por exercer, na maioria das vezes, funções definidas como menos qualificadas, as mulheres percebem um rendimento menor, sendo sempre mantidas, hierarquicamente, em posição inferior à dos homens e, geralmente, em condições precárias de trabalho. O que se verifica é que, embora as mulheres tenham ocupado determinados espaços importantes, em termos de rendimentos, isso não traduz em alteração. Pois, como afirma Bruschini (2000), a tendência no Brasil é pela persistência das desigualdades salariais entre os sexos.

²¹ A partir desse período, tem sido possível identificar, em nível teórico, tentativas no sentido de desconstrução das generalizações acerca do trabalho assexuado, que indicavam com maior ou menor visibilidade uma perspectiva, a supremacia do trabalho masculino ao feminino.

Com relação à precariedade do trabalho feminino, um aspecto a ser destacado é que, com as mudanças no mundo do trabalho decorrentes da especialização flexível, as mulheres têm sido requisitadas (mais do que os homens) para executarem atividades que exigem habilidades naturalizadas (ligadas aos saberes femininos), como destreza manual, atenção a detalhes e paciência para realizar trabalhos repetitivos. Entretanto, essas habilidades não são consideradas como qualificação, fazendo com que as trabalhadoras continuem sendo submetidas a salários inferiores aos dos homens.

Pesquisas mais recentes²² sobre trabalho de mulheres enfatizam o substancial crescimento do ingresso da força de trabalho feminina nos postos de trabalho, mesmo que não caracterize mais uma alternância²³, devido à interrupção da carreira profissional da mulher, em função da maternidade e retorno após o crescimento dos filhos. Não tem havido, entretanto, mudanças na forma como as mulheres se inserem no mercado, muito menos transformações no sentido de promover a igualdade salarial entre as profissões masculinas e femininas. Verifica-se a presença massiva de mulheres em condições de trabalho precário, sem carteira assinada e com instabilidade no trabalho.

Na verdade, o que se verifica é um paradoxo: por um lado, uma tendência inovadora, que é a conquista de melhores empregos pelas mulheres com maior escolaridade; por outro lado, a predominância dos guetos femininos, ou seja, “ocupações com elevada concentração de mulheres, bem como de desigualdades

²² Trata-se de pesquisas sobre o trabalho feminino realizadas pela Fundação Carlos Chagas e Fundação Seade, por exemplo.

salariais entre os trabalhadores de ambos os sexos, mesmo nos bons empregos” (Bruschini e Lombardi, 2003, p.323).

Hirata e Kergoat (2003) defendem a tese de que a baixa valorização do trabalho da mulher em relação ao trabalho do homem é relacionada a dois fatores interligados: a divisão sexual do trabalho e as relações sociais entre os gêneros. Sobre a divisão sexual do trabalho, as autoras afirmam que os homens, ao se representarem e serem representados como os principais executores de outras atividades produtoras de rendimentos, são dispensados do trabalho doméstico; já as mulheres, por desejarem e/ou necessitarem ingressar no mercado de trabalho, têm que fazer a articulação com o trabalho doméstico.

Daune-Richard (2003), ao analisar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho francês, destaca que o fato de as mulheres estudarem mais (41% das mulheres na faixa dos 25 aos 34 anos têm escolaridade superior, contra 33% dos homens na mesma faixa etária) não contribui para que elas alcancem maior acesso a ocupações qualificadas. Ao contrário, mesmo com escolaridade igual, há uma desvalorização dos diplomas das mulheres. Enquanto os homens se inserem em cargos técnicos industriais, as mulheres se concentram no setor terciário, e, neste caso, os empregos femininos são sempre menos qualificados. Por fim, a autora relata que, mesmo quando exercem as mesmas ocupações, as mulheres auferem uma renda inferior.

A explicação que a autora dá é que “a construção social do trabalho qualificado repousa fundamentalmente nos processos de diferenciação entre os

²³ Segundo Bruschini (1998), até a década de 70 as mulheres ingressavam no mercado de trabalho e, quando tinham os filhos, saíam do emprego para cuidar da família e só retornavam

tipos de tarefas e entre os trabalhadores que as executam” (Daune-Richard, 2003, p.71). Portanto, as identidades profissionais são identidades sexuadas²⁴ que são criadas e recriadas constantemente. Mesmo quando as mulheres têm acesso aos espaços identificados como masculinos, isto é representado como uma perda da feminilidade e/ou uma transgressão de valores.

A análise de Baudelot (2003) segue essa direção e é elucidativa, ao tentar explicitar as relações de gênero no contexto do trabalho. De início, ele tenta situar a desigualdade a partir da seguinte questão: o estado da arte do trabalho feminino é progresso, estagnação ou retrocesso?

A principal conclusão do autor é que, sobretudo na França, apesar de vários avanços, permanecem algumas diferenças. Os trabalhadores do sexo masculino desenvolvem funções de destaque e de poder, as funções dominantes. Já as trabalhadoras exercem principalmente atividades no setor de serviços, ou seja, em “funções relacionais da lei não escrita” (Baudelot, 2003, p.315).

Embora tenham-se observado progressos - a maioria dos novos empregos é feminina, bem como a criação de ocupações femininas e aumento do nível de escolaridade das mulheres em comparação ao dos homens -, efetivamente, não houve uma mudança qualitativa em relação à divisão do trabalho e à hierarquia de sexo no universo da família. O problema da desigualdade de gênero no mercado de trabalho continua porque as mudanças não acabaram com a segregação existente no contexto anterior.

quando os filhos estivessem maiores.

²⁴ A autora dá o exemplo da profissão de enfermeira. Segundo ela, mesmo que a profissão exija o domínio de novas tecnologias e de uma mudança do perfil do profissional, ela ainda é fortemente representada como uma atividade de “cuidar do outro”, que por muito tempo foi realizada por

Direcionando nossa reflexão para o caso brasileiro, Aguiar (1994, p.8) deu uma contribuição importante, quando analisou as desigualdades de gênero e raça²⁵ no Rio de Janeiro. Ela constatou que, na esfera dos valores, há uma delimitação dos espaços entre homens e mulheres. A elas atribui-se o espaço doméstico, e a eles “prover as necessidades de subsistência das mulheres e dos demais membros do grupo doméstico que permanecem em casa”.

Tal separação, de acordo com Aguiar (idem), “acentuou-se nas sociedades capitalistas afluentes, com a especialização das mulheres no trato da família, permanecendo assim na dependência econômica dos homens“. Neste contexto, mesmo que a mulher ingresse maciçamente no mercado de trabalho, seja por fatores culturais ou econômicos, este ingresso é pautado por distinções de gênero - reproduzindo simbolicamente as características da atividade desempenhada no espaço doméstico e culminando com a baixa qualidade dos empregos e a conseqüente disparidade salarial entre homens e mulheres.

Segundo a autora, um dos aspectos da desigualdade entre homens e mulheres é o fato de o poder dominante (na maioria das vezes exercido por homens) entender que a principal ocupação feminina é ligada ao espaço privado, como a maternidade e a casa. Por isso, à mulher é atribuído um rendimento inferior ao do homem, ante o suposto de que suas prioridades estão limitadas à família, e não à empresa. Aguiar afirma ainda que é necessário explicitar esta

religiosas, como uma vocação. Interessante é que desvinculam a vocação da profissão, e se é por vocação, quem é tradicionalmente identificada com a função de cuidar é a mulher.

²⁵ Embora consideremos a questão racial como uma variável importante para as discussões sobre desigualdades de gênero, nesta tese optamos por não trabalhar a partir deste viés de análise.

prática recorrente nas empresas, como uma forma de chamar a atenção para a segmentação da atividade feminina.

A importância das análises sob o enfoque das relações de gênero consiste em desvendar como o lugar, desprovido de poder e ocupado pelas mulheres, situa-se no contexto de ampliação das desigualdades sociais. Uma das formas de diferenciação de gênero expressa-se pela dependência econômica das mulheres com relação aos homens; quando há remuneração desigual das mulheres no mercado de trabalho, estas se dedicam, exclusivamente, ao trabalho doméstico, não remunerado, ou, mesmo quando elas deixam o trabalho doméstico, buscam emprego e só se empregam em um número restrito de ocupações (Aguiar, 1994, p.12).

Todavia, essa mesma autora afirma que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho é um fator fundamental para a transformação das relações entre homens e mulheres. Mesmo que as diferenças de gênero permaneçam, a inserção é uma das possibilidades de minimizar a dependência econômica das mulheres. Aguiar destaca ainda que, embora as mulheres ainda se concentrem em atividades de *status* inferiores, tem ocorrido avanço em seu ingresso no espaço público, especialmente em cargos que antes eram ocupados prioritariamente pela mão-de-obra masculina.

Para Bruschini e Puppini (2004), os fatores explicativos do aumento da contratação da mão-de-obra feminina são as mudanças ocorridas no país, sobretudo depois dos anos 70, e que podem ser compreendidas pelas transformações de ordem demográfica, social e cultural, que afetaram não só as mulheres, mas o conjunto das famílias.

As autoras enumeram alguns fatores explicativos em relação à participação das mulheres no mercado de trabalho:

1. A queda da fecundidade nas cidades mais desenvolvidas, liberando as mulheres para os postos de trabalho;
2. A expansão da escolaridade (especialmente de cursos superiores), que viabilizou o acesso das mulheres ao mercado de trabalho em novas ocupações;
3. As transformações culturais nos valores relativos ao papel social da mulher, impactado pela atuação do movimento feminista;
4. A alteração da constituição da identidade feminina voltada para o trabalho produtivo, resultante da atuação das mulheres nos espaços públicos.

Para Bruschini e Puppini (op. cit.), o trabalho feminino é marcado por mudanças e persistências. Apontam como mudanças a alteração do perfil de trabalhadoras dos anos 1980, que era composto geralmente por jovens, solteiras e sem filhos, passando a ser integrado por mulheres mais velhas, casadas e com filhos.

Portanto, a responsabilidade de cuidar dos filhos, tradicionalmente reconhecida como atividade feminina, não se constitui mais em empecilho para o ingresso das mulheres nos postos de trabalho. A maior participação pode ser explicada tanto pela necessidade de complementar a renda familiar como pela elevação da escolaridade, que qualifica as mulheres para competirem no mercado, embora persistam ainda piores condições para o trabalho feminino²⁶.

²⁶ Geralmente atividades precárias e informais, além da dupla jornada, pois mulheres se vêem obrigadas a conciliar a atividade profissional com suas responsabilidades domésticas e familiares, sobretudo quando têm filhos pequenos.

Nessa linha de raciocínio, Cappelin (2004) considera que a entrada das mulheres no mercado de trabalho, com algumas exceções, não se deu com paridade salarial em relação aos homens. O que se verifica é a presença maciça de mulheres em trabalhos atípicos (trabalho temporário, trabalho parcial, trabalho em domicílio e trabalho informal), que contribui para a continuidade das relações assimétricas entre os gêneros no mercado de trabalho, tanto em relação à remuneração, quanto à marginalização das mulheres.

Portanto, na perspectiva da autora, essas formas de trabalho atípicas são sempre associadas à discriminação horizontal, resultando nos baixos salários, na falta de garantia de direitos de proteção social e, conseqüentemente, na limitação de investimentos em qualificação profissional (o que, na maioria das vezes, inviabiliza a ascensão em carreiras promissoras).

Outro fator identificado por Cappelin é a complexificação da discriminação das mulheres, que, antes da década de 80, restringia-se ao ingresso no mercado de trabalho. Atualmente, a discriminação é difícil de ser detectada, pois ultrapassa a fronteira das questões profissionais, chegando à divisão sexual do trabalho.

2.3 As desigualdades de gênero no setor informal

Conforme discutido na primeira seção, o setor informal caracteriza-se por uma forte heterogeneidade, ora apresentando-se como uma alternativa promissora de trabalho, ora como uma alternativa precária para aqueles que foram excluídos do mercado formal e não encontraram alternativa a não ser o exercício de atividades informais. Outro aspecto que marca a heterogeneidade do referido setor são as desigualdades de gênero, na medida em que se verifica, com exceção de alguns trabalhos, que são praticamente inexistentes dados sobre esse setor na vertente de pesquisas sobre o trabalho feminino.

A pesquisa realizada pela *Comisión Económica para América Latina y El Caribe – CEPAL* (1997), sobre o Setor Informal Urbano no México, mostrou que, na América Latina, nas últimas décadas, tem havido uma grande feminização do setor informal. Um dos motivos mais contundentes são as barreiras encontradas no acesso ao trabalho formal, pelas trabalhadoras. O setor informal, ao contrário, caracteriza-se pela facilidade de entrada, exigência de baixa qualificação profissional e possibilidade de flexibilizar os horários de acordo com a disponibilidade das trabalhadoras.

Segundo a pesquisa, percebe-se que o setor informal feminino é composto de três tipos de categorias profissionais: trabalhadoras por conta própria no próprio espaço domiciliar, vendedoras ambulantes (que exercem o trabalho “fora de casa”) e trabalhadoras assalariadas (que, apesar de serem contratadas, não contam com regulamentação alguma, tanto em termos de contratação como de remuneração).

Ainda de acordo com a pesquisa da CEPAL, a principal razão pela preferência do trabalho informal em domicílio é a possibilidade de conciliar a atividade com a realização de tarefas domésticas.

Outro aspecto importante a ser destacado é que, no setor informal, se reproduz, tal qual no formal, a segregação do trabalho feminino. Constatou-se que os rendimentos das mulheres perfazem apenas 59% dos rendimentos masculinos. Com relação às categorias ocupacionais, verifica-se que as mulheres do setor informal concentram-se majoritariamente em atividades comerciais (32%), seguidas por atividades domésticas (28%), atividades artesanais (11%), setor de serviços (10%) e vendedoras ambulantes (9%)²⁷. Os homens, contrariamente, tendem a se concentrar em atividades comerciais (52%) e serviços de reparos (23%). A segregação do trabalho feminino é constatada pelo fato de 23% das mulheres ganharem menos de um salário mínimo, contra 11% de homens com a mesma faixa salarial (Idem, 1997).

Outra contribuição importante nessa linha de análise foi realizada por Pollack²⁸ (1997), que também verificou a segregação da atividade ocupacional feminina no setor informal. De acordo com este estudo, no mercado informal os homens tendem a se concentrar em postos hierarquicamente superiores, enquanto as mulheres estão concentradas, em sua grande maioria, em atividades consideradas eminentemente femininas como atividades familiares não remuneradas e emprego doméstico.

²⁷ A soma das variáveis não é igual a 100% devido à exclusão da categoria "outros".

²⁸ Ver POLLAK, Molly "Reflexiones sobre los indicadores del mercado de trabajo para el diseño de políticas con un enfoque basado en el género. Comisión Económica para a América Latina y El Caribe. Santiago de Chile, 1997.

Em relação ao caso brasileiro, Bruschini e Ridenti (1993, p. 89) consideraram que as mulheres constituem um contingente expressivo do setor informal. Para elas, “no setor informal prevalece o caráter doméstico da atividade feminina. Assim sendo, as pesquisas acabam subestimando a atuação do trabalho feminino, diluído no mito da dona de casa, e obscurecendo o fato de as mulheres conciliarem muitas vezes os afazeres domésticos com o trabalho informal”.

Este argumento também é partilhado pela Aditepp²⁹, em pesquisa que revela que a situação no setor informal é mais adversa para as trabalhadoras do que para os trabalhadores. De acordo com os dados, acentuam-se as desigualdades de gênero, sendo os rendimentos femininos até 50,9% inferiores aos masculinos. Os pesquisadores vislumbraram como razão para essa diferença a presença crescente das mulheres em atividades informais e também o fato de cerca de 50% das mulheres trabalharem em tempo parcial. Tal jornada de trabalho possibilita a conciliação do trabalho com afazeres domésticos e educação de filhos.

As diferenças por gênero atestam que as próprias mulheres sentem dificuldades em assumir a importância do seu papel profissional, como uma contribuição importante no sustento da família, e não meramente como uma atividade coadjuvante nessa manutenção. A representação do gênero que reconhece o marido como provedor persiste no espaço do trabalho informal.

²⁹ Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos – Organização não Governamental localizada no Estado do Paraná, que tem ação voltada para a educação popular através de assessorias, cursos e treinamentos. A pesquisa foi apresentada no evento Gênero e Trabalho do I encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil, Brasília, 2000.

O estudo da Aditepp corrobora a tese de Valensuela (1999) em relação à segregação do trabalho feminino no setor informal. De acordo com a autora, no Brasil, este setor é segmentado conforme o gênero em relação ao local de trabalho, sendo que a grande parcela dos homens exerce as atividades informais fora de casa (comércio, prestação de serviços) e as mulheres, na maioria das vezes, trabalham no próprio domicílio (costura, produção de salgados e doces diversos e, principalmente, serviços domésticos). A autora demonstrou que, em relação aos rendimentos, o setor informal tendia a seguir a segmentação do setor formal: enquanto no informal os homens recebiam em média o equivalente a três salários mínimos, as mulheres recebiam 2,4. Em suma, a segmentação por gênero persiste, com poucas exceções, qualquer que seja o ramo de atividades no qual as mulheres estão inseridas.

2.4 Trabalho informal e cidadania

Como foi explicitado, uma das principais características do trabalho informal é a insegurança, devido à falta de direitos, tais como férias, 13º salário, PIS e aposentadoria por tempo de serviço, entre outros. Por isso, um dos objetivos deste trabalho é verificar o que os trabalhadores do setor informal pensam a respeito da aposentadoria – já que este é um dos poucos direitos sociais a que eles poderiam ter acesso a partir de uma articulação própria, ou seja, de contribuições regulares para um tipo de previdência pública ou privada.

Nesta sessão será feita uma discussão do tema cidadania, cujo intuito é contextualizar a implantação dos direitos civis, políticos e sociais; além deste,

tratar-se-á também da instauração da Previdência Social no Brasil e da perspectiva de obtenção de direitos sociais pelos trabalhadores informais da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Município de Montes Claros. Pretende-se, a partir da articulação destas questões, alcançar o entendimento sobre como pensa sobreviver na velhice a população investigada.

2.4.1 Breve histórico do surgimento da cidadania

A referência obrigatória para a discussão do histórico da constituição dos direitos de cidadania é o livro *Cidadania, Classe Social e Status*, de Marshal (1967). Através da análise da experiência inglesa, o autor desenvolveu uma visão ampla do processo de mudança nas relações sociais e políticas, a partir do reconhecimento dos direitos. Ele os subdividiu em três esferas: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais³⁰.

Ao caracterizar sua tipologia dos direitos, o autor partiu do pressuposto de que a sociedade capitalista se divide em classes cujas relações sociais são marcadas pela desigualdade, e destacou que, inicialmente, surgiram os direitos civis no século XVIII. Tais direitos eram relacionados à composição dos direitos necessários à garantia das liberdades individuais, tais como ir e vir, liberdade de pensamento e expressão, bem como o direito à propriedade e à justiça.

³⁰ Estes direitos não surgiram simultaneamente, levando alguns séculos até que todos se integrassem, sendo que a “cidadania plena” seria típica apenas do século XX.

Os direitos políticos, alcançados no século XIX, são relacionados à “liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal, etc.” (Vieira, 1997, p.22).

O terceiro elemento dos direitos de cidadania, os direitos sociais, praticamente inexistentes no século XVIII e início do século XIX, surgiu a partir do desenvolvimento de leis trabalhistas e da implantação da educação pública, atingindo no século XX um plano de igualdade com os direitos civis e políticos. A noção de direitos sociais não se restringia apenas ao direito mínimo de bem-estar econômico, mas também, de modo amplo, ao direito de viver como um ser civilizado de acordo com os padrões vigentes numa sociedade.

Embora os direitos sociais só tenham se consolidado no século XX, inicialmente, os três direitos se confundiam numa mesma instituição: “esses três direitos estavam fundidos num só. Os direitos se confundiam porque as instituições estavam almagamadas” (Marshall, 1967, p.64).

Para o autor, foi a partir da separação entre as instituições nas quais os três elementos da cidadania se fundiam que cada um passou a ter autonomia. Desta forma, no século XIX os direitos civis e políticos se consolidaram e, no século seguinte, foi a vez dos direitos sociais.

A institucionalização dos direitos civis como elementos da cidadania não entrava em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista, já que estabelecia, prioritariamente, os direitos relacionados à propriedade, sendo, portanto, indispensáveis à economia de mercado. Neste sentido, o *status* uniforme da cidadania substituiu o *status* diferencial da classe, ou família. Contudo, aquele ofereceu o fundamento da igualdade no qual a estrutura das desigualdades da

sociedade capitalista foi consolidada. Assim, a igualdade postulada pelos direitos civis dizia respeito à capacidade legal de lutar por algum objetivo que a pessoa desejava. Entretanto, não assegurava a posse de nenhum deles. Mesmo que nos séculos XVIII e XIX existissem direitos que garantiam a igualdade perante a lei, não existia a garantia de efetivação desta, na medida em que o aparato jurídico, muitas vezes, não estava ao alcance de todas as pessoas.

As desigualdades da sociedade capitalista não representavam falhas no sistema de direitos civis, mas, sobretudo, a ausência dos direitos sociais, que nesse período eram inexpressivos. Os direitos sociais começaram a ganhar visibilidade no final do século XIX, momento em que foram adotadas iniciativas políticas cujo objetivo era garantir justiça barata às massas, culminando em interesse pela igualdade como princípio de justiça social e, conseqüentemente, na consciência de que o reconhecimento formal da igualdade de direitos não era suficiente para a sua efetivação.

O texto de Marshal é profícuo para elucidar ainda que os direitos políticos, contrariamente aos civis, constituíam-se em uma potencial ameaça ao capitalismo, apesar de os seus idealizadores não atentarem para o fato de que representaria a extensão desses direitos às classes menos favorecidas. Conseqüentemente, o avanço do poder político no século XIX abriu caminho para o desenvolvimento do sindicalismo, capacitando os trabalhadores a fazerem valer seus direitos civis.

Com a eclosão de grandes movimentos grevistas no período anterior à Primeira Guerra Mundial, a luta por direitos sociais tornou-se muito clara, fazendo com que o Estado passasse a intervir. Porém, a intervenção estatal implicou uma invasão no campo dos direitos civis do cidadão. Na segunda metade do século

XIX e início do século XX, o que se assistiu foi, por um lado, às inúmeras contradições entre a efetividade dos direitos civis e sociais e, por outro lado, ao Estado de bem-estar social implementando, principalmente em países europeus, o *status* universal da cidadania, combinando o reconhecimento e a estabilização de certas diferenças sociais, tais como orientação sexual, raça ou cultura específica.

2.4.2 A Previdência Social no Brasil: origens e características

O marco da instituição da previdência social no Brasil é considerado o ano de 1923, com o projeto de lei do deputado Eloy Chaves, quando foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões - CAPs -, que obrigavam as companhias ferroviárias a criar uma caixa de aposentadorias e pensões para os seus empregados. Em 1926, o regime previdenciário foi estendido para outras categorias profissionais, como marinheiros e portuários.

Durante o governo Vargas (década de 30), foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs. A previdência social passou a abranger toda uma categoria, e não mais uma empresa específica, e cobria todo o território nacional. Os IAPs foram institucionalizados na década de 30 pelo governo de Vargas, que previa que, a partir daquele momento, o Estado deveria não só assumir a tutela, como intervir na previdência social. O financiamento desses institutos era tripartite, ou seja, através de contribuições de empregados, empregadores e do Estado (Faoro, 1992).

Assim, durante as décadas de 30 e 40, o corporativismo do Estado de Vargas estabeleceu um amplo código de leis do trabalho, o qual marcou o

mercado de trabalho por todo um século. A partir de então, as noções de “formalidade” e “informalidade” foram paulatinamente sendo construídas.

As estatísticas indicam um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado, sobretudo, por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos.

A legislação do trabalho estabelecia, de maneira cada vez mais detalhada, as regras mínimas de relações de trabalho justas, tais como salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais, etc. Os servidores públicos foram os primeiros beneficiários dos contratos de trabalho formal e, conseqüentemente, dos direitos sociais a ele associados. Na perspectiva de Santos (1994), desenvolvia-se uma “cidadania regulada”, isto é, um processo no qual as diversas categorias profissionais obtinham direitos sociais (e de trabalho) de acordo com a sua posição no mercado.

Segundo Cohn (1981), a criação da Lei Orgânica da Previdência Social, em 1960, foi crucial para a organização da previdência, porque padronizou as contribuições dos diferentes institutos, na medida em que fixou em 8% a contribuição, tanto para o empregado como para o empregador e a União.

Porém, a expansão do sistema previdenciário seguiu duas regras fundamentais: 1) só teriam acesso a esse direito social os trabalhadores inseridos no mercado formal; 2) a implantação desses institutos seguia uma determinada ordem, pelos diferentes segmentos assalariados, sendo que esta implantação dependia da importância econômica dos setores que estavam inseridos, bem como da sua potencialidade em fazer mobilizações e reivindicações por melhores condições de vida (Cohn, 1995).

Em 1966, durante o regime militar, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social, que, num contexto de modernização e regulamentação do Estado sobre a sociedade, unificou todas as instituições previdenciárias. Um aspecto importante a ser destacado é que, desde a sua criação, a previdência se ocupava apenas de trabalhadores urbanos, e nem todas as categorias foram contempladas. Isso demonstrava o caráter excludente da previdência, já que ficaram “desassistidos de qualquer atenção pública, tanto os trabalhadores rurais, quanto, na área urbana, as empregadas domésticas e os profissionais autônomos. Muito embora já constituíssem parcela considerável da população economicamente ativa, prestando serviços indiretos ao esforço de acumulação” (Santos, 1994, p.31).

O caráter estratificador da previdência social apontado por Santos (1994) é partilhado por Cohn (1995), que considera que o caráter contributivo e a organização corporativa criam estratificações quanto aos benefícios e aos direitos sociais entre os trabalhadores urbanos e outros segmentos. Até mesmo entre os próprios assalariados urbanos, na medida em que são estabelecidas regras altamente diferenciadas entre eles. Tal assertiva é corroborada por Santos (1995, p.68), quando afirma que “são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei”. Portanto, nenhum daqueles que não estão inseridos nas ocupações reconhecidas por lei, como o trabalho informal, é considerado cidadão. Aí situamos o mercado informal de trabalho.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, foi estabelecido como critério financiador da previdência social a contribuição sobre a folha de

pagamento dos empregados, empregadores e autônomos. A Constituição estabeleceu ainda a contribuição sobre o lucro líquido das empresas, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade – COFINS e, ainda, o PIS/PASEP, financiador do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, que financia o seguro-desemprego (Viana, 1997).

O processo de redemocratização do Brasil trouxe para a previdência social o conceito de descentralização, que objetivava incentivar a participação e a fiscalização por parte da sociedade no que se refere à previdência social e a outros setores da seguridade social. Surgem os conselhos com participação dos trabalhadores, empregadores e Estado na gestão da previdência. Esse processo de descentralização repartiu, entre os três níveis de governo, a responsabilidade sobre a seguridade social e permitiu à população uma maior cobrança do poder local.

Nas últimas décadas a diminuição da natalidade e o aumento da expectativa de vida têm alterado o perfil etário da população. Isto tem suscitado uma série de discussões relacionadas ao financiamento da previdência social, especialmente sobre a necessidade de reforma do sistema, devido ao aumento do número de inativos em relação à população economicamente ativa. Conseqüentemente, o modelo de repartição simples - processo de distribuição das contribuições e dos benefícios entre as diferentes gerações - não é mais funcional, pois o pagamento dos benefícios da previdência social tem crescido a uma taxa maior do que a do crescimento da base da contribuição (Ornelas, 1999).

Na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, a previdência ganhou lugar de destaque nas discussões nacionais. O governo

afirmava que as despesas da previdência social eram as maiores responsáveis pelo déficit fiscal das contas do país. Portanto, a percepção de que os ajustes de contas da previdência social eram indispensáveis para o equilíbrio fiscal brasileiro colocou em discussão o modelo de repartição simples até então vigente (Ornelas, 1999).

Helene (1997) considera que a reforma da previdência realizada pelo governo FHC visava satisfazer interesses econômicos, ao invés de buscar a solução dos verdadeiros problemas da previdência social brasileira. A mudanças se chocaram com interesses da sociedade, dos trabalhadores e dos aposentados, na medida em que o governo jogou o ônus para a sociedade. Entretanto, o autor considera que a principal causa da falta de recursos previdenciários no Brasil está na sonegação das contribuições sociais e fiscais, assim como na imensa quantidade de trabalhadores na informalidade, que, por estarem à margem dos direitos sociais, não contribuem com a previdência social.

Em relação à situação das mulheres, uma das questões substantivas a ser considerada é que uma grande parcela das trabalhadoras brasileiras encontra-se excluída do sistema previdenciário, e mesmo a parcela que está incluída sofre desvantagens em relação aos trabalhadores masculinos: 51,4% da População Economicamente Ativa feminina não percebem uma renda mensal fixa; além disso, o trabalho doméstico é a maior categoria profissional feminina, e a maioria dessas trabalhadoras exerce suas atividades sem carteira assinada (Tavares, 2003).

Outro fator é que persiste a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho, sobretudo em relação ao rendimento, que é menor do que o dos

homens. Conseqüentemente, a contribuição para a previdência social também é menor, o que se reflete no valor da aposentadoria.

Temos que considerar, também, que a maior parte das mulheres está inserida em empregos precários no setor informal e, ainda, que o mercado de trabalho reflete a discriminação sofrida pelas mulheres em seus lares, ou seja, as mulheres são relegadas ao papel da reprodução, da maternidade e dos cuidados com a casa e os familiares.

Para Tavares (2003, p.54), a razão da segregação das mulheres no mercado de trabalho é que “as mulheres concentram-se nas classes de rendimentos inferiores: 26,6% até meio salário mínimo e 45,4% até um salário mínimo. A classe de mais de cinco salários mínimos representa 15,5% entre os homens e apenas 9,2% entre as mulheres”.

Assim, se no mercado formal a taxa de cobertura para as mulheres é de 40% contra 43,9% da taxa de homens (se considerarmos que as trabalhadoras estão inseridas em atividades como o trabalho doméstico, trabalho informal, atividades não remuneradas exercidas para o próprio consumo), podemos verificar que, em relação aos benefícios da previdência social, persistem as disparidades de gênero.

CAPÍTULO 3 – A METODOLOGIA ADOTADA

A investigação que ora apresentamos compõe-se da combinação da metodologia quantitativa e da metodologia qualitativa. Para a parte quantitativa foram utilizados os dados das pesquisas realizadas nas cidades de Belo Horizonte e Montes Claros em 2005. Como estratégia analítica, optamos por utilizar a estatística descritiva com cruzamento de variáveis como sexo, idade, escolaridade, tipo de trabalho (formal ou informal) e renda, e também a realização de um modelo de regressão para verificar se existe alguma diferença salarial por sexo ou por tipo de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Município de Montes Claros.

Para a parte qualitativa foram montados grupos focais, que é uma técnica de pesquisa qualitativa, objetivando o domínio da discussão de um grupo de pessoas. Essa técnica foi escolhida por dois motivos: por permitir a interação entre os participantes e pelo caráter etnográfico desse procedimento, que possibilita captar, descrever e analisar manifestações de sentido, ações e reações expressas pelas pessoas envolvidas no debate acerca do assunto da pesquisa.

3.1 Os *surveys* da RMBH e de Montes Claros

Foram utilizados neste estudo os dados provenientes da Pesquisa por Amostragem Probabilística da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - e Cidade de Montes Claros, realizada no ano de 2005, pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - e

pelo Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

O procedimento utilizado para seleção dos indivíduos foi a amostragem probabilística por conglomerado em três estágios.

No primeiro estágio, após serem ordenados no sentido sul-norte e norte-sul das cidades, levando em consideração a variabilidade da renda do responsável pelo domicílio, foram sorteados os setores censitários. No segundo estágio foi sorteado o domicílio. Finalmente, no terceiro e último estágio, um adulto de dezoito anos ou mais foi sorteado em cada domicílio.

A amostra da pesquisa é composta de 1520 indivíduos, sendo 1122 na Região Metropolitana de Belo Horizonte e 398 no Município de Montes Claros.

O questionário da RMBH e Cidade de Montes Claros compõe-se de questões subdivididas nos seguintes módulos: Capital Social; Criminalidade; Participação e Desigualdade Política; Justiça Distributiva; Raça, Cor e Identidade; Valores e Identidade de Gênero; Capital Cultural; Estratificação e Características Demográficas; Trabalho.

Portanto, a base de dados da pesquisa proporciona a avaliação das hipóteses deste trabalho, a partir da proposição de modelo estatístico que indicará a forma das relações de gênero no trabalho formal e no informal. Também foram utilizadas estatísticas descritivas (frequência simples e cruzamento de variáveis) que nos permitiram uma melhor caracterização dos sujeitos investigados, bem como uma melhor operacionalização dos objetivos e pressupostos norteadores desta tese.

A população alvo da pesquisa é composta de pessoas de ambos os sexos, inseridas nos mercados formal e informal de trabalho que foram, em determinados momentos durante a análise, separadas pelas categorias “Masculino e Feminino” e “Trabalhador Formal e Informal”, para que se pudesse estabelecer uma comparação interna de gênero e trabalho.

3.2 Os grupos focais

Considerando as recomendações de Morgan³¹ e tendo em mente os objetivos desta tese, optamos pela realização dos grupos focais. Assim seria possível captar determinadas situações e/ou motivações que não seria possível encontrar na análise quantitativa, especialmente em relação aos motivos pelos quais os colaboradores estão na informalidade, as relações de gênero no interior do trabalho informal e a questão da falta de direitos, que é característica do setor informal.

Foram realizados seis grupos focais: um grupo composto por homens com idade acima de 50 anos (casados, solteiros, viúvos ou divorciados); um grupo composto por mulheres, também com idade de 50 anos ou mais, casadas; o terceiro grupo foi constituído também de mulheres, mas solteiras, viúvas ou

³¹ Para Morgan (1997), o grupo focal é uma derivação da dinâmica de grupo, ou seja, aproveitamento metodológico do grupo, cujo objetivo é trazer à tona os processos que os grupos vivem a partir de sua própria dinâmica, de modo a revelar toda a problemática da interação social. Quanto à utilização, o autor esclarece que o grupo focal tem sido utilizado como principal fonte de dados ou como fonte suplementar de dados, quando combinado com *survey*. Pode também ser utilizado como pré-teste de um questionário ou como uma combinação de métodos sem hierarquia. Em relação à composição, os grupos focais podem ser: 1) Homogêneos: as pessoas são semelhantes e têm uma relação semelhante com o tópico que está sendo discutido. Grupos

divorciadas; o quarto, o quinto e o sexto grupos foram realizados com os mesmos perfis dos primeiros, mas o que variou foi a idade, já que os primeiros eram de pessoas mais idosas. Os últimos foram realizados com jovens, ou seja, pessoas com idade até 30 anos. Esse corte de idade foi importante para tentar captar se a idade, o estado civil ou o fato de ter um companheiro ou companheira definiria estratégias diferentes em relação ao futuro, ou ainda o modo como os colaboradores pensam na sobrevivência, quando não puderem mais trabalhar. O critério de seleção dos participantes foi definido preliminarmente, priorizando as variáveis idade, sexo e estado civil, de forma que pudessemos atender alguns objetivos que talvez não pudessem ser atingidos apenas com a pesquisa quantitativa. Para conseguir o número desejado de colaboradores, foi utilizada a técnica “bola de neve”, que consiste em partir de um número de pessoas já conhecidas, as quais, por sua vez, indicam outras para compor o grupo de entrevistados. Assim, tendo em mente as variáveis supracitadas, foram feitos vários contatos³² com pessoas que trabalham informalmente, em Montes Claros, no Shopping Popular, no Calçadão Popular “Conrado Pereira” e também na feira livre (que acontece todos os domingos em uma praça da cidade), locais de grande concentração de trabalhadores informais. Através de algumas indicações, foram feitos contatos com trabalhadores da construção civil que participaram de um dos grupos focais.

compostos do mesmo modo. 2) Segmentados: sexo, raça idade, etc. 3) Mistos: é preciso ter cuidado porque, dependendo do assunto, as pessoas não se misturam. (por ex: classe).

³² Para seleção dos colaboradores, contamos com a ajuda de duas estagiárias, alunas do Curso de Ciências Sociais da Unimontes (Sheyla Borges e Caroline Leite e uma delas foi a supervisora da Pesquisa da Cidade de Montes Claros. Para a realização dos grupos focais, além destas, contamos com a preciosa colaboração da Professora Maria Ângela Figueiredo Braga (colega da

Após um primeiro contato com as pessoas que participariam dos grupos focais e obtendo o compromisso de sua colaboração, foi preenchido um questionário, cujo objetivo era traçar um perfil sociodemográfico dos participantes, bem como completar algumas informações que não pudessem ser captadas nos grupos focais.

O trabalho com grupos focais foi realizado nos meses de novembro e dezembro de 2006 e foi guiado por um roteiro com oito questões, elaborado a partir dos objetivos inicialmente apresentados nesta tese. Diante da moderadora que conduziu as discussões, os colaboradores apresentaram suas impressões, opiniões e argumentações acerca das proposições. Todas as falas foram registradas, por escrito pelas duas observadoras e também foram gravadas, no sentido de contribuir para a realização das análises.

As transcrições das falas e as referências das vertentes teóricas sobre a temática possibilitaram entender como os participantes dos grupos focais se sentem em relação ao exercício de atividades informais, quais foram as motivações que os levaram ao ingresso e permanência no setor informal e como pensam (se pensam) em se organizar para pagar uma previdência, visando à aposentadoria na velhice.

Unimontes e que também é aluna do Doutorado em Sociologia/UFMG), que foi a mediadora em alguns grupos. Nos outros grupos eu mesma fiz a mediação.

3.3 Uma primeira caracterização dos colaboradores dos grupos focais

“A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é condição *sine qua non* da entrevista qualitativa” (Gaskell, 2002, p.65). Por essa razão, optamos - como descrito na metodologia - pela realização de entrevistas grupais, cujo objetivo era captar como os colaboradores percebiam a sua inserção no setor informal e como avaliavam a falta de direitos característica do referido setor. O nosso entendimento é que, por ser uma técnica de pesquisa com algumas perguntas a respeito da temática, seria possível analisar se esses sujeitos pensam sobre as suas atividades, como pensam no futuro, bem como se adotam algum tipo de estratégia para sobreviver quando estiverem na velhice.

A partir de um questionário, no momento do primeiro contato com os colaboradores, foi possível montar o perfil socioeconômico³³ dos participantes, conforme os quadros a seguir³⁴.

³³ É importante lembrar que, como destacado na metodologia, foi preenchido um questionário socioeconômico dos colaboradores, cujo objetivo foi de montar este perfil. Embora saibamos que a técnica qualitativa não permite a elaboração de quadros, tabelas e/ou gráficos, achamos importante este procedimento, para que pudesse ser visualizada a situação socioeconômica dos participantes dos grupos focais.

³⁴ O valor do salário mínimo de referência no período era de R\$ 380,00.

Quadro 1 - Grupo de homens acima de 50 anos.

Nº	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Renda mensal (em reais)	Ocupação
01	56	Viúvo	Fundamental completo	R\$ 400,00	Marceneiro/eletricista
02	64	Casado	Fundamental incompleto	R\$ 800,00	Pedreiro
03	54	Casado	Fundamental completo	R\$ 2.000,00	Pintor
04	59	Casado	Fundamental incompleto	R\$ 1.000,00	Vendedor ambulante
05	60	Divorciado	Médio completo	R\$ 1.500,00	Eletricista
06	63	Viúvo	Fundamental incompleto	R\$ 700,00	Pedreiro

Fonte: Perfil socioeconômico realizado em Montes Claros – Outubro de 2006

Quadro 02 - Grupo mulheres acima de 50 anos, casadas.

Nº	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Renda mensal (em reais)	Ocupação
07	57	Casada	Fundamental completo	R\$ 800,00	Festeira (bolos, salgados, etc).
08	53	Casada	Médio completo	R\$ 600,00	Costureira
09	60	Casada	Fundamental incompleto	R\$ 200,00	Faz biscoitos para vender.
10	57	Casada	Médio completo	R\$ 350,00	Vendedora ambulante (sacoleira)
11	54	Casada	Médio completo	R\$ 650,00	Vendedora ambulante
12	57	Casada	Fundamental incompleto	R\$ 200,00	Costureira

Fonte: Perfil socioeconômico realizado em Montes Claros – Outubro de 2006

Quadro 03 - Grupo de mulheres acima de 50 anos viúvas, solteiras ou divorciadas.

Nº	Idade	Estado civil	Escolaridade	Renda mensal (em reais)	Ocupação
13	60	Solteira	Fundamental incompleto	R\$ 475,00	Vendedora (sacoleira)
14	57	Solteira	Médio completo	R\$ 500,00	Vendedora ambulante.
15	61	Viúva	Médio completo	R\$1.000,00	Vendedora (sacoleiras).
16	50	Divorciada	Médio completo	R\$ 550,00	Cabeleireira
17	55	Divorciada	Superior	R\$ 1.500,00	Dona de pensionato
18	70	Viúva	Não estudou	R\$ 350,00	Vendedora (temperos)

Fonte: Perfil socioeconômico realizado em Montes Claros – Outubro de 2006

Do grupo de colaboradores com idade superior a 50 anos, verifica-se que a renda mensal é bastante heterogênea, já que encontramos pessoas com renda baixíssima, de apenas R\$ 200,00, e pessoas com uma renda média, entre R\$1.000,00 e R\$ 2.000,00. É interessante destacar que a renda dos participantes vem corroborar as análises realizadas por Klein (1990) e Pamplona (2001), ou seja, de que o setor informal não é somente o lugar dos pobres urbanos, já que os maiores rendimentos declarados pelos colaboradores são compatíveis com a faixa salarial do mercado formal da cidade. Isso sugere que o setor informal em Montes Claros tende a ser heterogêneo, como nos grandes centros do país.

Vale destacar, entretanto, que também na cidade supracitada há uma diferença de salários por gênero. Os dados referentes às mulheres atestam que, com algumas exceções, a maior parte delas recebe rendimentos inferiores aos dos homens, embora as atividades exercidas sejam diferenciadas. Os homens, em sua maioria, trabalham na construção civil, área que ainda é valorizada, o que justifica, pelo menos em parte, que eles percebam rendimentos superiores aos das mulheres da mesma faixa etária. Contudo, um elemento importante que deve ser ressaltado é em relação à escolaridade. Nesse grupo de idade, as mulheres têm escolaridade mais elevada do que os homens, e, mesmo assim, eles têm uma renda mensal superior. Esse aspecto também tende a acompanhar a dinâmica nacional, segundo a qual, de acordo com Bruschini e Lombardi (2003), as mulheres, mesmo com maior escolaridade, tendem a ter uma renda mensal inferior à dos homens.

Direcionando nossa análise para as pessoas com até 30 anos de idade, os dados atestam que, apesar de a faixa de renda mensal, tanto de homens quanto

de mulheres, ser baixa, com raríssimas exceções, as mulheres, a exemplo do grupo de pessoas mais idosas, têm uma renda mensal inferior à dos homens da mesma faixa etária.

Uma possível explicação para essa disparidade de rendimentos entre os homens e mulheres seria a baixa escolaridade destas, já que os dados apontam que as mulheres com idade até 30 anos, que são casadas, têm baixa escolaridade em relação aos homens da mesma idade. Outro fator que merece destaque é que todas elas informaram que não estão estudando e não pretendem mais estudar. Declararam, também, que a renda delas é apenas complementar à dos respectivos cônjuges, ou seja, que trabalham para comprar alguma coisa que estiver fora do orçamento do marido. Isso sugere duas coisas: primeiro, que elas não pensam mais em voltar a estudar, fato que as diferencia da tendência nacional, já que a literatura sobre trabalho, escolaridade e gênero verificou (Bruschini & Lombarde, 2003; Hirata, 2003) que, no cenário nacional, as mulheres estão atingindo uma escolaridade superior à dos homens; segundo, elas estão na contra-mão da história, já que os depoimentos deixam transparecer que “querem” continuar subordinadas aos maridos.

Quadro 4 - Grupo de homens até 30 anos

Nº	Idade	Estado civil	Escolaridade	Renda mensal (em reais)	Ocupação
19	24	Solteiro	Médio completo	R\$ 700,00	Prest. de serviços (informática)
20	31	Casado	Fundamental completo	R\$ 475,00	Ajudante de carpinteiro.
21	19	Solteiro	Médio completo	R\$ 350,00	Vendedor (doces, queijos, etc).
22	22	Solteiro	Superior	R\$ 475,00	Técnico em informática.
23	21	Solteiro	Superior	R\$ 350,00	Professor (particular).
24	29	Solteiro	Superior	R\$ 700,00	Prest. de serviço (informática).

Fonte: Perfil socioeconômico realizado em Montes Claros - Outubro de 2006

Quadro 5 - Grupo de mulheres até 30 anos casadas

Nº	Idade	Estado civil	Escolaridade	Renda mensal (em reais)	Ocupação
25	30	Casada	Médio completo	R\$ 350,00	Vendedora (peças íntimas)
26	28	Casada	Fundamental completo	R\$ 150,00	Revendedora de cosméticos
27	21	Casada	Médio completo	R\$ 500,00	Vendedora (roupas)
28	26	Casada	Fundamental incompleto	R\$ 150,00	Bordadeira
29	25	Casada	Fundamental completo	R\$ 200,00	Vendedora (cosméticos)
30	30	Casada	Não estudou	R\$ 120,00	Vendedora (bijuterias).
31	22	Casada	Fundamental completo	R\$ 150,00	Vendedora (cosméticos).

Fonte: Perfil socioeconômico realizado em Montes Claros - Outubro de 2006

No grupo de mulheres com a mesma faixa etária, com exceção de uma que é divorciada, que declarou ter renda mensal de R\$ 1.000,00, e uma vendedora que recebe R\$ 600,00, as demais - todas solteiras - (mesmo as duas que declararam ser estudantes universitárias), têm uma renda mensal inferior a um salário mínimo. As estudantes universitárias declararam que essa renda é provisória, pois estavam no último semestre do curso e, quando o concluíssem, iriam procurar outro tipo de atividade. Declararam, ainda, a preferência pelo

mercado formal de trabalho que, segundo elas, tem maior demanda para a sua área de formação.

Quadro 6 – Grupo de mulheres até 30 anos solteiras e divorciadas

Nº	Idade	Estado civil	Escolaridade	Renda mensal (em reais)	Ocupação
32	30	Solteira	Superior	R\$ 180,00	Vendedora
33	23	Solteira	Superior	R\$ 220,00	Vendedora
34	30	Divorciada	Médio completo	R\$ 1.000,00	Vendedora
35	23	Solteira	Médio incompleto	R\$ 350,00	Vendedora (peças íntimas).
36	21	Solteira	Fundamental completo	R\$ 600,00	Vendedora
37	27	Solteira	Médio completo	R\$ 300,00	Vendedora (bijuterias)

Fonte: Perfil socioeconômico realizado em Montes Claros – Outubro de 2006

CAPÍTULO 4 – TRABALHO INFORMAL E HETEROGENEIDADE NA RMBH E MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Nos capítulos anteriores, fizemos uma reflexão teórica sobre a temática da informalidade, com destaque para os limites e dificuldades conceituais do referido termo, bem como a relação entre a informalidade e ilegalidade e as duas vertentes explicativas alternativas na sociedade brasileira. Refletimos sobre as desigualdades de gênero no contexto do trabalho e tecemos algumas considerações sobre o surgimento da cidadania e as origens e características da implantação da previdência social no Brasil. Neste capítulo, procederemos à análise dos dados empíricos sobre a heterogeneidade do setor informal na RMBH e no Município de Montes Claros.

A fim de facilitar a análise dos dados, algumas questões foram submetidas a uma mudança de categoria, para que se pudesse obter uma apresentação mais hábil das informações. Algumas respostas foram sintetizadas e aglutinadas em grupos maiores. São elas:

- Idade: Foram utilizadas as seguintes categorias: 18 a 30 anos, 31 a 49 anos e mais de 50 anos.
- Renda: A renda foi dividida em: equivalente a menos de um salário mínimo, entre um e três salários mínimos, mais de três até cinco salários mínimos, mais de cinco até 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

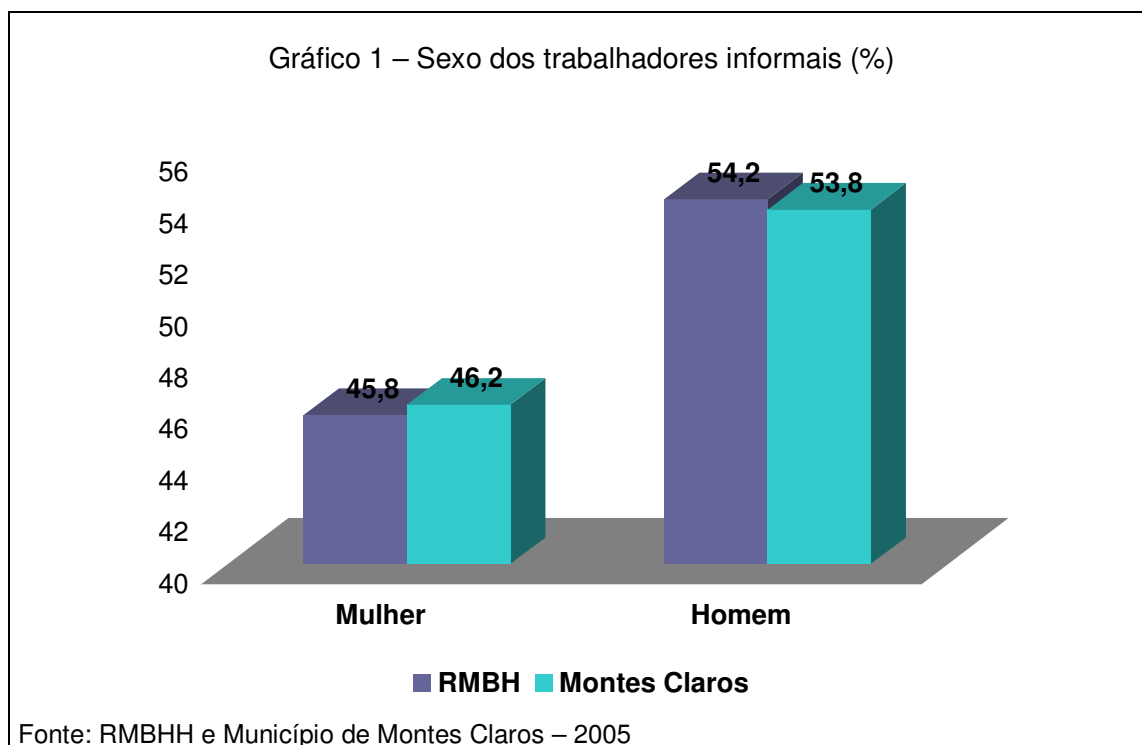
- Escolaridade: A escolaridade foi dividida em: sem escolaridade, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo e curso superior ou mais.
- Estado civil: solteiro; casado; união estável; divorciado; viúvo.
- Horas de trabalho semanais: até 20 horas; mais de 20 a 40 horas; acima de 40 horas.
- Número de filhos: um; dois; três a cinco; cinco ou mais.
- A contribuição para a previdência é resultante da junção das variáveis: T8A-Nesta (ocupação/trabalho) principal é contribuinte de instituto de previdência pública (como INSS, IPSEMG) e T8B-Nesta (ocupação/trabalho) principal é contribuinte de previdência privada (como do Banco do Brasil, Bradesco, etc.).

As tabelas, quadros e gráficos com o perfil dos entrevistados possibilitam uma melhor visualização e entendimento do grupo estudado. Através dos números absolutos e dos percentuais, pode-se captar o índice aproximado das variáveis que regem a vida das pessoas em foco neste estudo.

4.1 Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais

Na análise por sexo, o Gráfico 1 mostra que, do total de trabalhadores informais do Município de Montes Claros, 46,2% são mulheres e 53,8% são homens. Na RMBH, 45,8% são do sexo feminino e 54,2% são do sexo masculino.

Apesar da semelhança dos percentuais, quando comparados ao conjunto da população, observam-se diferenças, já que, em Belo Horizonte, 53% da população é constituída de mulheres e 47% de homens. Em Montes Claros, 52% são do sexo feminino e 48% são do sexo masculino³⁵.



Com relação à faixa etária, observa-se pela Tabela 1 que a maior parcela dos trabalhadores informais concentra-se na faixa entre 31 e 49 anos, tanto na RMBH quanto no Município de Montes Claros, encontrando-se percentuais de 47,7% e 43,5%, respectivamente. Já a faixa de 18 a 30 anos representa 30% e 37,7% dos pesquisados nas referidas cidades, respectivamente. Na faixa de idade de 50 anos ou mais, encontramos 22,3% dos pesquisados na RMBH e 18,8% no

³⁵ Dados disponíveis em Sistemas de Indicadores Urbanos, 2000. www.sistemadeindicadoresurbano.br. Data do acesso 10 de agosto/2007.

Município de Montes Claros. Os dados revelam, portanto, que não há grande discrepância na composição etária dos trabalhadores informais nas duas cidades. Embora exista uma variação nos percentuais, a variável apresenta o mesmo comportamento no que diz respeito à distribuição dos trabalhadores em cada uma das categorias estabelecidas por faixa de idade³⁶.

Tabela 1 - Idade dos trabalhadores informais.

Idade	RMBH		Montes Claros	
	Freq	%	Freq	%
18 a 30 anos	115	30	55	37,7
31 a 49 anos	183	47,7	63	43,5
50 anos ou mais	86	22,3	27	18,8
Total	384	100	145	100

Fonte: RMBH e Município de Montes Claros – 2005

O levantamento do perfil dos trabalhadores informais levou em consideração o fato de terem ou não filhos. A grande maioria dos entrevistados, tanto da Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto do Município de Montes Claros, tem filhos. As porcentagens são de 70,7% e 73,5%, respectivamente, que têm filhos, e 29,3% e 26,5% que não têm filhos, como demonstrado na Tabela 2.

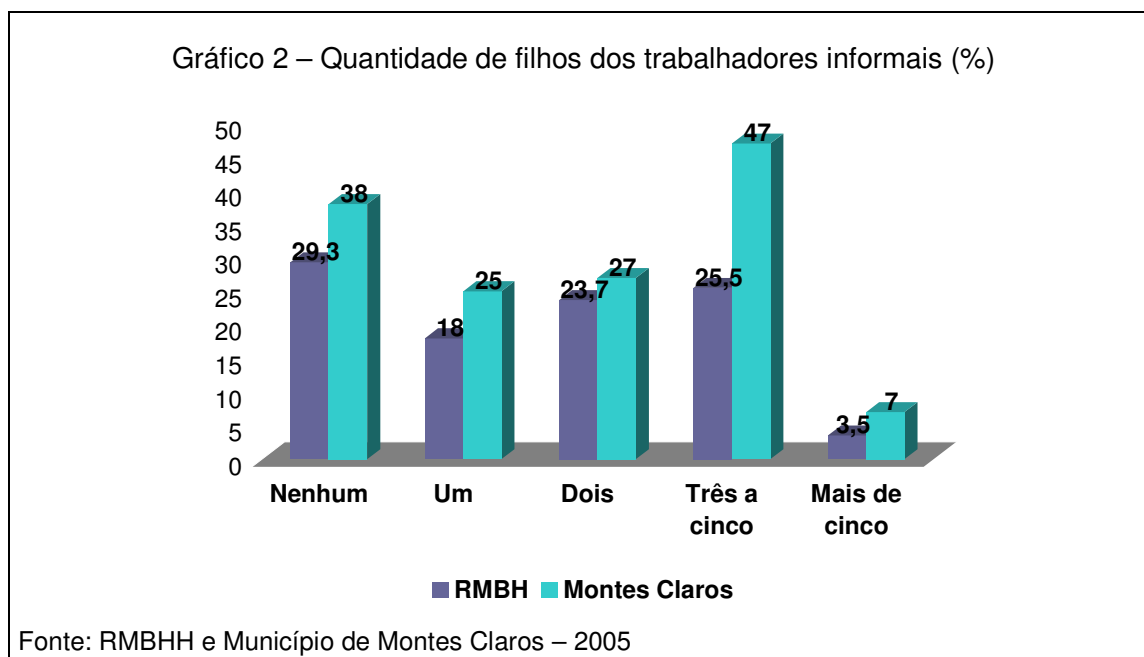
Tabela 2 – Trabalhadores informais quanto à caracterização familiar (com ou sem filhos).

Possui filhos	RMBH		Montes Claros	
	Freq	%	Freq	%
Sim	271	70,7	107	73,5
Não	112	29,3	38	26,5
Total	384	100	145	100

Fonte: Pesquisa da RMBH e Município de Montes Claros - 2005

³⁶ A pesquisa se endereçou à população de 18 anos e mais.

Quanto ao número de filhos, os dados do Gráfico 2 mostram que a maior porcentagem se verifica nos que têm de três a cinco (25,5% dos trabalhadores da RMBH e 47% dos de Montes Claros). Dos que declararam ter mais de cinco filhos, a porcentagem é relativamente baixa (3,5% na RMBH e 7% em Montes Claros).



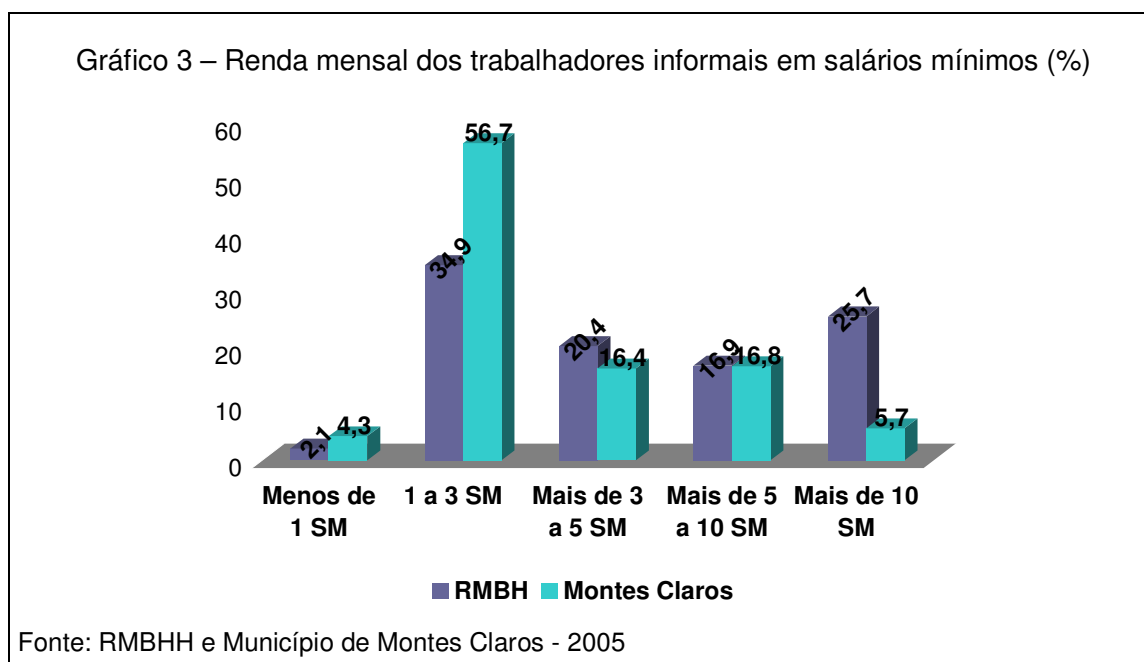
Direcionando nossa análise para o estado civil dos trabalhadores informais, verificamos, pelos dados da Tabela 3, que a maioria, tanto na Região Metropolitana de Belo Horizonte, quanto em Montes Claros (MOC), é de trabalhadores casados (45,3% e 48,7%, respectivamente). Na RMBH, 29% declararam ser solteiros e, em Montes Claros, 28,4%. As pessoas que vivem em união estável são 14,6% na RMBH e 13,5% em Montes Claros. A tabela mostra ainda que 7% (RMBH) e 6% (MOC) são divorciados e há uma pequena parcela de viúvos (4,2% e 3,5%, respectivamente).

Tabela 3 – Estado civil dos trabalhadores informais

Estado Civil	RMBH		Montes Claros	
	Freq	%	Freq	%
Solteiro (a)	111	29	41	28,4
Casado (a)	174	45,3	71	48,7
União estável	56	14,6	20	13,5
Divorciado (a)	27	7	9	6
Viúvo (a)	16	4,2	5	3,5
Total	384	100	145	100

Fonte: Pesquisa da RMBH e Município de Montes Claros - 2005

Embora a maternidade ou paternidade não esteja necessariamente relacionada ao casamento e/ou ao fato de se morar junto (em união estável), a família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, é responsável por 70,7% das ocorrências de filhos na RMBH e 73,5% em MOC.

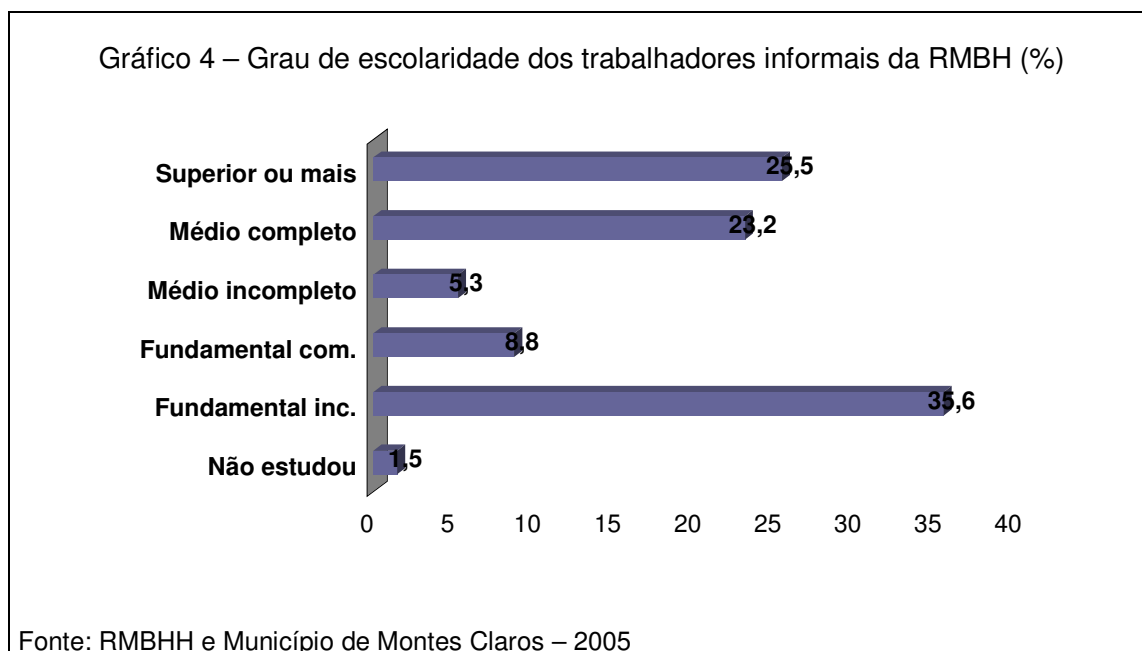


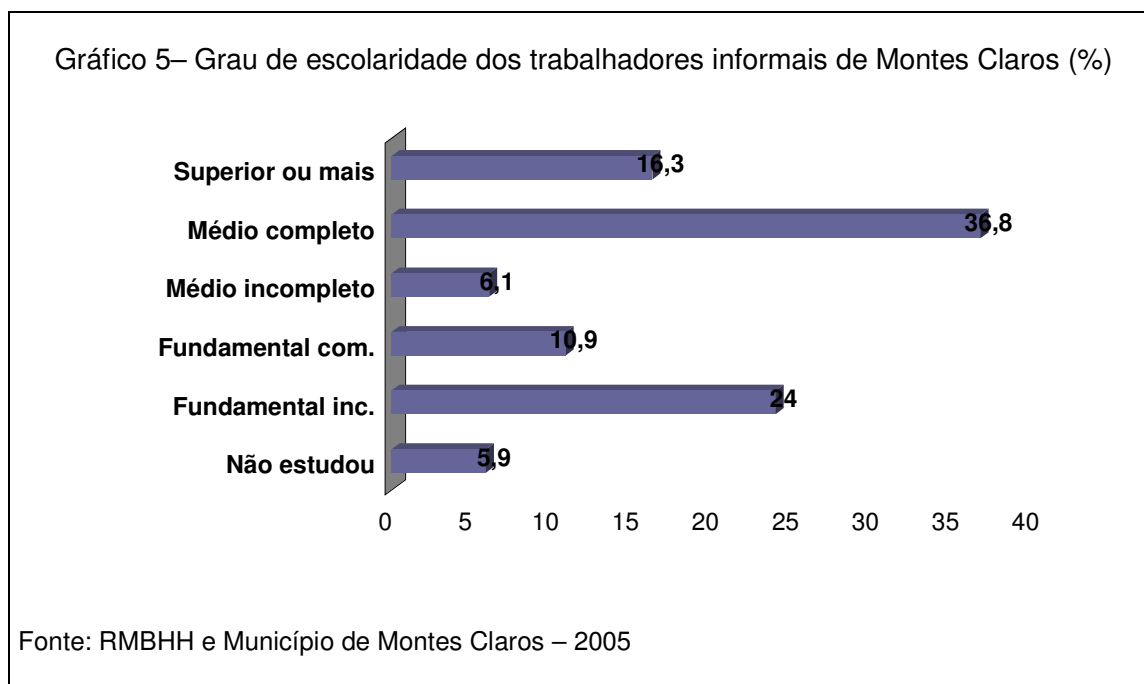
Considerando a variável renda mensal dos trabalhadores informais, o Gráfico 3 mostra que a maior parcela desses trabalhadores se encontra nas faixas

entre um e três salários mínimos (34,9% dos entrevistados da RMBH e 56,7% dos de Montes Claros). O gráfico aponta ainda que 20,4% e 16,4%, respectivamente na RMBH e em MOC, recebem o equivalente a mais de três e menos de cinco salários mínimos, e 16,9% e 16,8% recebem mais de cinco até 10 salários mínimos. Considera-se, então, que não existe uma grande diferença ao compararmos os trabalhadores da RMBH e de MOC, nas faixas entre três e cinco e mais de cinco até 10 salários mínimos. Entretanto, quando comparamos o percentual de trabalhadores que recebem acima do valor de 10 salários mínimos, percebe-se que este segmento está mais presente na RMBH (25,7% dos trabalhadores informais) do que em Montes Claros, onde apenas 5,7% estão nessa faixa de rendimentos. Vale ressaltar que, no universo investigado, há também os trabalhadores com renda mensal muito baixa, equivalente a menos de um salário mínimo, mas estes são minoria, representando 2,1% e 4,3% na RMBH e em Montes Claros, respectivamente. Isso corrobora a discussão feita nas seções anteriores, de que o setor informal é heterogêneo, ou seja, comporta tanto pessoas movidas pela estratégia de sobrevivência, quanto aquelas movidas pela alternativa de vida.

A consideração da escolaridade dos entrevistados torna-se necessária para uma melhor compreensão da realidade de suas vidas. À medida que se tem uma escolaridade maior, há teoricamente mais chances na vida, em geral, e no mercado de trabalho em particular. O Gráfico 4 mostra que, na RMBH, os trabalhadores informais têm uma escolaridade variada, com maior concentração no ensino fundamental incompleto (35,6%). Os que completaram o ensino fundamental perfazem o percentual de 8,8%, e a faixa de escolaridade de ensino

médio compreende 23,2% que completaram esse nível de ensino e 5,3% que não o completaram (largaram os estudos ou ainda estão cursando o nível médio). O índice de pessoas com ensino superior é de 25,5%, e os trabalhadores sem escolaridade são 1,5% do total dos entrevistados.





Em Montes Claros, pelos dados do Gráfico 5, percebe-se que a maior parcela das pessoas que exercem atividades informais está concentrada no nível de escolaridade do ensino médio completo (36,8%), seguida pelos que declaram ter o nível fundamental incompleto (24%) e pelos que têm ensino superior ou mais (16,3%). O gráfico atesta que 10,9% dos trabalhadores concluíram o ensino fundamental, 6,6% não completaram o ensino médio e 5,9% não estudaram.

4.2 O trabalho informal na RMBH e em Montes Claros: estratégia de sobrevivência ou alternativa de vida?

Pressupondo-se que na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em Montes Claros, como em quase todos os centros urbanos do país, a informalidade é caracterizada pela heterogeneidade, ou seja, o “determinismo” econômico dos

trabalhadores que se encontram na classificação “estratégia de sobrevivência”, a abordagem social será relacionada aos trabalhadores componentes da categoria “alternativa de vida”, ou seja, aquelas pessoas que, mesmo tendo oportunidade de estar no setor formal, preferiram a informalidade, ou que levam em conta outros fatores, não só a sobrevivência, para ingressarem e permanecerem nesse setor. Contudo, faz-se conveniente lembrar que, por ser o setor tão heterogêneo, na maioria das vezes, do ponto de vista empírico, fica difícil traçar uma linha diferenciadora entre a estratégia de sobrevivência e a alternativa de vida.

4.2.1 O que dizem os dados dos *surveys* da RMBH e de Montes Claros

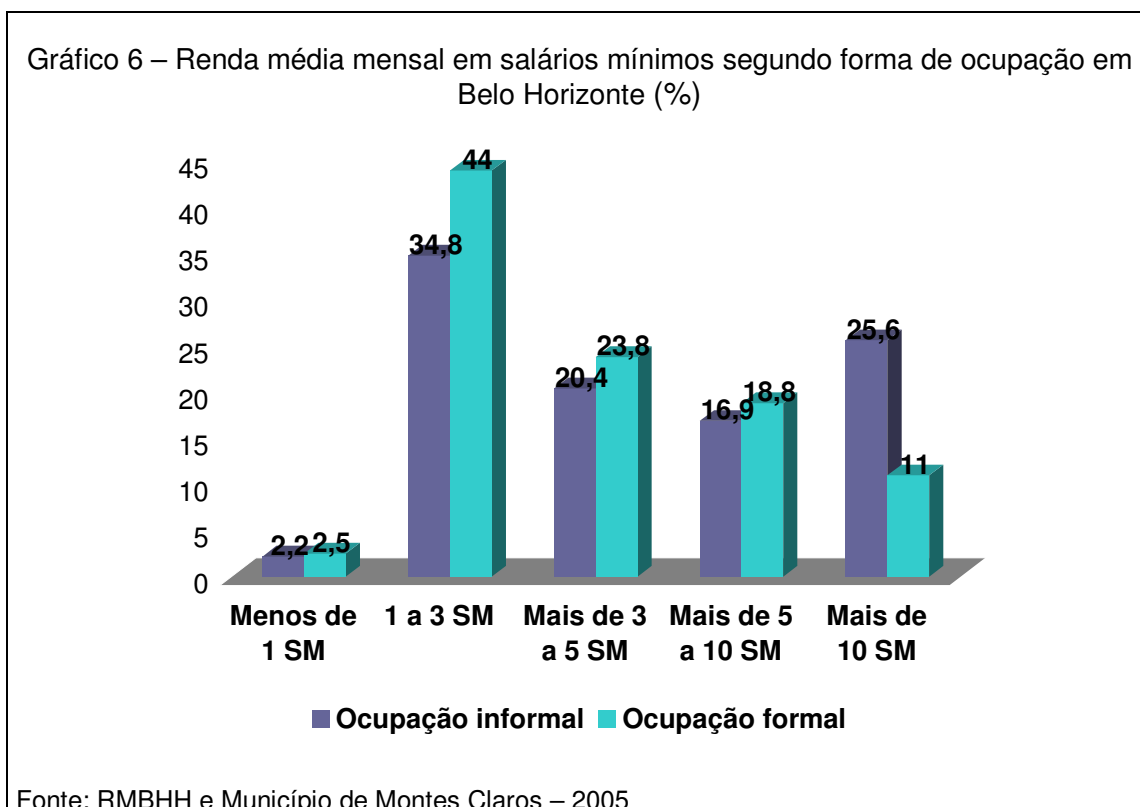
A estratégia analítica adotada pretende verificar os motivos que levam as pessoas a exercerem atividades informais e estabelecer algumas comparações entre trabalhadores do setor formal e trabalhadores do setor informal. Assim, escolhemos três variáveis que possibilitam a comparação entre os referidos setores.

A primeira variável empregada para comparação é a renda média mensal, segundo a forma de trabalho. Os dados do Gráfico 6 mostram que trabalhadores do setor formal têm, em média, rendimentos superiores aos dos trabalhadores informais. Do total dos entrevistados, 44% da ocupação formal e 34,8% da ocupação informal declararam receber renda correspondente a mais de um e menos de três salários mínimos. Na faixa correspondente a mais de três até cinco salários mínimos, encontramos 23,8% das pessoas que exercem atividades formalizadas e 20,4% das que exercem atividades informais. Entre aqueles que

recebem o equivalente a mais de cinco até 10 salários mínimos, encontramos 18,8% dos trabalhadores formais e 16,9% dos informais. A exceção fica por conta da faixa equivalente a mais de 10 salários mínimos, onde o gráfico supracitado aponta que 25% dos trabalhadores informais e 11% dos formais estão inseridos nessa faixa salarial.

Os dados explicitam que, embora, na maioria das vezes, como já analisamos na parte teórica, algumas pessoas estejam inseridas no setor informal, elas são movidas pela estratégia de sobrevivência. Mas, na maior faixa de rendimento (equivalente a mais de 10 salários mínimos), verifica-se que o percentual de pessoas formalmente ocupadas (11%) é inferior ao percentual observado para os trabalhadores informais (25%). Isto sugere que algumas pessoas se inserem no setor informal movidas pela alternativa de vida.

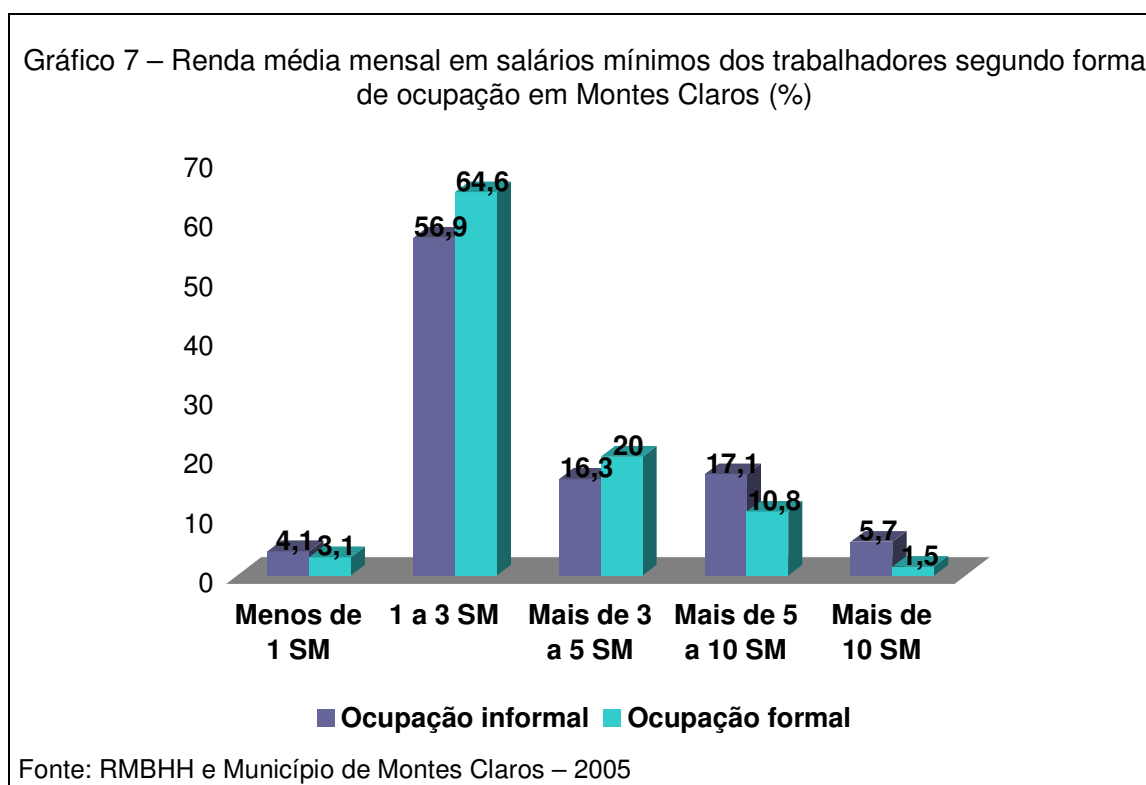
Os dados revelam que não há grande discrepância de rendimentos entre os trabalhadores ocupados formalmente e informalmente. Ocorre que, à medida que a renda aumenta, como no caso das faixas de mais de três até cinco e mais de cinco até 10 salários mínimos, os percentuais ficam mais próximos. Entre os que têm renda equivalente a mais de 10 salários, os trabalhadores informais são maioria em relação aos formais, confirmando o que foi discutido na parte teórica, isto é, a heterogeneidade que é característica inerente da informalidade.



Analisando a renda média mensal, por ocupação, no Município de Montes Claros, observamos pelo Gráfico 7 que, dos que recebem rendimentos entre um e três salários mínimos, 56,5% estão ocupados informalmente e 64,6% estão no mercado formal. Também entre aqueles que têm rendimentos equivalentes a mais de três até cinco salários mínimos, a porcentagem de trabalhadores formais é maior (20% no mercado formal e 16,3% no mercado informal). Entretanto, os dados apontam um aspecto interessante nas faixas de mais de cinco até 10 salários mínimos e mais de 10 salários mínimos: nessas faixas, a tendência é aumentar a porcentagem de pessoas que exercem atividades informais, pois 17,1% dos trabalhadores informais e 10,8% formais declararam receber o equivalente a mais de cinco até 10 salários mínimos e 5,7% dos informais e 1,4%

dos formais têm rendimentos superiores a 10 salários mínimos, a exemplo do que ocorre em Belo Horizonte.

Entretanto, não se pode deixar de considerar que, ao exercer atividades informais, os seus componentes têm apenas aquele rendimento, perdendo alguns benefícios que são garantidos no mercado formal, como férias, 13º salário, vale-transporte, etc.



Os dados dos Gráficos 6 e 7 possibilitam duas hipóteses: 1) provavelmente os trabalhadores informais que têm renda média acima de cinco salários mínimos são pequenos empresários e exercem atividades formais e informais; 2) a maior parcela dos trabalhadores está concentrada na faixa de rendimentos entre um e

três salários mínimos, evidenciando que, qualquer que seja a cidade, uma grande parcela de pessoas está percebendo rendimentos muito baixos.

Tabela 4 – Jornada de trabalho semanal segundo a forma de trabalho

Cidade	Tipo de ocupação	Jornada de trabalho semanal							
		Até 20 horas		Mais de 20 a 40 horas		Mais de 40 horas		Total	
		F	%	F	%	F	%	F	%
RMBH	Informal	50	15,5	149	40,8	164	43,7	363	100
	Formal	11	3,8	97	30,9	205	65,3	313	100
Montes Claros	Informal	18	13,3	49	36,3	68	50,4	135	100
	Formal	2	2,7	17	23	55	74,3	74	100

Fonte: Pesquisa da RMBH e Município de Montes Claros - 2005

A segunda variável refere-se às horas semanais de trabalho. Observa-se, na Tabela 4, que a parcela de trabalhadores informais apresenta-se maior que os trabalhadores formais, na jornada de trabalho de até 20 horas: 3,8% no mercado formal e 15,5% no informal, na RMBH, e 2,7% (formal) e 13,3% (informal) em Montes Claros. Essa tendência também foi verificada entre os que têm uma jornada de mais de 20 a 40 horas, em que o percentual de trabalhadores informais é maior do que o de formais, tanto em Belo Horizonte (40,8% e 30,9%), quanto em Montes Claros (36,3% e 23%).

Entretanto, quando a jornada de trabalho aumenta, tende a aumentar a proporção de pessoas que exercem atividades formais em relação àquelas que exercem atividades informais (43,7% e 65,3% para os trabalhadores da RMBH e 50,4% e 74,3%, respectivamente, para Montes Claros).

Uma possível explicação para o fato de os trabalhadores formais serem maioria na faixa de jornada de mais de 40 horas semanais pode ser encontrada na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que regulamenta a jornada de trabalho formal em 44 horas semanais.

Tabela 5 – Bens do domicílio segundo forma de ocupação

Cidade	Bens	Tipo de ocupação					
		Informal		Formal		Total	
		F	%	F	%	F	%
RMBH	Casa	271	54,6	225	45,4	496	100,0
	Carro	198	61,7	123	38,3	321	100,0
	Computador	156	63,2	91	36,8	247	100,0
	Máquina Fotográfica	235	55,8	186	44,2	421	100,0
	TV cabo/Paga	64	64,0	36	36,0	100	100,0
	TV com antena parabólica	34	52,3	31	47,7	65	100,0
Montes Claros	Casa	108	64,3	60	35,7	168	100,0
	Carro	60	71,4	24	28,6	84	100,0
	Computador	19	73,1	7	26,9	26	100,0
	Máquina Fotográfica	82	68,3	38	31,7	120	100,0
	TV cabo/Paga	7	53,8	6	46,2	13	100,0
	TV com antena parabólica	11	68,8	5	31,3	16	100,0

Fonte: RMBH e Município de Montes Claros – 2005

A terceira variável empregada para comparar os componentes do setor informal com os do mercado formal foi a posse de bens. Os dados da Tabela 5 apontam que, na RMBH, foi maior a porcentagem de trabalhadores informais que declararam possuir bens: 54,6% dos que declararam ter casa estão inseridos no setor informal e 45,4% estão inseridos no mercado formal. Dos que declararam

possuir automóvel, 61,7% se encontram no setor informal e 38,3% no setor formal. Quanto àqueles que declararam ter computador, as porcentagens são de 63,2% para os informais e 36,8% para os formais. Com relação a outros bens, encontramos os seguintes percentuais: 55,8% de trabalhadores informais e 44,2% de trabalhadores formais têm máquina fotográfica; 64,0% (informais) e 36,0% (formais) têm TV a cabo e 52,3% de trabalhadores informais e 47,7% de trabalhadores formais responderam que tinham TV com antena parabólica.

Em relação ao Município de Montes Claros, os dados da Tabela 5 são compatíveis com a tendência verificada na RMBH. Os percentuais apresentados são os seguintes: das pessoas que declararam ter casa própria, 64,3% são trabalhadores informais e 35,7% são trabalhadores formais; 71,4% (informais) e 28,6% (formais) possuem carro; 73,1% e 26,9%, respectivamente, trabalhadores informais e trabalhadores formais, responderam ter computador; 68,3% (informais) e 31,7% (formais) têm máquina fotográfica. Com relação aos outros bens, encontramos: TV a cabo e TV com antena parabólica apresentam um percentual maior de trabalhadores informais (53,8% e 68,8%), sobre os trabalhadores formais (46,2% e 31,3%), respectivamente.

Embora concordemos com os pesquisadores de que nesta área não é possível traçar, do ponto de vista empírico, uma linha diferenciadora entre a estratégia de sobrevivência e a alternativa de vida, ficou comprovado empiricamente que não há muita diferença nos padrões de consumo das pessoas que estão na informalidade em relação àquelas que estão na formalidade. Talvez a diferenciação que favoreça os componentes do mercado formal seja o fato de este assegurar uma série de direitos (aposentadoria por tempo de serviço, férias,

décimo terceiro salário, entre outros), que não são garantidos aos trabalhadores do setor informal.

4.3 Vantagens e desvantagens do trabalho informal: a visão dos sujeitos

Nos capítulos anteriores, discutiu-se o trabalho informal caracterizado pela não subordinação dos trabalhadores às relações institucionais. Essa característica faz com que o exercício de atividades informais culmine, simultaneamente, em sentimentos de autonomia e angústia, devido às vantagens e desvantagens inerentes à informalidade. No bojo desta pesquisa foram citadas pelos colaboradores algumas vantagens, tais como a flexibilidade do horário de trabalho, a possibilidade de crescimento profissional e independência.

Quando questionada sobre os motivos que a levaram a escolher um trabalho sem carteira assinada, em vez de trabalhar no mercado formal, obtivemos a seguinte resposta de uma colaboradora:

A vantagem de trabalhar informalmente é que você pode fazer seu horário. De manhã toma conta da casa e a tarde sai pra vender. O horário quem faz é você. E, dependendo também de quando você começa a trabalhar, as pessoas começam a te conhecer e vão até a sua casa. Então, tem essa vantagem, às vezes você atende suas clientes em sua casa. O horário quem faz é você, se você quiser ganhar mais, você vai trabalhar mais; se achar que esse mês está fraco pode descansar mais. Não é como no trabalho formal, porque a pessoa, querendo ou não, tem que ir. Vai depender de você. (Colaboradora 29 - casada, 25 anos – ensino fundamental completo).

A flexibilidade do horário é considerada como uma vantagem pela Colaboradora 29, tanto em relação à organização do processo de trabalho em si, mas, fundamentalmente, devido à possibilidade de conciliar as atividades informais

(vendedora) com as suas responsabilidades com a casa. Nesse contexto, por não ter que cumprir um horário rígido, ela considerou essa flexibilidade como uma vantagem, pela condição de “decidir” o horário em que vai trabalhar na casa ou na rua.

No meu caso mesmo, você tem possibilidade de ter melhores salários, você tem possibilidade de fazer sua jornada de trabalho, escolher qual horário você quer trabalhar, tem a questão da especialização, você se preocupa mais em se especializar, se preocupa mais em estudar, e eu acho que quando você está no mercado de trabalho formal você é pago pra fazer determinado serviço, muitas vezes você não tem a oportunidade de estar exercendo outras funções. No mercado informal não, você tem que se desdobrar, fazer de tudo um pouco, sempre está procurando melhorar, se você trabalha em uma determinada área você quer crescer naquela área, você quer fazer outras coisas, isso acaba exigindo muito de você, isso eu vejo como positivo. (Colaborador 24 – solteiro, 29 anos – ensino superior completo).

A flexibilidade de horários foi considerada por quase todos os componentes dos grupos focais. Além deste, outros elementos foram apontados pelos colaboradores como vantagens no setor informal em relação ao mercado formal: o fato de a renda auferida no setor informal ser mais alta do que aquela obtida exercendo a mesma função e se submetendo às regras da formalidade, como o cumprimento de horários, a existência de um patrão, entre outros. O fato de a informalidade não oferecer qualquer tipo de garantia legal para aqueles que nela estão inseridos faz com que eles tenham que utilizar a criatividade, sempre buscando aperfeiçoar-se para o desempenho de suas atividades profissionais. Portanto, essa situação de incerteza em relação ao futuro foi considerada como um elemento motivador para a busca de especialização constante, sobretudo no ramo de prestação de serviços. Neste, especialmente para quem está no ramo da

informática, há necessidade de atualização constante para acompanhar as exigências e/ou demandas do mercado, como considerou o Colaborador 24.

Entretanto, como vem sendo reforçado ao longo desta tese, o setor informal é composto tanto por pessoas que estão inseridas por “opção”, como também por aquelas que foram “obrigadas” a ingressar nesse tipo de atividade, para garantir a sobrevivência. Assim, considerando essa heterogeneidade, foram citadas, também, algumas desvantagens no exercício de atividades informais. A realização dos grupos focais foi muito importante para aprofundar questões indicadas pela pesquisa quantitativa e pelo fato de confrontar as opiniões das pessoas no grupo, possibilitando entender como os colaboradores avaliavam vantagens e desvantagens. Embora alguns depoimentos, às vezes, considerassem ao mesmo tempo vantagens e também desvantagens, as falas a seguir são bastante elucidativas para corroborar esta análise.

A desvantagem que leva a gente a ficar inseguro. É um compromisso que a gente não pode fazer, é uma coisa muito insegura, eu não sei se amanhã a minha condição física, se eu vou conseguir tirar aquele tanto que eu fiz o compromisso. A gente fica com medo de fazer uma dívida. Às vezes a gente tem a necessidade de fazer a dívida, mas fica inseguro, porque a gente não tem certeza do que vai tirar. No mês que vem de repente acontece uma surpresa e a gente fica sem saber. (Colaboradora 35 – solteira, 22 anos – ensino médio incompleto).

Pela fala da Colaboradora 35, fica clara a situação de risco que caracteriza as atividades informais. Ela destaca a insegurança como uma desvantagem e cita duas razões: a primeira é que, na condição de trabalhadora informal, ela não tem tanta facilidade para fazer qualquer tipo de financiamento³⁷ e/ou crediário, já que

³⁷ Apenas alguns bancos, como o Banco de Nordeste, têm algumas modalidades de crédito exclusivas para as pessoas que estão inseridas no setor informal.

os estabelecimentos bancários e comerciais exigem comprovação de renda. As pessoas com contrato de trabalho formal não enfrentariam esse tipo de dificuldade. A segunda razão apontada por ela é em relação ao total do rendimento a ser auferido com o trabalho. Pode haver um mês em que ela tenha um rendimento que dê para arcar com compromissos e/ou despesas contraídas, mas em outro mês a situação pode ser diferente. É interessante observar pelo depoimento, em que pese a algumas vantagens contidas em outras falas, que a maior desvantagem do trabalho informal é não ter qualquer tipo de segurança, portanto, não poder contar com uma renda todo mês, por exemplo.

A desvantagem é porque quem trabalha informal tem que suar, porque não tem um valor x. Eu vejo meu esposo, no caso dele, ele trabalha informal, não tem tempo. A gente faz a hora, mas aparece tanto problema que você acaba extrapolando o horário. No trabalho informal, quando mais você vende mais você vai ganhar. A única vantagem é a liberdade. Agora as desvantagens são muitas. Já aconteceu comigo. Bordei as peças, vendi e dei um mês para a menina pagar. Depois de um mês eu fui na casa dela e ela me enrolando. O que aconteceu? Ela me devolveu as peças. Então eu comprei material, vendi, fiz compromisso e quem trabalha informal não pode fazer compromisso. Então é muita desvantagem, o prejuízo é grande. (Colaboradora 28 – casada, 26 anos – ensino fundamental incompleto).

A colaboradora acima destaca uma desvantagem da atividade informal, que é a possibilidade de flexibilidade do horário de trabalho, e que é justamente o que outros colaboradores consideraram como vantagem. Aí nota-se uma ambigüidade, pois, ao mesmo tempo em que a pessoa tem a prerrogativa de decidir os horários em que vai trabalhar, ela é obrigada, por vezes, a uma jornada maior do que a jornada que seria obrigada a cumprir se trabalhasse formalmente. Aliado a isso, as perdas de material, vendas sem receber, etc., seriam fatores que, no mercado formal, não influiriam no seu salário. Neste sentido, as desvantagens citadas

convergem para a questão do grande número de horas de trabalho diárias, para a falta de previsibilidade ou garantia de uma determinada renda e também para a insegurança em relação ao produto do trabalho. Fica claro que, neste setor, corre-se o risco de fabricar uma mercadoria e não conseguir vendê-la ou receber pela venda, o que acarreta prejuízos evidentes.

A única vantagem de trabalhar é chegar ao final do mês e ter o seu dinheirinho. Informalmente pra mim é horrível, porque minha coluna é terrível. Eu fico sentada fazendo unha, quando eu levanto, na verdade eu não levanto, eu fico encurvada, então eu sinto que quando eu estou fazendo unha eu estou só agravando a minha coluna. Então tem coisas que você faz que mexem com o seu ego. Quando estou fazendo unha, por exemplo, eu penso que já estou com 57 anos e olha só o que eu posso fazer. Outras vezes você faz e não fica recompensada, puxa vida “eu poderia ter feito melhor”, mas a vista não deixou, a coluna não deixou. Na verdade, aí algumas pessoas vão e elogiam, enchem o seu ego, essa é uma recompensa, mas recompensa mesmo só o dinheirinho. Porque na verdade, a verdade é a seguinte, eu não gosto de trabalhar. Eu trabalho porque eu preciso, porque quando eu tinha, eu já tive uma condição financeira melhor, eu era só dona de casa, nunca fui madame, mas sempre fui dona de casa. Nunca achei tempo ocioso um problema, sempre fui ótima companhia pra mim mesma. A única vantagem que eu vejo em trabalhar é poder ganhar meu dinheiro, é só isso. (Colaboradora 16 – divorciada, 57 anos – ensino médio completo).

A fala da Colaboradora 16 deixa transparecer toda a sua angústia, pois ela já teve um emprego no mercado formal, onde trabalhou por vários anos, e, depois, quando foi excluída, já com idade avançada, não conseguiu reingressar. Assim, o setor informal foi uma saída, já que não teve alternativa de trabalho para garantir a sobrevivência. Portanto, a fala dela se encaixa na tese defendida por Hirata e Humphrey (1989) de que “nos períodos de crise, um declínio do emprego formal seja acompanhado pelo crescimento do trabalho por conta própria e sem carteira assinada” (p.71). A fala da colaboradora permite-nos acreditar que, quando as mulheres saem do emprego formal, elas têm maior dificuldade de retorno.

Um desdobramento interessante das falas acima é que, ao considerarem a situação de incerteza e insegurança do setor informal, as pessoas chamam para si a responsabilidade com o resultado. Apesar de entenderem que a informalidade é caracterizada por vantagens como possibilidade de auferir renda maior, controle sobre o horário e o processo de trabalho, etc., ao mesmo tempo se colocam como subordinadas a elas mesmas, na medida em que o fato de trabalharem mais ou menos vai ter conseqüências que terão que ser assumidas. Ao contrário, as pessoas que estão inseridas no mercado formal são subordinadas a várias regras, mas não têm “responsabilidade” com o provimento do seu salário, pois suas funções são de produção, e a função de administração (salários) é exercida pelo patrão.

4.4 O trabalho informal: o sentido da “escolha”

Observa-se pelas falas que não existe um consenso em relação ao ingresso no setor informal, o que confirma a característica de heterogeneidade apontada pela revisão da literatura. Na realidade, essas falas configuram duas situações de ingresso: em primeiro lugar, identificamos alguns que declararam terem sido forçados a ingressar nesse tipo de atividade, por falta de oportunidade de trabalho no setor formal. Dentre os fatores alegados para essa exclusão podemos destacar - a partir de algumas falas - o aumento do desemprego, a baixa escolaridade e a idade avançada. (como vimos nos quadros de perfil socioeconômico (quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6). Portanto, falta de qualificação e de escolaridade limita a competitividade no mercado formal; conseqüentemente,

empurra as pessoas para a informalidade. E se isso acontece até para quem é jovem, a situação fica mais grave para as pessoas que estão próximas da terceira idade.

Na verdade, não foi uma opção, foi mais forçado. Como eu moro de aluguel, a gente tinha que completar a renda lá em casa. Eu fiquei por muito tempo, coloquei muito currículo, mas discordo quando dizem que quando a gente está no meio não é mais fácil. Eu trabalhei oito anos de carteira assinada e nem por isso eu arrumei outro emprego. (Colaboradora 27 - casada, 21 anos – ensino médio completo).

O depoimento da Colaboradora 27 mostra que o seu ingresso no setor informal foi em decorrência da sua exclusão do setor formal. Ela alega o fato de ter que contribuir com a renda familiar como a principal razão do seu ingresso na informalidade. A sua fala denota toda a insegurança que é característica da atividade informal, bem como a sua falta de qualificação profissional para competir em igualdade de condições com outras pessoas no mercado formal.

No meu caso foi falta de escolha, pelo fato de já ter a idade avançada e agora preciso mais ainda, mesmo por causa da idade, tem que fazer qualquer coisa pra sobreviver. (Colaboradora 15 – viúva, 61 anos – ensino médio completo).

Outra razão apontada para a exclusão dos postos de trabalho formal foi a idade avançada. Segundo a Colaboradora 21, o fato de já ter passado de uma determinada idade e precisar trabalhar em qualquer coisa para garantir a sobrevivência fez com que o setor informal se colocasse como uma alternativa imediata.

Eu estou não por escolha, a vida inteira eu fui auxiliar de contabilidade, trabalhei regularmente em um escritório de contabilidade, mas há alguns meses que eu fiquei desempregada e permaneço desempregada porque tem uma coisa esquisita que está acontecendo hoje, os jovens não têm

oportunidade porque não têm experiência, aos 40 você já é velha e aos 50? Porque eu estou com 57. Aí o meu problema é agregado ao fato de eu ter muita experiência e quando você tem experiência você precisa de uma faixa salarial melhor, a experiência e o excesso de idade. (Colaboradora 16 – divorciada, 57 anos – ensino médio completo).

A fala da colaboradora mostra que tanto a idade avançada quanto a falta de qualificação são fatores que limitaram as chances de reingresso no mercado formal. Ela tem o curso técnico em contabilidade e exerceu a profissão por vários anos, mas não continuou o seu processo de qualificação. Quando perdeu seu emprego no mercado formal não conseguiu outro emprego. Um aspecto interessante que deve ser ressaltado é que a colaboradora traz consigo, junto com a falta de esperança, a consciência de que, além da falta de qualificação, o fator idade é limitador para algumas pessoas, tanto as mais velhas, como ela, que já tem 57 anos, “que tem muita experiência”, quanto os mais jovens, “que têm pouca experiência”. Ou seja, o mercado não absorve os jovens e tampouco absorve as pessoas mais velhas, fenômeno já observado na literatura sobre o tema. O ingresso no setor informal se configurou como uma estratégia de sobrevivência para a colaboradora, na medida em que ela declarou não ter tido alternativa para garantir o seu sustento básico senão ingressar no mercado informal.

Pra mim não foi escolha não, eu queria uma coisa melhor para minha vida, mas pelas minhas condições eu tive que optar por isso e foi mais fácil pra mim, eu estar vendendo, confeccionando. Achei uma alegria de trabalhar com vendas. Eu aprendi a gostar, apesar de que não era o meu sonho, mas eu aprendi a gostar do que eu faço. Hoje eu tenho prazer no que eu faço. Se eu pudesse desenvolver com mais condições.... (Colaboradora 35 – solteira, 23 anos – ensino médio incompleto).

Os depoimentos sugerem que a opção pelo exercício de atividades informais acontece porque as trabalhadoras vêem essas atividades como uma

alternativa mais prática para quem foi excluída dos postos de trabalho formal e não conseguiu ser reabsorvida.

Eu acho que, na condição em que me encontro hoje, foi mesmo, como se diz, obrigação. Não é uma escolha, se tivesse como, se você pudesse conciliar esse serviço nosso com a carteira assinada, seria excelente pra nós. Você trabalhar em casa, fazer seu serviço com a carteira assinada seria pra nós o mundo perfeito, você está abrangendo tudo. Você está pegando família, pegando tudo. E não tem aquela problemática toda de sair de casa e deixar pra trás, chegar à noite. Igual a nós que temos marido, infelizmente, às vezes devido à criação, a mulher tem sempre que ser submissa ao marido. Se a humanidade exige e nós queremos dar, mesmo mandando, (igual sou eu que mando), isso é realidade. Você pode estar trabalhando lá fora, a sua cabeça realmente está na sua casa. E se houver uma oportunidade, uma chance pra nós de conciliar serviço de casa, esse trabalho informal com a carteirinha assinada, seria perfeito. (Colaboradora 10 – casada, 57 anos, ensino médio completo).

Estes depoimentos comprovam que o ingresso desses trabalhadores no exercício de atividades informais não se deu em função de uma escolha, ao contrário, foi em função da sobrevivência. Essas pessoas perderam seus empregos no mercado formal e, como não encontraram outro emprego, foram obrigadas a entrar na informalidade, como forma de garantir o sustento para elas e suas famílias.

Essa configuração deve-se também ao fato de o ingresso nesse tipo de atividade ser mais fácil para quem não conseguiu o emprego no setor formal ou quem o perdeu, já que é um setor de fácil acesso e que não demanda maior especialização. Contudo, apesar de certa resignação com a atividade atual, percebe-se que essas pessoas acalentam o desejo de algum dia serem absorvidas por postos de trabalho do mercado formal.

A segunda configuração é justamente o inverso desta: são pessoas que, mesmo tendo a oportunidade de ingressar no trabalho formal, optaram por trabalhar no setor informal. Assim, a exclusão (perda do emprego formal) ou a auto-exclusão (saída voluntária) foram as motivações que impulsionaram esse grupo de pessoas a ingressar no setor informal. Os depoimentos sugerem que, de um modo geral, os trabalhadores têm uma visão positiva do trabalho exercido, pois não cogitam deixar essa atividade para ingressar em outra formalizada. Portanto, o que se percebe é uma forte valorização do trabalho informal como fator definidor de ingresso e/ou permanência nesse setor.

Eu já fiz de tudo: já vendi, já fui pedreiro, mas o que eu gosto mesmo é de pintar. Eu acho que essa é a minha vocação. É o que eu gosto e é a minha vocação. Eu consegui o meu primeiro emprego sozinho, trabalhei numa firma sem ser fichado. Eu preferi trabalhar a estudar, por isso eu tenho a quarta série. Depois eu fiz cursos por correspondência, aqueles do Instituto Universal Brasileiro, mas também não deu certo porque os materiais eram muito caros, tive que largar também. Aí, eu arrumei um trabalho informal porque eu ganhava muito mais. O mercado informal dava mais lucro do que o mercado formal. Aí, eu fui tomando mais gosto pela pintura, mas eu optei pela pintura porque eu ganhava mais. (Colaborador 3 – 54 anos – ensino fundamental completo).

No depoimento do Colaborador 3, nota-se que sua opção foi em função de sua falta de qualificação, já que ele não teve oportunidade de estudar, mas aprendeu a pintar e fez da pintura a sua escolha de trabalho. Ele se insere na motivação “estratégia de vida”, não por ter racionalmente optado pelo trabalho informal, abandonando o mercado formal, mas por ter tido sorte de escolher uma função dentro da construção civil que ainda é muito valorizada na cidade. Assim, embora ele declare que não teve qualificação profissional para competir no mercado formal, se considerarmos as suas condições - falta de estudo e idade

avançada -, ele tem uma renda razoável em comparação com as faixas salariais encontradas na cidade.

Bem, eu posso estar dividindo minha vida em etapas. Porque quando eu era mais novo eu tinha um sonho de trabalhar de carteira assinada, assim na fase dos 15, 16 anos, quando realmente eu tive a oportunidade de trabalhar no mercado de trabalho formal. Aí eu comecei a fazer assim como se fosse um contrapeso, medir as vantagens e as desvantagens. . No meu caso, assim, eu comecei a ver que ganharia mais trabalhando no mercado informal e felizmente eu sempre gostei. No meu caso específico, eu sempre tive a oportunidade de crescer muito rápido no serviço. Eu acredito assim e por isso eu passei a acreditar que o mercado informal acaba te dando mais oportunidades de estar crescendo dentro da empresa. Com 16 anos eu tive a oportunidade de ser gerente de um supermercado Meu patrão até chegou pra mim, eu lembro até hoje, falando assim, eu posso assinar a sua carteira, só que com carteira seu salário vai ser xis, se você trabalhar de forma assim, sem nenhum contrato, você vai ganhar mais, vai trabalhar mais, lógico, né?! Mas só que você vai ter um rendimento maior, seu serviço também vai ser mais flexível. Partindo daí acabou, então começou a acabar esse interesse de trabalhar com carteira assinada. Tive outras oportunidades, mas perdi o interesse. Uma coisa assim que eu vejo, no meu caso, no mercado informal, é que você acaba, o mercado informal exige mais de você, então você acaba se especializando mais, você corre mesmo atrás, se dedica, faz cursos, não se acomoda. Eu vejo que quando você entra no mercado formal, chegou num determinado cargo você fica parado. (Colaborador 24 – 29 anos – ensino superior completo).

Dois fatores devem ser observados para analisar as visões positivas desses colaboradores sobre a escolha pelo ingresso no setor informal. Por um lado, a renda auferida no trabalho atual, já que ambos apontam que têm rendimentos superiores aos que receberiam no mercado formal; por outro lado, o desejo de autonomia profissional. A possibilidade de definir racionalmente o seu crescimento e/ou aperfeiçoamento profissional constitui fator impulsionador da escolha por esse tipo de trabalho.

Ao considerarmos elementos como independência financeira e autonomia, o exercício de atividades informais não pode ser correlacionado aos impedimentos

do mercado formal, em decorrência de a pessoa ter sido excluída deste. Ao contrário, o ingresso foi motivado pelo desejo de autonomia profissional, tanto em termos da possibilidade de receber maiores rendimentos, quanto do desejo de crescer profissionalmente, porque essas pessoas vislumbram no setor informal, até por não haver outros tipos de garantia - que, certamente, estariam presentes no mercado formal -, um impulso para estar sempre “correndo atrás”.

Além desse conjunto de razões que motivaram a escolha pela informalidade, destacam-se ainda colaboradores que, mesmo tendo oportunidade de ganhar mais no mercado formal, preferiram abandonar este e trabalhar informalmente. Apontaram como motivos: a possibilidade de flexibilizar a jornada de trabalho, objetivando ter mais tempo para se dedicar ao estudo, por exemplo, e também a dificuldade de lidar com as regras da formalidade.

Eu já tive oportunidade de trabalhar em vários lugares de carteira assinada, só que no meu caso é diferente do que eles falaram, porque eu já tive a oportunidade de ter um salário maior trabalhando de carteira assinada, só que eu não quis porque a jornada de trabalho era muito extensa e ia atrapalhar meus estudos. (Colaborador 22 – 22 anos – ensino superior completo).

É interessante observar, a partir dos depoimentos dos Colaboradores 19 e 22, que a atividade que desenvolvem, na atualidade, não é a primeira experiência de trabalho, pois passaram por outros tipos de trabalho e deixaram “voluntariamente” esse trabalho para ingressar na informalidade. Eles estão nessas atividades por diversas razões, denotando assim certo espírito empreendedor, representado pela autonomia e liberdade que, em tese, são características inerentes ao setor informal. Para esses colaboradores, a possibilidade de autonomia, mesmo que fictícia, compensa a falta de algumas

garantias que teriam no mercado formal. Assim, ao fazerem essa opção, fizeram valer os seus projetos individuais, pois a “autonomia decorrente da flexibilidade de que os agentes dispõem sobre o tipo e o tempo do trabalho que realizam permite que eles reelaborem suas experiências, tanto através de determinações recebidas, como em função daquilo que eles consideram desejo e vontade” (Vidal, 1996, p.117). O depoimento abaixo é bastante profícuo para corroborar essas afirmações.

Bem, no meu caso eu tive a oportunidade também de trabalhar com carteira assinada, eu queria experiência, mas eu não gostei, não pelo salário, mas pela mesmice, você não tinha a oportunidade de ser criativo, fazer alguma coisa diferente, você não tinha essa oportunidade, e eu odeio regras. Então eu achei que trabalhando informalmente eu tinha alternativas, eu poderia fazer alguma coisa, e igual, exige mais de você, você tem mais vontade de correr atrás, de criar alguma coisa, um produto ou alguma coisa assim. Então, graças a Deus, eu escolhi essa área, porque se eu estivesse trabalhando na área em que eu tive oportunidade hoje eu não estaria aqui fazendo faculdade. Nessa experiência que eu tive, eu comecei a acomodar, então, depois que eu saí, eu falei, puxa vida, eu fiquei esse tempo todo aí eu achei melhor informalmente, pra não acomodar, porque senão eu ficaria lá até hoje, não teria produzido nada. Então, eu sou informal por opção. (Colaborador 19 – 24 anos – ensino médio completo).

Essas declarações sugerem que, para esses colaboradores, a busca de autonomia aparece como uma estratégia que visa responder ao aumento de rendimentos, à flexibilidade de horários e, conseqüentemente, à não subordinação a patrões, como fatores que motivaram o ingresso e permanência no setor informal. Entretanto, em seus depoimentos, não se percebem as inseguranças e angústias comumente presentes nas análises das atividades informais: o que levam em conta é, justamente, uma motivação para sair da rotina, da mesmice,

para não se acomodar. Assim, o ingresso não é pautado pela subordinação à lógica do mercado (sobrevivência), mas se torna uma alternativa de vida.

Para finalizar este capítulo, faz-se conveniente afirmar que os depoimentos dos colaboradores dos grupos focais, analisados acima, corroboram nossas hipóteses, já que os dados quantitativos e os grupos focais apontaram que o setor informal é heterogêneo. Em outras palavras, isso demonstra que os seus componentes foram motivados a ingressar neste setor tanto pela estratégia de sobrevivência, como pela alternativa de vida, na medida em que as mudanças no processo de produção e de trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva, não provocaram apenas a precarização do trabalho, possibilitaram ainda a emergência de trabalhadores autônomos que buscam no exercício de atividades informais uma atividade que envolva realização pessoal e profissional.

Em suma, a racionalidade³⁸ utilizada para a escolha de trabalho não é apenas de ordem econômica. Pode até ser que esta nem seja encontrada, mas considera outros elementos, como domínio da jornada e do próprio trabalho, elementos também importantes para a construção de uma identidade positiva por meio do trabalho.

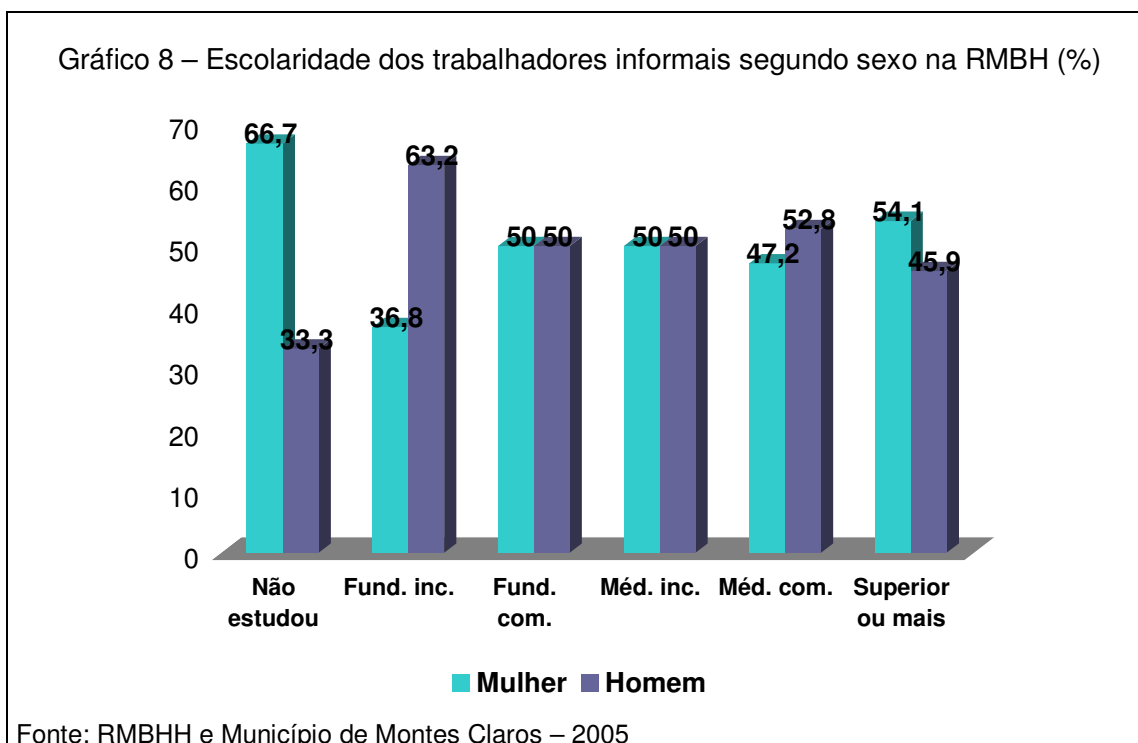
³⁸ Aqui utilizamos o conceito de racionalidade desenvolvido por Elster (1994, p. 38), que considera a racionalidade instrumental, ou seja, “guiada pelo resultado da ação. As ações não são avaliadas e escolhidas, não por elas mesmas, mas como meio mais ou menos eficiente para um fim ulterior”.

CAPÍTULO 5 – AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SETOR INFORMAL NA RMBH E EM MONTES CLAROS

Neste capítulo, empreendemos a análise das desigualdades de sexo no setor informal, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Município de Montes Claros.

5.1 O que dizem os dados dos *surveys* da RMBH e Montes Claros

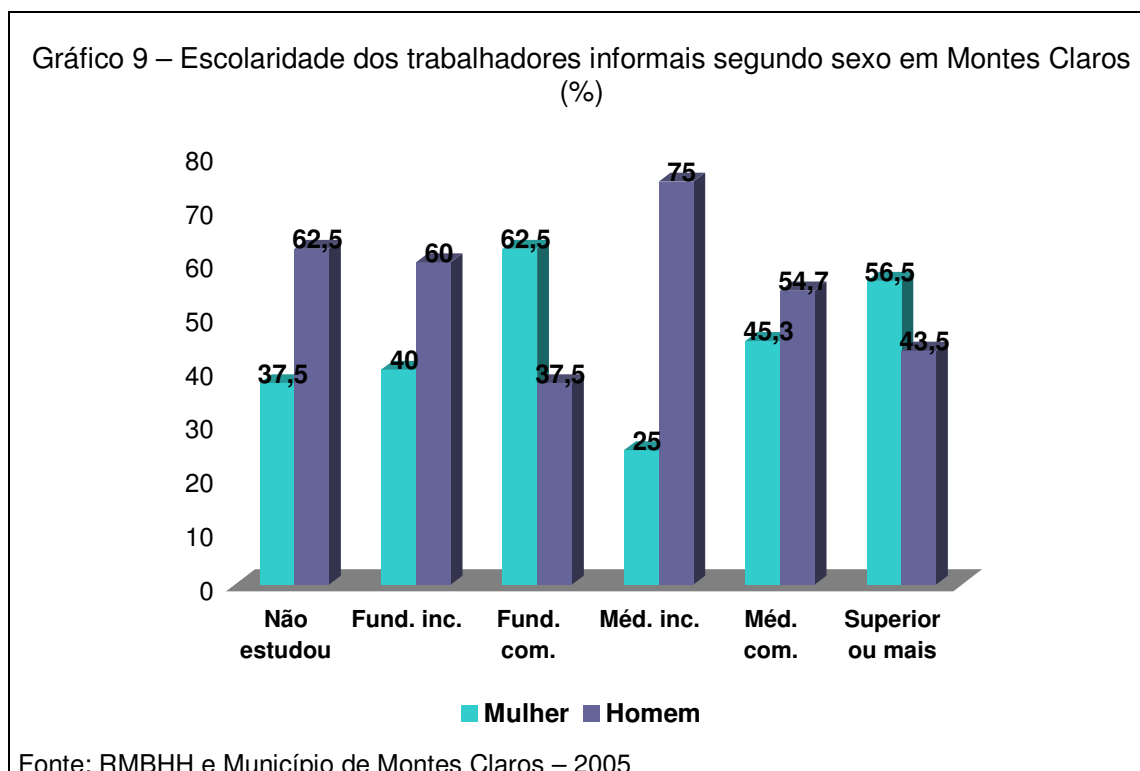
A inclusão da variável grau de escolaridade é importante no sentido de estabelecer comparações entre homens e mulheres, no exercício de atividades informais, uma vez que ela pode explicar as desigualdades entre os sexos. O Gráfico 8 mostra que, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre os que não têm escolaridade, 66,7% são mulheres e 33,3% são homens. Dos que declararam não ter concluído o ensino fundamental, os homens são maioria (63,2%), e as mulheres representam o percentual de 36,8%. Um dado importante que o gráfico apresenta é que, entre os que têm ensino fundamental completo e médio incompleto, as taxas de escolaridade de homens e mulheres são semelhantes. Nesses casos, verifica-se uma distribuição homogênea entre os sexos, com 50% para cada um. A diferença se estabelece quando se verifica a parcela de pessoas que cursaram o ensino médio completo, já que 47,2% são mulheres e 52,8% são homens. Entretanto, daquelas pessoas que têm escolaridade superior ou mais, a taxa de mulheres (54,1%) é mais alta que a dos homens (45,9%).



Para o Município de Montes Claros, o Gráfico 9 aponta que, nos níveis de escolaridade mais baixos, existe uma diferença significativa entre os sexos: das pessoas que não têm estudo, 62,5% são homens e 37,5% são mulheres; dos que têm ensino fundamental incompleto, 60% são homens e 40% são mulheres; com ensino médio incompleto, 75% são homens e 25% são mulheres. Quando verificamos o ensino médio completo, as diferenças diminuem significativamente, pois 54,7% são homens e 45,3% são mulheres, ao passo que, no ensino fundamental completo e no ensino superior, a relação se inverte: 62,5% de mulheres e 37,5% de homens no primeiro caso e 56,5% de mulheres e 43,5% de homens no último caso.

Quando a escolaridade aumenta, há uma tendência de aumento da porcentagem de mulheres. Tanto em Montes Claros quanto em Belo Horizonte,

com relação aos trabalhadores informais que tiveram acesso ao ensino superior, o percentual de homens é menor. Isso vem acompanhar a tendência nacional apresentada por Bruschini (2007), que constatou que as mulheres estão estudando mais do que os homens³⁹.



Analisando as desigualdades de sexo em relação aos rendimentos no setor informal na RMBH e em Montes Claros, percebemos que este setor tende a acompanhar a tendência nacional, já que, embora com alguns avanços significativos, a participação das mulheres no mercado de trabalho ainda é marcada pela tendência à segregação que historicamente favoreceu o sexo

³⁹ No texto *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*, Bruschini (2007, p.14) verificou que as mulheres tendem apresentar maior escolaridade do que os homens, quando a escolaridade aumenta, pois daqueles/as que têm 12 ou mais anos de estudo, a porcentagem de homens é de 8,6% e a de mulheres é de 10,3%.

masculino. Portanto, partindo do pressuposto de que o nível de rendimento das mulheres brasileiras é, reconhecidamente, mais baixo do que o dos homens, verifica-se, pelos dados da Tabela 6, que também nas referidas cidades há uma diferença de rendimentos entre homens e mulheres. Assim, quando o salário é baixo, a taxa de mulheres tende a ser maior do que a de homens, como pode ser verificado nas faixas de renda entre um e três salários mínimos (51,4% de mulheres e 48,6% de homens na RMBH e 52,9% de mulheres e 47,1% de homens em MOC). Na faixa correspondente a mais de três até cinco salários mínimos, o percentual de mulheres é menor em Belo Horizonte (28,5% de mulheres e 71,9% de homens, ao passo que, em Montes Claros, homens e mulheres apresentam o mesmo percentual (50%). Entre os que têm rendimento de mais de cinco até 10 salários mínimos, os homens são maioria, tanto na RMBH (37,7% para mulheres e 62,3% para homens), quanto em Montes Claros (38,1% para mulheres e 61,9% para homens).

Um dado interessante que a tabela apresenta refere-se à porcentagem de pessoas que recebem o equivalente a mais de 10 salários mínimos mensais. Pode-se verificar que as mulheres entrevistadas têm um rendimento superior ao dos homens na RMBH (65% e 35%, respectivamente), enquanto que, em MOC, nesta faixa, 71,4% são homens e 28,6% são mulheres. Contudo, apesar dessas exceções, os dados sugerem que nas regiões investigadas, a exemplo do que ocorre no Brasil, as ocupações desempenhadas por mulheres têm percebido rendimentos inferiores às dos homens.

Tabela 6 – Renda média mensal segundo sexo dos trabalhadores informais

Cidade	Renda média mensal	Sexo					
		Mulher		Homem		Total	
		F	%	F	%	F	%
RMBH	Menos de 1 SM	3	50,0	3	50,0	6	100,0
	1 a 3 SM	56	51,4	53	48,6	109	100,0
	Mais de 3 a 5 SM	18	28,1	46	71,9	64	100,0
	Mais de 5 a 10 SM	20	37,7	33	62,3	53	100,0
	Mais de 10 SM	52	65,0	28	35,0	80	100,0
Montes Claros	Menos de 1 SM	2	40,0	3	60,0	5	100,0
	1 a 3 SM	37	52,9	33	47,1	70	100,0
	Mais de 3 a 5 SM	10	50,0	10	50,0	20	100,0
	Mais de 5 a 10 SM	8	38,1	13	61,9	21	100,0
	Mais de 10 SM	2	28,6	5	71,4	7	100,0

Fonte: Pesquisa da RMBH e Município de Montes Claros - 2005

Direcionando a análise para a jornada de trabalho por sexo, a Tabela 8 mostra que, tanto na RMBH quanto no Município de Montes Claros, há uma maior tendência de concentração das mulheres, em relação aos homens, na jornada de trabalho até 20 horas semanais (64% de mulheres e 36% de homens na RMBH e 61,1% de mulheres e 38,9% de homens em MOC). Também na jornada entre 20 e 40 horas, encontramos 60,4% de mulheres e 39,6% de homens na RMBH e 67,3% de mulheres e 32,7% de homens em Montes Claros.

Tabela 7 – Horas de trabalho semanais segundo sexo dos trabalhadores informais

Cidade	Jornada de trabalho semanal	Sexo					
		Mulher		Homem		Total	
		F	%	F	%	F	%
RMBH	Até 20 horas	32	64,0	18	36,0	50	100,0
	Mais de 20 a 40 horas	90	60,4	59	39,6	149	100,0
	Mais de 40 horas	51	30,9	114	69,1	165	100,0
Montes Claros	Até 20 horas	11	61,1	7	38,9	18	100,0
	Mais de 20 a 40 horas	33	67,3	16	32,7	49	100,0
	Mais de 40 horas	21	30,9	47	69,1	68	100,0

Fonte: Pesquisa da RMBH e Município de Montes Claros - 2005

Entretanto, um aspecto interessante que se percebe é que, quando a jornada de trabalho aumenta, conseqüentemente, cresce a porcentagem de homens. Isso pode ser verificado na referida tabela, na medida em que 30,9% de mulheres e 69,1% de homens na Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Município de Montes Claros trabalham mais de 40 horas semanais. Isto nos leva a concluir que o fato de as mulheres também exercerem trabalhos domésticos faz com que uma porcentagem menor delas, nas regiões investigadas, assumam jornadas de trabalho maiores fora de casa.

5.2 Modelos de regressão

Neste estudo, utilizam-se dois tipos de modelos de regressão multivariada que procuram avaliar o efeito conjunto das variáveis independentes sobre a variável dependente. O primeiro é o modelo de regressão linear múltipla, que toma

como variável dependente o logaritmo da renda do entrevistado; o outro é o modelo multivariado de regressão logística binária, que assume como variável dependente a ocupação no mercado de trabalho, dicotomizada em formalmente ocupado (categoria de referência) e informalmente ocupado. Serão adotados os níveis de 0,05 e 0,10 de significância na interpretação dos modelos.

A seguir, apresentam-se os modelos e as análises dos efeitos dos fatores sobre a variável dependente.

Especificação dos modelos

Modelo 1: regressão linear múltipla

Variável dependente: Logaritmo da renda (Logrenda)

Variáveis independentes:

Anos de estudo (Ano_educ): número de anos que o entrevistado estudou

Idade: medida em anos

Idade ao quadrado (Idade2): quadrado da idade

Sexo: 1=masculino e 0=feminino

Tipo de Ocupação (Ocupação): 1=ocupado formalmente e 0=ocupado informalmente

O modelo proposto tem a seguinte forma:

$$\text{Logrenda} = \beta_0 + \beta_1(\text{Ano_educ}) + \beta_2(\text{Idade}) + \beta_3(\text{Idade}^2) + \beta_4(\text{Sexo}) + \beta_5(\text{Ocupação}) + \varepsilon$$

O modelo acima é conhecido como modelo de regressão linear múltipla e avalia o efeito conjunto das variáveis independentes sobre a taxa de variação da

renda. Ou seja, mantendo-se fixos os demais fatores, busca-se o efeito de um fator, em particular, sobre a variação ocorrida na renda. Em outras palavras, estima-se o quanto o aumento de um particular preditor está associado à mudança na renda.

Resultados do modelo e discussão

Tabela 8 – Resultados do modelo de regressão múltipla – Região Metropolitana de Belo Horizonte – Alocação no mercado formal e informal – Efeitos sobre a renda

Variável	B	P	%
Anos de estudo	0,1790	0,000	17,9
Idade	0,0459	0,004	4,6
Idade2	-0,0002	0,290	0,0
Sexo	0,0241	0,715	2,4
Ocupação	-0,0592	0,383	-5,9
Constante	3,0120	0,000	-

Fonte: Pesquisa da RMBH e Município de Montes Claros - 2005

Nota 1: variável dependente: logaritmo da renda

Nota 2: Coeficiente de Determinação do Modelo: $R^2 = 0,404$

Tabela 9 – Resultados do modelo de regressão múltipla – Cidade de Montes Claros – Alocação no mercado formal e informal – Efeitos sobre a renda

Variável	B	P	%
Anos de estudo	0,1200	0,000	12,0
Idade	0,0307	0,262	3,1
Idade2	-0,0002	0,603	0,0
Sexo	0,2140	0,044	21,4
Ocupação	0,0289	0,790	2,9
Constante	3,1100	0,000	-

Fonte: Pesquisa da RMBH e Município de Montes Claros - 2005

Nota 1: variável dependente: logaritmo da renda

Nota 2: Coeficiente de Determinação do Modelo: $R^2 = 0,261$

As tabelas apresentam as variáveis independentes (variável), as estimativas dos parâmetros do modelo (β), a significância das estimativas dos parâmetros (p) e a variação percentual na renda (%) a partir das medidas obtidas para os β s.

Inicialmente, pode-se verificar, a partir do Coeficiente de Determinação (Nota 2 da Tabela 8), que, no caso de Belo Horizonte, aproximadamente 40,4% da variação que ocorre na renda é explicada pelo modelo.

Pode-se observar na Tabela 8 que, em Belo Horizonte, as variáveis anos de estudo e idade apresentaram efeito estatisticamente significativo ao nível de 0,05.

No caso dos anos de estudo, para cada ano de estudo a mais, mantendo-se fixos os outros fatores, há um acréscimo de aproximadamente 17,9% na renda.

O acréscimo no percentual da renda, para a variável idade, é de 4,6%. Ou seja, o aumento de um ano na idade corresponde a um aumento em torno de 4,6% na renda. A inclusão da variável idade² (idade ao quadrado), no modelo, tem o objetivo de avaliar um possível decréscimo da renda com o aumento da idade. Entretanto, embora a estimativa do parâmetro tenha sido negativa (-0,0002), tal efeito não se mostrou significativo.

O modelo ajustado para Montes Claros indica, através do Coeficiente de Determinação (Nota 2 – Tabela 9), que aproximadamente 26,1% da variação que ocorre na renda é explicada pelas variáveis independentes.

As variáveis: anos de estudo e sexo, no modelo em Montes Claros, mostraram-se estatisticamente significantes ao nível de 0,05. Um ano a mais de estudo implica 12% de aumento na renda. Esse percentual mostra que há uma

tendência de aumento menor da renda, como decorrência da escolaridade, em Montes Claros do que em Belo Horizonte. Na RMBH, o acréscimo observado foi de aproximadamente 18%. Já a variável sexo, ao contrário de Belo Horizonte, apresentou efeito significativo na variação da renda. Há um acréscimo de aproximadamente 21,4% na renda dos homens, quando comparada com a renda das mulheres. Ou seja, na cidade de Montes Claros, o sexo é um fator que acarreta efeito direto na renda. Os homens inseridos no mercado formal ou informal auferem rendas maiores do que as mulheres. Tal efeito é percebido também na região Metropolitana de Belo Horizonte, porém, nesse caso, além de não ser significativo, aparece numa escala bem menor, pois, ao se comparar a categoria masculino com a categoria feminino, os homens apresentam uma variação de apenas 2,4% a mais na renda.

Tanto em Belo Horizonte quanto em Montes Claros não há diferença estatística significativa quando comparamos pessoas alocadas no mercado formal e informal, em que pese ao valor da estimativa do parâmetro ter sido negativo no modelo da RMBH (-0,0592). Ou seja, tal fato sugere que há uma leve tendência de que as pessoas alocadas no mercado formal na região Metropolitana de Belo Horizonte auferam rendas ligeiramente superiores às do mercado informal. Concluindo esta seção, faz-se necessário destacar que o modelo de regressão foi importante porque possibilitou captar algumas diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino que a estatística descritiva pode ter deixado escapar, e também porque estas análises são complementares aos grupos focais.

CAPÍTULO 6 - TRABALHO INFORMAL E CIDADANIA: A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS

Partindo da constatação de que, também em relação ao sistema de proteção social, configura-se uma disparidade entre os sexos, neste capítulo analisaremos o que os sujeitos investigados pensam sobre a falta de direitos inerentes ao exercício de atividades informais, bem como se estão se organizando para ter uma vida mais tranqüila na velhice.

6.1 Trabalho informal e cidadania na RMBH e em Montes Claros

Primeiramente, optamos por verificar a taxa de contribuição para a previdência social, por sexo, considerando a forma de trabalho formal e informal. Em seguida, verificamos como os trabalhadores informais estão pensando na sua aposentadoria. Como já foi visto na reflexão teórica, pelo fato de o trabalho informal ser uma atividade sem qualquer cobertura das leis trabalhistas, o único direito que esses indivíduos poderiam ter seria o da aposentadoria por tempo de serviço, desde que contribuíssem como autônomos para a previdência social estatal ou pagassem uma previdência privada.

Analisando a contribuição para a previdência, segundo o sexo, os dados da Tabela 10 demonstram que mais mulheres do que homens contribuem para a previdência, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Verifica-se que entre os que contribuem para a previdência, os percentuais são de 51,2% de mulheres e

48,8% de homens. Já em Montes Claros, o número de mulheres que contribuem (48,9%) é menor do que o dos homens (51,1%).

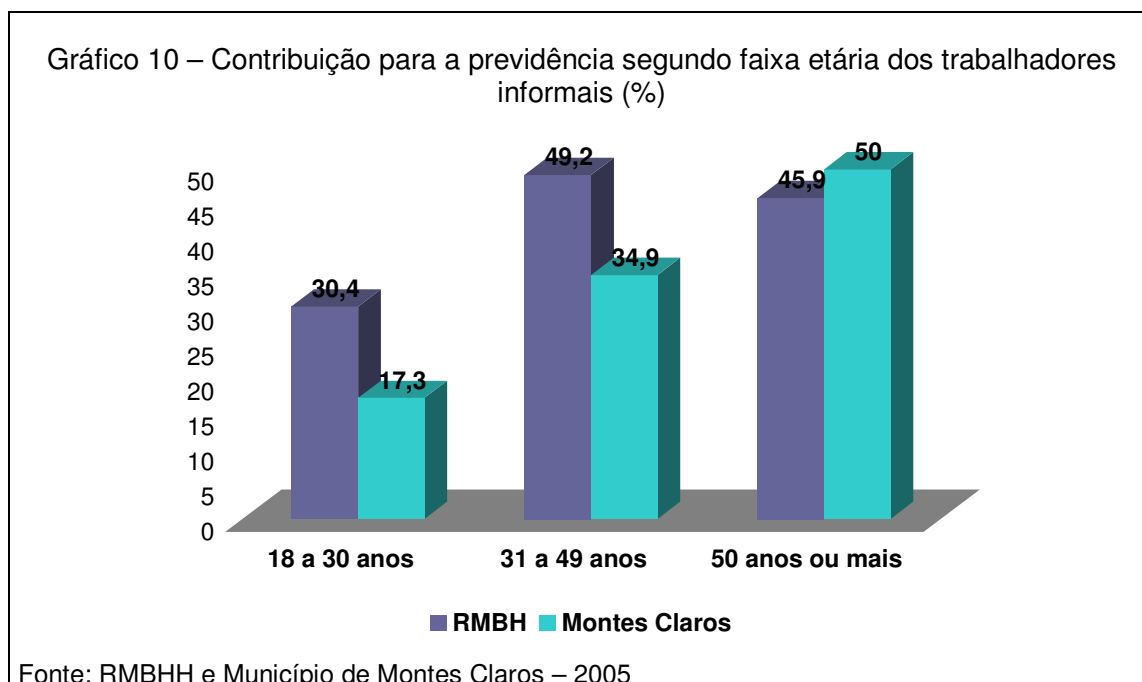
Do total dos trabalhadores informais, 58,3% na RMBH e 69% em Montes Claros declararam não contribuir para a previdência. Com isso, não poderão contar com o benefício da aposentadoria quando não puderem mais trabalhar, corroborando-se o argumento defendido por Tavares (2003), segundo o qual o sistema de seguridade social brasileiro é ainda bastante precário, com um baixo número de pessoas incluído nele, principalmente os trabalhadores informais.

Tabela 10 - Contribuição para previdência segundo sexo dos trabalhadores informais

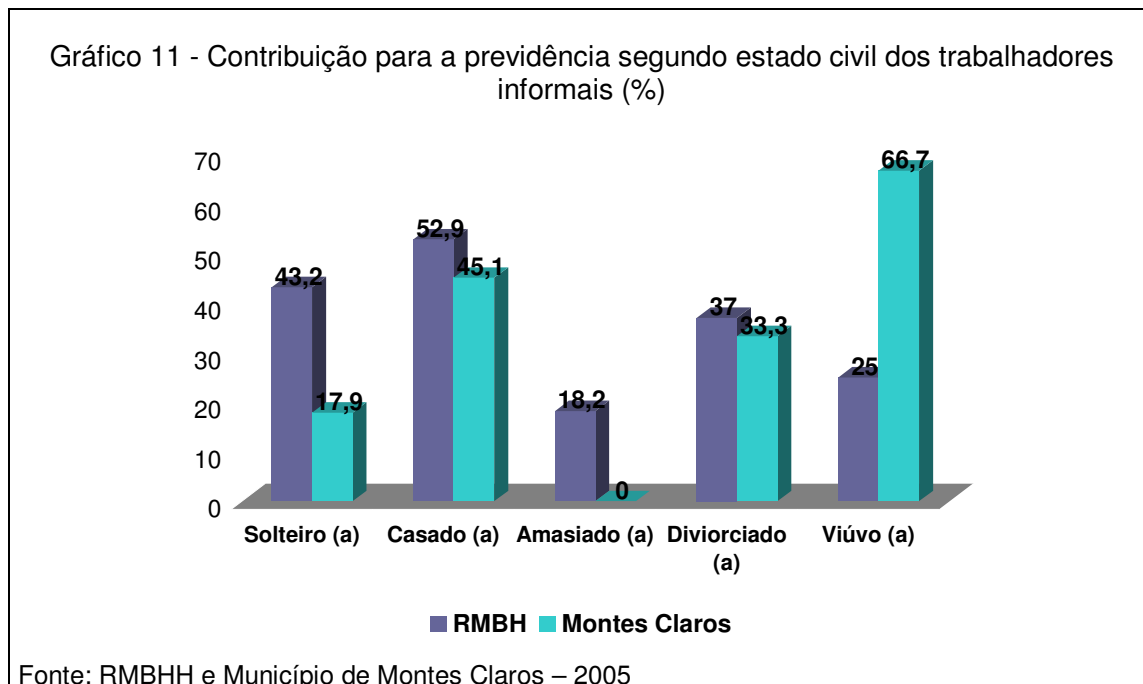
Cidade	Sexo					
	Mulher		Homem		Total	
	F	%	F	%	F	%
RMBH	84	51,2	80	48,8	164	100,0
Montes Claros	22	48,9	23	51,1	45	100,0

Fonte: RMBHH e Cidade de Montes Claros – 2005

Em relação à faixa etária, observamos pelo Gráfico 10 que, na RMBH, a maior porcentagem de trabalhadores informais que contribui com a previdência social é de pessoas que têm idade entre 31 a 49 anos (49,2%), seguida dos que têm 50 anos ou mais (45,9%). Entre os que estão na faixa de 18 a 30 anos, verifica-se o menor percentual (30,4%).



No Município de Montes Claros, o referido gráfico mostra que os trabalhadores que estão com 50 anos ou mais representam a maior parcela entre os contribuintes, com 50%, seguido, de 34,9% relativos aos que têm entre 31 e 49 anos e 17,3% para aqueles com idade entre 18 a 30 anos. O fato de a menor parcela de pessoas que contribuem com a previdência estar na faixa etária mais baixa, nas duas regiões investigadas, sugere que, por serem mais novas, não estão se organizando, estrategicamente, para ter uma velhice mais tranqüila.



Analisando a contribuição para a previdência segundo o estado civil dos entrevistados, o Gráfico 11 mostra-nos que, em Montes Claros, 66,7% dos viúvos contribuem, assim como 45,1% dos casados. Entre os divorciados, 33,3% contribuem e, entre os solteiros, apenas 17,9%. É interessante constatar ainda que as pessoas que vivem em união estável, em MOC, não pagam previdência. Já na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 52,9% das pessoas casadas e 43,2% das solteiras contribuem, contra 37% de divorciados e 25% de viúvos. Entre as pessoas que vivem em união estável o percentual é de 18,2%.

Portanto, a população investigada da RMBH demonstra estar se preparando para ter aposentadoria, já que se verifica que todas as categorias analisadas (quanto ao estado civil) contribuem. Em Montes Claros, como analisado acima, as pessoas também estão se organizando, com exceção daqueles que vivem em união estável. Como será que eles pensam em sobreviver

quando tiverem uma idade mais avançada? Será que esperam contar com os seus companheiros?

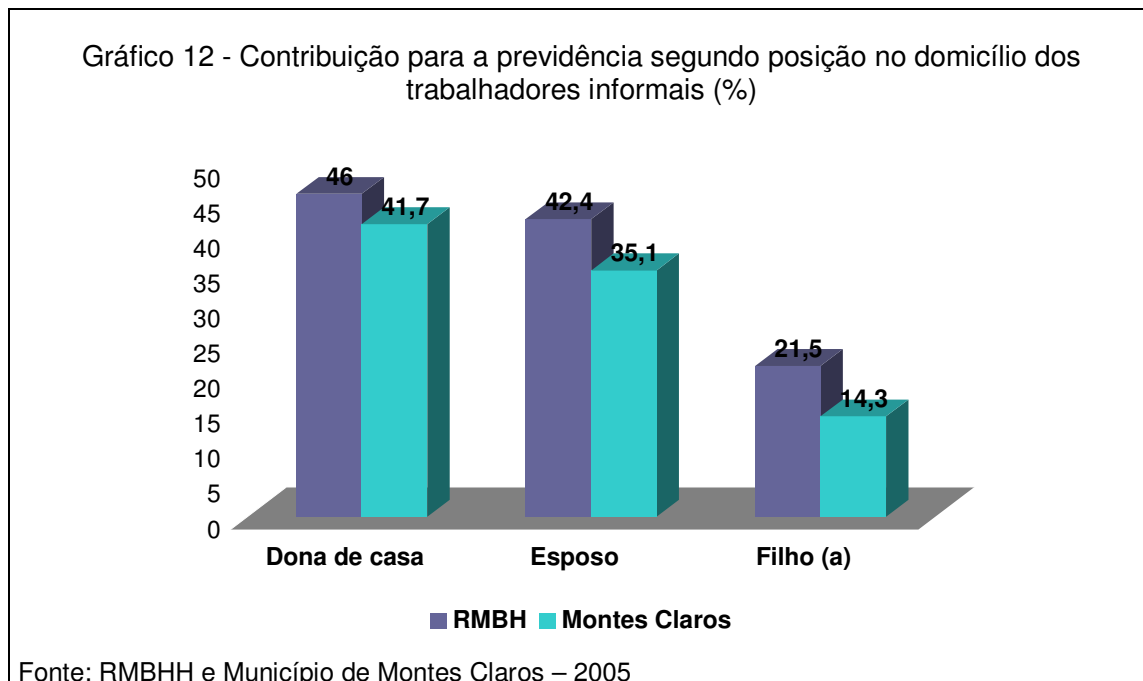
Uma possível explicação para essa alta taxa (de homens e mulheres) que declarou não contribuir é que esses indivíduos vivem tão premidos pelo imediatismo do presente que não se preocupam com o futuro, ou, se o fazem, não efetivam isso na prática. Os depoimentos nos grupos focais corroboram essa afirmação.

Tabela 11 - Contribuição para a previdência segundo escolaridade dos trabalhadores informais

Município	Escolaridade	Contribuição para previdência					
		Sim		Não		Total	
		F	%	F	%	F	%
RMBH	Ensino Fundamental	37	21	139	79,0	176	100,0
	Ensino Médio	51	47,2	57	52,8	108	100,0
	Ensino Superior	76	77,6	22	22,4	98	100,0
Montes Claros	Ensino Fundamental	15	25,4	44	74,6	59	100,0
	Ensino Médio	11	18,3	49	81,7	60	100,0
	Ensino Superior	18	78,3	5	21,7	23	100,0

Fonte: RMBH e Município de Montes Claros – 2005

Quando a análise se direciona para a contribuição para a previdência segundo a escolaridade, a Tabela 11 mostra que, em Belo Horizonte, o índice de trabalhadores que contribuem aumenta à medida que o nível de escolaridade é maior. O menor percentual (21%) está relacionado ao nível de escolaridade mais baixo – fundamental –, e o percentual mais alto (77,6%) corresponde ao nível mais alto (superior).



A consideração da variável “posição no domicílio” se torna importante para verificar se o fato de ser dona de casa, esposo ou filho influencia a prática de contribuir com o sistema de seguridade social. Tanto na RMBH quanto em Montes Claros, as donas de casa apresentam o maior índice de contribuição (46% e 41,7%, respectivamente). Entre os homens casados, 42,4% na RMBH e 35,1% em MOC contribuem e, entre os filhos, 21,5% e 14,3%, respectivamente, contribuem. Isso confirma que foi analisado na contribuição para a previdência segundo a faixa etária, isto é, que os filhos, por serem mais jovens, ainda não estão se organizando para preparar suas aposentadorias.

6.2 A perspectiva dos colaboradores dos grupos focais em relação ao pagamento da previdência social

Analisando os colaboradores dos grupos focais, observamos que, como os dados da pesquisa discutidos acima, eles não pensam muito nessa questão da aposentadoria, ou se pensam, ainda não adotaram qualquer estratégia para viabilizá-la no presente ou até mesmo no médio e longo prazos; ao contrário, o que se verifica é certa acomodação em relação à questão da responsabilização pela garantia.

Quando perguntamos se as pessoas contribuem para a previdência social, verificamos que a grande maioria dos colaboradores não contribui e apresentou como justificativa a acomodação diante da situação de informalidade. O fato de a renda ser pequena, inviabilizando tirar uma parte para pagar a previdência, e uma, ainda que remota, esperança de retornar ao mercado formal e contribuir a partir do desconto em folha são as razões apresentadas. Alguns depoimentos a seguir são bastante ilustrativos.

Quando a gente trabalha informal você fica acomodado também. Porque eu já pensei varias vezes em ir lá, na previdência, pra poder pagar agora, porque às vezes não é uma coisa tão cara. Talvez seja uma coisa que eu consiga pagar todo mês para estar mais tranqüila. Eu já pensei em fazer isso. Bom mesmo é ter o emprego fixo, mas se não conseguir tem que pagar, ninguém sabe o dia de amanhã. (Colaboradora 25 – casada, 30 anos – ensino médio completo).

Pela fala da Colaboradora 25, o que se verifica é que ela fica presa entre dois sentimentos: um é a esperança, mesmo que distante, de conseguir retornar ao mercado formal, e a outra é que consiga, um dia, pagar a previdência, como

autônoma, para poder se aposentar quando estiver mais velha. Contudo, o que percebemos durante a realização dos grupos focais é que as pessoas não tinham ainda pensado de forma mais concreta sobre esse assunto. Algumas até disseram que agora, a partir de nossos questionamentos, entendiam que teriam que pensar melhor sobre essa questão.

Na verdade eu tenho algum tempo de carteira assinada e pretendo como eu sou bem nova no ramo, tem apenas oito meses que eu trabalho com vendas. Eu pretendo me estabilizar primeiro pra depois vir a pagar. Porque é muito injusto, a gente trabalha muito, a dona de casa que não tem uma renda. Mas como é assim a gente tem que se virar e pagar, senão... (Colaboradora 27 – casada, 21 anos – ensino médio completo).

Como os trabalhadores informais estão excluídos dos direitos trabalhistas, não podem contar com uma aposentadoria advinda desses direitos. Assim, ocorre a resolução do problema de forma individualizada, como é individualizado tudo que diz respeito à informalidade. Nesta configuração, aqueles que têm condições e que pensam no futuro não vivem apenas no imediatismo do cotidiano, pagam a previdência como autônomos ou buscam nas previdências privadas garantir a sua aposentadoria.

Um desdobramento preocupante dessa situação é que os trabalhadores que exercem atividades informais e que não pagam qualquer tipo de previdência legal são excluídos da situação de cidadãos, já que este *status* é - em termos de direitos sociais - é garantido apenas àqueles que têm carteira de trabalho assinada, documento que atribui ao indivíduo a condição de trabalhador e, portanto, portador de cidadania. Como afirma Telles (1999, p.90): a carteira de trabalho é uma evidência do nascimento cívico. Os que não têm a carteira de trabalho “não existem para efeito legal. Desempregados, desocupados,

subempregados, trabalhadores sem emprego fixo e sem ocupação definida são, na prática, definidos como pré-cidadãos”.

Os dados empíricos mostram que são poucos os que pensam no futuro ou adotam alguma estratégia para garantir a situação de cidadãos. Como a sociedade brasileira é uma sociedade que não garante direitos universais e, dessa forma, “destitui os indivíduos de suas prerrogativas de cidadania” (idem, p.92), a tendência é que continuem as desigualdades. A falta de alguns direitos sociais, no caso aqui da carteira assinada e conseqüente aposentadoria por tempo de serviço, nega para um segmento da população das regiões investigadas a condição de cidadania, e, se essas pessoas não se articulam para garantir por si mesmas essa condição, continuarão sendo pré-cidadãos.

6.3 Trabalho informal e cidadania: perspectivas para a velhice?

A discussão desta problemática justifica-se pelo fato de um dos objetivos desta tese ser o de verificar como os trabalhadores informais pensam no futuro.

6.3.1 O que dizem os dados da RMBH e do Município de Montes Claros

Um aspecto importante para captar como os trabalhadores informais pensam em se manter quando estiverem na velhice é a expectativa de fonte de renda para os 70 anos de idade. Através dos dados apresentados na Tabela 11, é possível constatar que na RMBH, da parcela de pessoas que esperam contar com a ajuda dos filhos, a maioria está inserida no mercado informal (56,9%) e 43,1%

são empregados formais, comportamento também verificado em Montes Claros, onde os percentuais são de 56,5% e 43,5%, respectivamente.

Essa diferença pode ser explicada pelo fato de, na informalidade, não ser possível vislumbrar uma renda certa todo mês, mas uma renda provável. O contrário ocorre com aqueles que têm carteira assinada, por terem um salário fixo mensal. Isso indica que as pessoas representam o trabalho com garantias como aquele em que a pessoa pode receber uma renda mensal e, conseqüentemente, outros direitos sociais, como férias, 13º salário e fundo de garantia por tempo de serviço, no caso de ser demitido, podendo planejar melhor o futuro.

Tabela 12 - Expectativa de renda aos 70 anos segundo a forma de ocupação

Cidade	Expectativa de renda aos 70 anos	Tipo ocupação					
		Informal		Formal		Total	
		F	%	F	%	F	%
RMBH	Os seus filhos	33	56,9	25	43,1	58	100,0
	Suas próprias economias	157	58,8	110	41,2	267	100,0
	Aposentadoria por idade	68	54,0	58	46,0	126	100,0
	Aposentadoria por tempo de trabalho	78	44,3	98	55,7	176	100,0
	Aposentadoria privada	20	51,3	19	48,7	39	100,0
	Pensão	13	81,3	3	18,8	16	100,0
Montes Claros	Os seus filhos	13	56,5	10	43,5	23	100,0
	Suas próprias economias	44	71,0	18	29,0	62	100,0
	Aposentadoria por idade	42	80,8	10	19,2	52	100,0
	Aposentadoria por tempo de trabalho	32	48,5	34	51,5	66	100,0
	Aposentadoria privada	4	100,0	0	0,0	4	100,0
	Pensão	7	100,0	0	0,0	7	100,0

Fonte: Pesquisa da RMBH e Município de Montes Claros - 2005

Ainda em relação à fonte de renda aos 70 anos, os dados da tabela citada mostram que, na RMBH, 54% dos que manifestaram expectativa de aposentadoria por idade estão ocupados informalmente, e em Montes Claros, este percentual é de 80,8%. Um elemento importante a ser destacado - e que será também confirmado nos grupos focais - é que esses trabalhadores informais esperam aposentar-se quando estiverem na velhice, mesmo diante do fato de não pagarem previdência para efetivar tal intento.

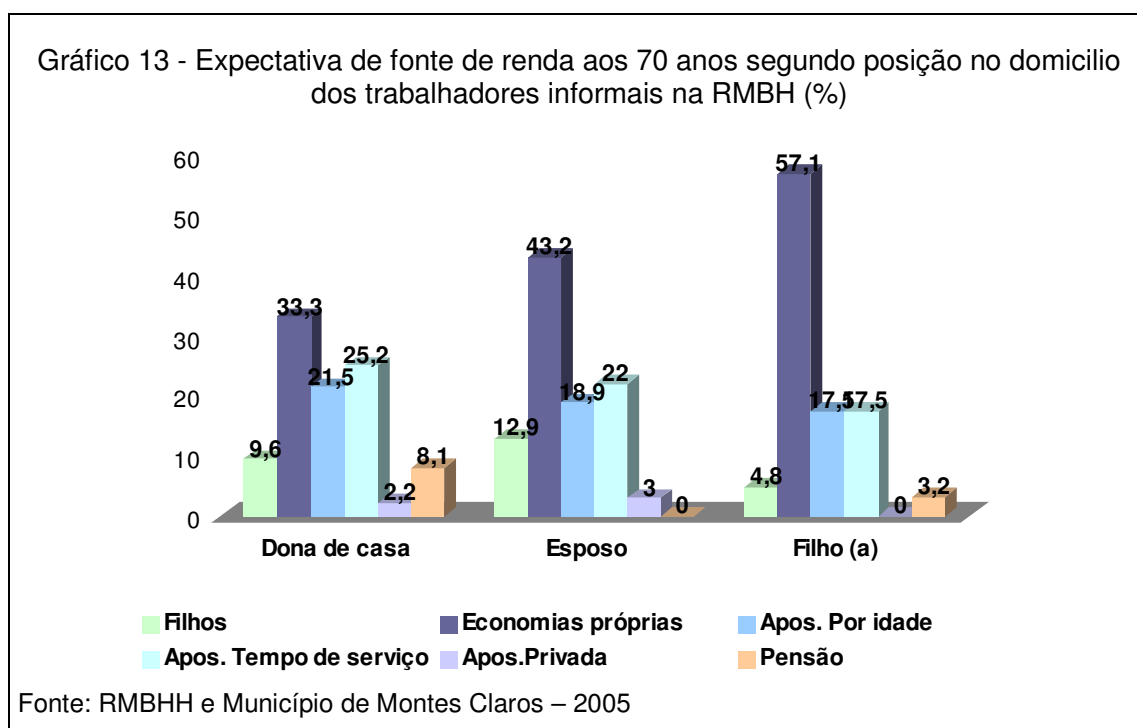
Outra opção apresentada, no momento das entrevistas, foi a aposentadoria por tempo de serviço: as porcentagens verificadas foram 44,3% (RMBH) e 48,5% (MOC) de trabalhadores informais. É importante ressaltar que a aposentadoria por tempo de serviço é garantida para os que estão no mercado formal. Os informais têm que se organizar por conta própria para conseguir tal benefício.

Com relação à aposentadoria privada e benefício de pensão, em Montes Claros, todas as pessoas que optaram por essas categorias são trabalhadores informais. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, para os que intencionam manter-se através de aposentadoria privada, há um equilíbrio no que diz respeito à forma de ocupação: 51,3% (informal) e 48,7% (formal). Para os que responderam que pensam em viver de pensão quando a velhice chegar, a grande maioria é de trabalhadores informais: 81,3%.

A expectativa de renda aos 70 anos também foi considerada em relação à posição do entrevistado no domicílio, e o que se percebe, a partir dos Gráficos 13 e 14, é que, em quase todas as categorias consideradas, o maior percentual encontrado foi a expectativa de se manterem com as próprias economias, tanto em Belo Horizonte, quanto em Montes Claros. A exceção para esta cidade é o

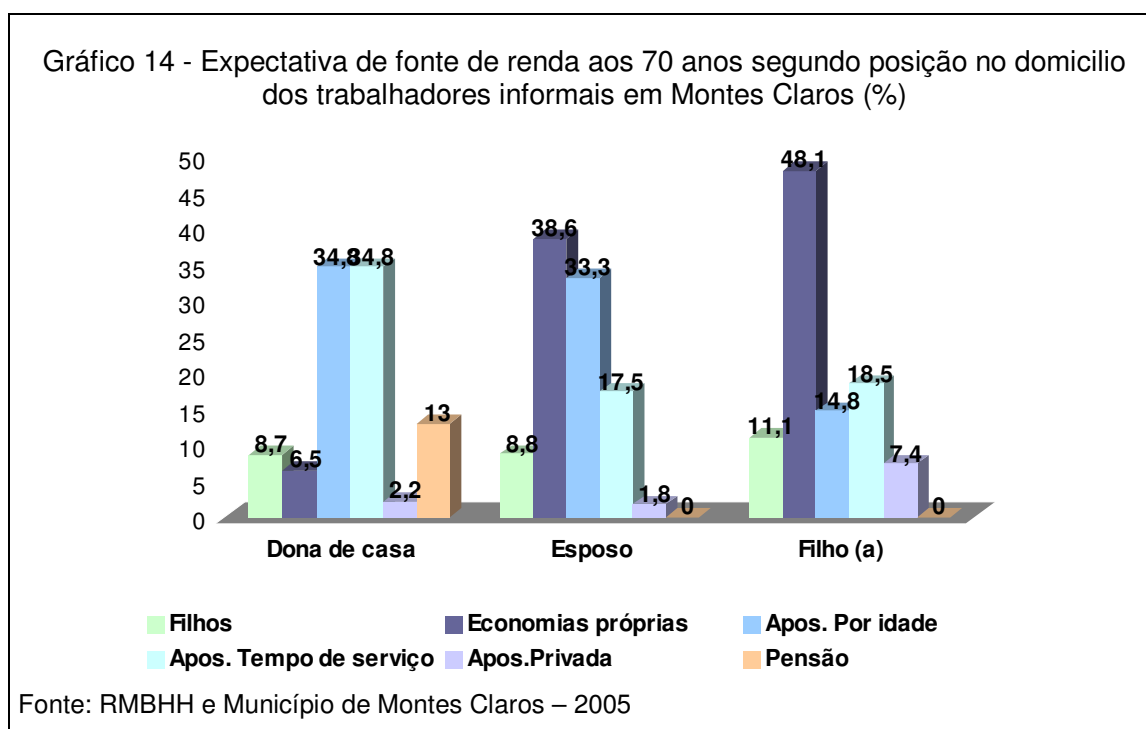
caso das donas de casa, em que esse percentual representa apenas 6,5% do total.

Entre os que responderam que esperam se manter com aposentadoria privada, o que se verifica é que não há grande variação em nenhum dos locais investigados, porque em todos os casos essa opção obteve um baixo percentual, de acordo com os dados. Em Belo Horizonte, por exemplo, entre os filhos, nenhum diz que tem essa expectativa. As donas de casa e esposos representam nessa região, 2,2% e 3,0% do total, respectivamente. Em Montes Claros, os percentuais verificados foram de 2,2% de donas de casa, 1,8% de esposos e 7,4% de filhos.



Quando a expectativa de renda aos 70 anos é a aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, a maior variação verificada foi entre as donas de casa:

enquanto na RMBH os percentuais referentes aos dois tipos de aposentadoria foram de 21,5% e 25,2%, no Município de Montes Claros o índice foi de 34,8% para ambas as opções. Entre os esposos, em Belo Horizonte, 18,9% têm expectativa da aposentaria por idade, contra 33% em Montes Claros. Em relação aos que esperam contar com pensão para se manterem, não se encontram esposos em MOC nem na RMBH. Entre as donas de casa, verificaram-se 8,1% (RMBH) e 13% (MOC).



Direcionando a análise para a expectativa de fonte de renda aos 70 anos dos trabalhadores informais por sexo, os Gráficos 15 e 16 mostram que, entre os que esperam contar com uma pensão, as mulheres totalizam 100%, tanto da Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto do Município de Montes Claros.

Os homens, contrariamente, não responderam a esta alternativa. Quanto aos que responderam que esperam contar com a aposentadoria privada, a maioria é de homens nas duas regiões investigadas. Assim, na RMBH, a parcela dos homens é de 85% contra 15% de mulheres, e, em Montes Claros, 75% e 25% (respectivamente, homens e mulheres).

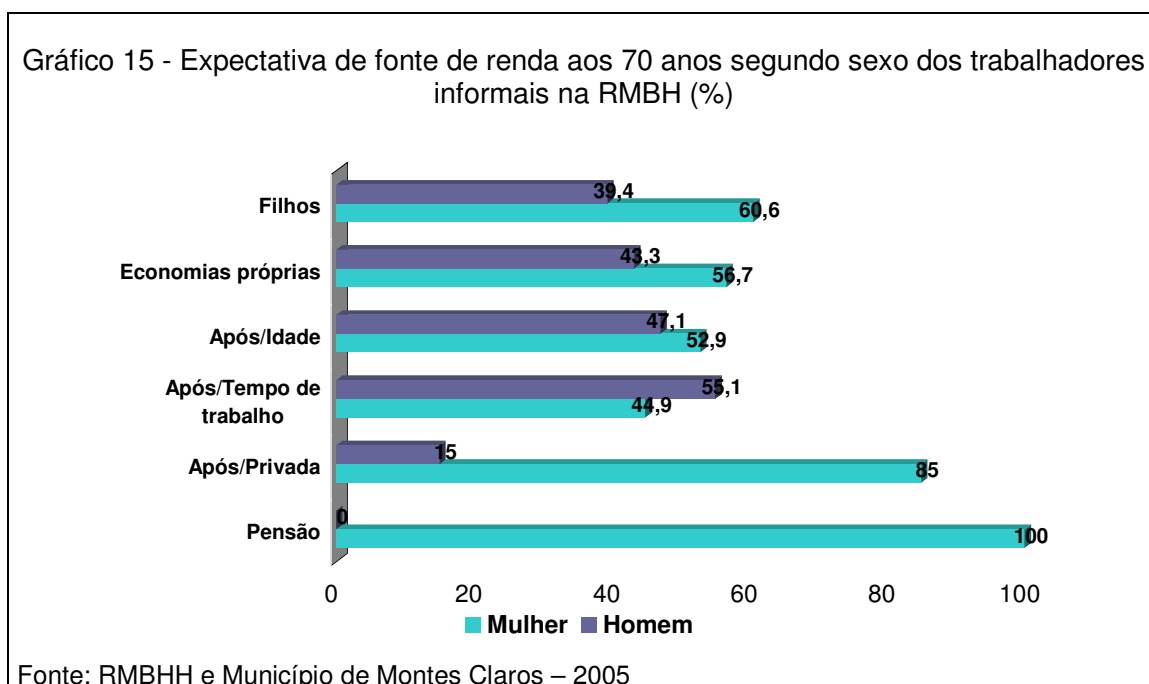
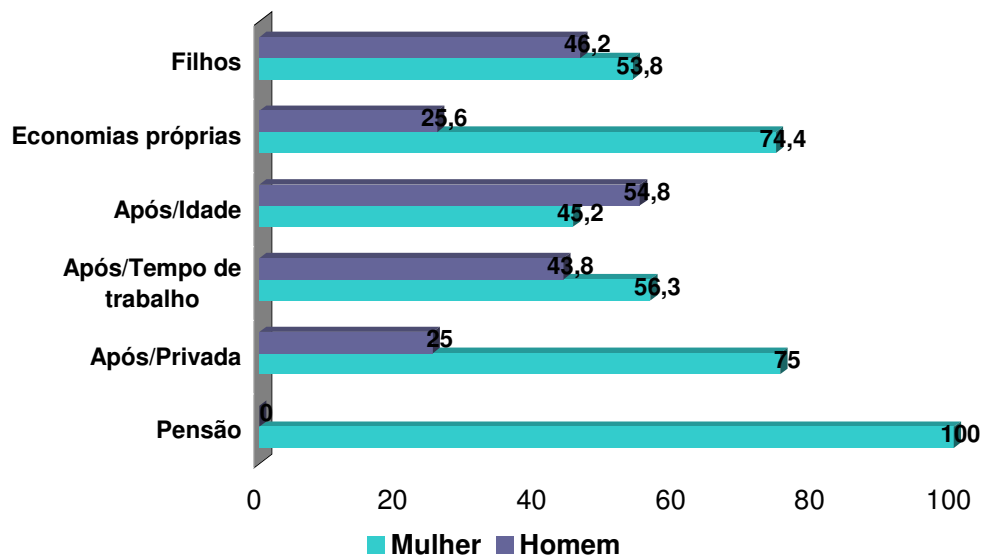


Gráfico 16 - Expectativa de fonte de renda aos 70 anos segundo sexo dos trabalhadores informais em Montes Claros (%)



Fonte: RMBHH e Município de Montes Claros – 2005

Os gráficos acima mostram ainda que, das outras alternativas apresentadas, homens e mulheres revelam certa disparidade, ainda que pequena, em algumas variáveis como aposentadoria por tempo de serviço (44,9% de mulheres e 55,1% de homens na RMBH; 43,8% de mulheres e 56,3% de homens em MOC) e aposentadoria por idade (52,9% de mulheres e 47,1% de homens na RMBH e 54,8% de mulheres e 45,2% de homens, em MOC).

Outras duas alternativas que foram apresentadas para os respondentes foram quanto à dependência das próprias economias ou de filhos. Com relação à primeira, observa-se que 56,7% das mulheres e 43,3% dos homens na RMBH acreditam poder contar com economias próprias, ao passo que, em Montes Claros, os percentuais são de 74,4% para as mulheres e 25,6 % para os homens.

Isso sugere duas coisas, ou que as mulheres estão mudando suas perspectivas em relação aos homens, chamando para si a responsabilidade com o futuro, ou, por não poderem contar com os seus maridos/companheiros (ou considerarem a possibilidade de se separar), já que estes não têm condições de pagar e, quando pagam, preferem resolver a própria situação. Elas mesmas pensam em acumular suas economias para poderem sobreviver no futuro, quando não tiverem mais condições de trabalhar. Por outro lado, é interessante observar que uma grande parcela de mulheres acalenta como expectativa de fonte de renda aos 70 anos, contar com a colaboração dos filhos: 60,6% das mulheres contra 39,4% dos homens, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e 53,8% das mulheres e 46,2% de homens no Município de Montes Claros.

6.3.2 O que dizem os depoimentos dos grupos focais

Nos depoimentos dos grupos focais, quanto à questão da aposentadoria, não há uma grande variação em relação aos dados da pesquisa quantitativa. As pessoas até problematizaram esse aspecto nas discussões dos grupos, mas não estão efetivando isso na prática. No discurso até demonstraram certa inquietação, mas há uma distância entre o discurso e a vivência. Algumas falas serão destacadas para comprovar esses argumentos.

Tenho 26. Mas eu penso, quando tiver mais idade, como é que vai fazer? Então a preocupação minha e de meu esposo é de pagar. Eu preocupo porque na velhice como é que a gente vai fazer? Então eu penso em pagar. Para quem trabalha informal é tanta coisa pra pagar, tanto compromisso com que a gente tem que arcar que acaba deixando de lado esse detalhe aí. Mas a gente não pode deixar passar. Eu não pago ainda porque o que a gente ganha não dá pra conciliar e eu não

posso depender dele. Não posso fazer compromisso porque já tem muito compromisso. Então eu tenho que preocupar em arrumar uma coisa pra mim, para que eu possa fazer o compromisso de eu mesma pagar. Agora, que é importante é, sem dúvida. (Colaboradora 28 – casada, 26 anos – ensino fundamental incompleto).

Uma das razões apresentadas por vários colaboradores e que pode ser comprovada pela fala da Colaboradora 26 é que a renda auferida é tão pouca para tantas despesas que não sobra para pagar previdência. Ela demonstra acalentar esperança de um dia conseguir um trabalho formal, com o desconto da contribuição em folha, ou, então, melhorar a sua condição de trabalhadora informal, para um dia vir a pagar.

Eu me preocupo com isso e acho que tanto o homem quanto a mulher devem se preocupar. Meu marido às vezes fala: o que é isso moça, você não precisa se preocupar, você está comigo. Eu falo: hoje você está comigo e amanhã quem sabe? Eu me preocupo, mas como é que pago? Eu não tenho condições, não tenho como pagar e ele também não tem como pagar pra mim. (Colaboradora 25 – casada, 30 anos – ensino médio completo).

Outra colaboradora disse que se preocupa com o futuro, mas não tem condições financeiras para pagar. Um aspecto importante de sua fala, e que remete às relações sociais de gênero, é o fato de o marido dizer que ela não precisa se preocupar com isso, por ser casada. Outra vez verificamos que, às vezes, a mulher demonstra certa preocupação com o futuro, mas que os próprios cônjuges se encarregam de destituí-las da idéia, com o argumento de que quem tem marido, pelo menos em tese, teria uma garantia, mesmo que esta esteja vinculada a uma situação de dependência e subordinação ao outro.

Esse depoimento sugere, ainda, que tanto o marido quanto a esposa têm internalizada a naturalização dos papéis. O marido, com a afirmação de que a esposa não precisa se preocupar porque tem a ele, leva-nos a concluir que a principal atribuição da mulher está ligada à casa e à família. Ele vê a renda dela apenas como complementar a sua e, neste sentido, considera o casamento como eterno, ou seja, não considera qualquer possibilidade de ruptura da união.

Outros colaboradores também pensam em depender de outras pessoas. Os dois depoimentos a seguir são elucidativos. Um colaborador considera que a sua única saída para continuar sobrevivendo - já que tem uma idade avançada - é depender da renda da esposa. Segundo ele, como eles têm uma boa relação, um pode contar com o outro. É interessante observar que ele sequer considerou a possibilidade de uma ruptura na relação, ou seja, não considera que a sua esposa pode vir a falecer um dia, ou que eles se separem, e ele ficará sozinho, principalmente porque eles não são casados formalmente e ela recebe pensão do primeiro casamento.

Eu também não tenho o que fazer. Como eu disse, graças a Deus eu me casei com uma mulher muito boa, que tem um rendimento muito bom. Então a gente vai viver assim, um ajudando o outro. Graças a Deus eu posso contar com ela e ela comigo. Eu não tenho filho, somos só nós dois, de forma que dá, juntando o meu com o dela, ir vivendo direitinho. (Colaborador 3 – 54 anos – ensino fundamental completo).

É interessante observar na fala do Colaborador 3 que o marido depende da sua mulher, que, por sua vez, já foi dependente do primeiro marido.

Eu tenho quatro filhos. Todos eles, graças a Deus trabalham e me ajudam. Então, o que eu posso fazer é contar com eles. Pagar eu não posso. Ninguém vai me ajudar, então não tem o que fazer. É trabalhar até

onde o corpo agüentar e depois esperar que os filhos ajudem a gente. (Colaborador 4 – 59 anos – ensino fundamental incompleto).

Além da dependência do cônjuge, outra expectativa de sobrevivência quando não puderem mais trabalhar é em relação aos filhos. O Colaborador 4 foi bastante enfático ao afirmar que não tem condições de pagar e que espera contar com os filhos, transferindo, desta maneira, a responsabilidade para outrem. Aliado a isso se destaca o fato de que alguns companheiros demonstraram resistência ao fato de suas companheiras trabalharem fora de casa.

Quando se questionou que todos deveriam contribuir com a previdência, independentemente de serem homens ou mulheres, a fala do Colaborador 24 mostra que este tem internalizada uma questão de gênero, ou seja, o homem como provedor, que é responsável, inclusive, pela garantia da aposentadoria da mulher. Entretanto, ele se contradiz ao afirmar que se não tiver condições de pagar a previdência para os dois se aposentarem, ele pagaria apenas a dele.

Bem, são duas situações: se eu casar eu prefiro que minha mulher não trabalhe. Eu prefiro que ela não trabalhe. Porque eu acho que assim, minha família foi criada dessa forma, e eu acredito que a mulher não dá conta de fazer as duas coisas. Não é coisa da questão de gênero não, é minha opinião. Assim, se ela trabalhar, espero que não trabalhe. Nesse caso, é o seguinte eu estou pagando a previdência, se eu receber bastante e eu ganhar bem eu posso pagar pra ela, mas se não eu pago só pra mim e ela vai usufruir a minha aposentadoria. (Colaborador 24 – 29 anos – superior completo).

A fala sugere uma postura machista, característica de algumas regiões brasileiras, sobretudo na região Norte de Minas, lócus dos grupos focais, decorrente do imaginário social dos homens que acham que o lugar prioritário da mulher é no interior da casa, da família. Outro fator que se destaca é que, se ele

tiver condições, paga a dele e a dela, mas, se não tiver, ele paga somente para ele, reforçando assim a individualização presente no setor informal.

Eu estipulei um tempo. Por exemplo, quando eu formar, aí eu vou trabalhar informalmente na minha área, então se com uns 26, 27 anos eu conseguir ser um investidor, por exemplo, eu vou continuar no mercado informal, porque eu sendo um investidor, tendo sucesso na minha área, novamente eu vou ter condição de me bancar quando eu estiver velho, aí chegando certo tempo que eu ver que não deu certo, eu vou para o mercado formal. (Colaborador 19 – 24 anos – ensino médio completo).

O Colaborador 19 estabeleceu um tempo para conseguir ajustar a sua situação, como prestador de serviços, por ser a informática uma área crescente e promissora na cidade. Ele espera que, depois de concluir o curso superior, possa se estabelecer como “um investidor”. Se obtiver sucesso com esse ramo de atividades, ele teria condições de, com o fruto do seu trabalho informal, garantir suas condições de vida na velhice. Por estar estudando, ele vislumbra uma alternativa, caso os seus planos não se efetivem: retornar ao mercado formal, que é o lugar de garantia de direitos. Então, de uma forma ou de outra, ele espera se garantir ou ganhar o suficiente como empreendedor na informalidade para poder ter suas economias e/ou condições de, no futuro retornar aos postos de trabalho formais, mesmo que isso não seja seu ideal de formação profissional, como ele considerou em outra parte da discussão no grupo.

Eu também não tinha pensado ainda não. Eu penso: gente, quando eu estiver velha quem vai me dar as coisas? Eu tenho que costurar ou bordar. Quando eu não agüentar mais ficar sentada, eu fico na cama bordando e ganho meu dinheirinho do mesmo jeito. Mas eu também penso em pagar o INSS pra mais tarde... (Colaboradora 8 – casada, 53 anos – ensino médio completo).

No futuro vai ficar complicado, aliás, já está muito complicado. Chega uma hora que as costas começam a doer, você já não tem mais a mesma disposição. Eu penso que não vou agüentar trabalhar por muito mais tempo não. Aí a gente fica preocupada, com a cabeça quente, mas fazer o quê? Tem que ir tocando para ver onde vai dar (Colaborador 5 – 60 anos – ensino médio completo).

Outro dia eu tive essa preocupação e falei com meu marido que nós vamos ter que pagar. Hoje, se você é autônomo, você pode pagar a carência do INSS. Já pensou, nós dois idosos, velhos, sem expectativa nenhuma de trabalho? Tem aquela que, se um morre o outro tem a pensão. E os meninos, como ficam? É uma realidade nossa, é uma preocupação. Então o que a gente pensa: correr atrás pra sobrar um pouquinho para pagar. Tirar um pouquinho da renda pra poder ver se consegue pagar o INSS pra aposentadoria, ou ter direito de receber pensão, ninguém sabe. Às vezes a gente tem que sacrificar um pouquinho pra tirar uma reserva pra pagar. (Colaboradora 10 – casada, 57 anos – ensino médio completo).

Os depoimentos atestam que a maioria dos colaboradores dos grupos focais pretende futuramente continuar trabalhando informalmente - seja em decorrência da estratégia de sobrevivência, por não conseguir um emprego formal, ou em decorrência da estratégia de vida pela qual optaram -, e permanecer no setor informal. Entretanto, estes até demonstraram certa preocupação no momento da discussão no grupo, mas não pensam em adotar qualquer estratégia para enfrentar a situação da ausência dos direitos sociais característica do setor informal.

Uma questão passível de análise é que esses colaboradores não problematizaram a falta de direitos sociais, como destacado ao longo das reflexões teóricas e empíricas deste trabalho. A questão é: como poderiam ter consciência de uma realidade que nunca tiveram ou estão tendo? Na verdade, por não terem qualquer tipo de formalização ou registro, estão excluídos dos

benefícios e proteções sociais, da possibilidade de fazer uma carreira, sobretudo os mais velhos, sem qualificações profissionais, isto é, principalmente os componentes da categoria “estratégia de sobrevivência”, aqueles que historicamente tiveram seus direitos negligenciados.

Os direitos foram recuperados de umas décadas para cá, após a organização dos informais, através da associação a sindicatos, mas, em Montes Claros, ainda não se atingiu tal situação ⁴⁰. Inviabiliza-se, desta forma, a aquisição da cidadania preconizada na dualidade direitos/deveres, como afirma Cappelin (2004, p.50): “a cidadania é ainda mais frutífera se tem como referência a formação de uma identidade coletiva fomentada por sentimentos de pertencimento, que desembocam na formação de uma comunidade que partilha valores e experiências comuns”.

A explicação para esta pouca consciência em relação à falta de direitos no setor informal pode ser encontrada em Santos (1994), que afirma que, no Brasil, não há uma cidadania plena, fruto da universalização de direitos, mas, sim, uma cidadania regulada, ou seja, apenas para alguns estratos ocupacionais, como discutido na seção sobre o processo de implantação da previdência social brasileira.

Concluimos que a ausência de direitos sociais no mundo da economia informal faz com que esse segmento de trabalhadores seja destituído da cidadania, que, em tese, é “garantida” com o trabalho assalariado formal. Já “a imensa maioria dos atores da economia informal não está inscrita no sistema de

direitos-deveres sociais ligados ao emprego assalariado (...) quase todos estão excluídos da aposentadoria, da garantia jurídica do emprego” (Lautier, 1997, p.86).

Esta situação é agudizada, sobretudo, para as pessoas mais velhas. O depoimento de uma senhora separada corrobora essa afirmação.

Eu mesmo estou preocupada porque já está chegando a idade e não tenho contribuição. Como é que eu vou fazer? Eu não posso pagar. Não sei o que eu faço. Não tenho marido, o dinheirinho é só pra alimentação e remédios. Eu estou preocupada, já está chegando a idade e eu não tenho o que fazer. (Colaboradora 9 – separada, 60 anos – ensino fundamental incompleto).

Outra situação percebida através das falas é que há pessoas que já contribuíram com a previdência social por um tempo e, depois, com a queda dos rendimentos, não conseguiram continuar pagando, correndo o risco de perder o tempo de contribuição.

Eu sempre procurei opções para ver se melhorava. Procurei pagar o INSS e tenho 22 anos de previdência. Minha sorte é a minha esposa, eu não tenho vergonha de dizer, mas ela é muito boa, já é aposentada e ainda tem uma pensão do seu primeiro marido. Ela me ajuda muito. Mas eu estou preocupado, a gente fica preocupado com o futuro. (Colaborador 3 – 54 anos – ensino fundamental completo)

Nos depoimentos, verifica-se que apenas a minoria dos entrevistados, tanto na pesquisa quantitativa quanto nos grupos focais, declarou pensar em pagar algum tipo de previdência para aposentar-se, mas trata-se de um projeto que, se efetivado, será a longo prazo. A maior parte das justificativas é que a renda

⁴⁰ Em algumas cidades brasileiras já foram criadas associações e/ou sindicatos dos trabalhadores informais, mas em Montes Claros, ainda não se tem conhecimento da criação de algum órgão de representação do grupo.(VIDAL, 2006).

auferida, além de ser pouca, é utilizada para adquirir produtos - no caso dos vendedores -, bem como para complementar o orçamento familiar.

Entretanto, essa minoria condiciona o pagamento a um crescimento dos rendimentos, que lhes proporcionaria pagar como autônomos ou aposentar-se com as próprias economias. Portanto, o que prevalece é a articulação de uma estratégia individualizada, característica do setor informal, que não garante a submissão às regras formais de proteção social no país.

Nota-se pelas falas nos grupos focais que uma parcela das pessoas pensa no futuro, pois acredita que todos têm o direito de se aposentar. Alguns, inclusive, até cobraram ações governamentais neste sentido, tirando de si a responsabilidade e pondo-a no governo. Por outro lado, não se verifica uma iniciativa mais concreta para viabilizar a aposentadoria, sobretudo entre as pessoas acima de 50 anos, próximas de se aposentar.

Ainda com relação à aposentadoria, a maioria dos entrevistados e colaboradores relatou que até pensam nela, mas como uma possibilidade futura. Várias justificativas podem ser percebidas: o imediatismo (vivem o presente e não pensam no futuro), quem é casado espera viver do rendimento do companheiro, e, na velhice, espera-se contar com a ajuda financeira dos filhos.

Sendo a aposentadoria o único direito de que se ressentem não ter acesso, os entrevistados não associam o trabalho como elemento dos direitos sociais, na modernidade. Denunciam mais uma vez, a individualização⁴¹ que é inerente à

⁴¹ Quando utilizamos o termo individualização não estamos considerando o sentido ontológico da palavra, mas sim a falta do sentimento de pertencimento a uma classe ou a possibilidade de engajamento em uma ação coletiva para reivindicação de direitos.

atividade informal, dispersando, dessa maneira, a perspectiva de pertencimento a uma classe.

Assim, concluímos este capítulo, constatando que os trabalhadores informais, por serem excluídos do sistema de proteção do mercado formal, estão buscando uma forma de enfrentamento da exclusão a partir de suas alternativas (de sobrevivência ou de vida), pois, “sem existência jurídica definida não lhes cabe o recurso legal a que em princípio (outros) trabalhadores podem recorrer, quando se percebem lesados dos seus direitos (...) esse mundo sem sujeitos que é o chamado mercado informal no qual está submergida sua clientela potencial” (Telles, 1999, p.96). Isso sugere que o distanciamento da perspectiva cidadã faz com que eles, individualmente, administrem as questões de suas vidas cotidianas, sobretudo, os seus deveres. Ressalta-se que, no Brasil, a cidadania é associada primeiro ao dever, e em segundo lugar, circunstancialmente, aos direitos historicamente vinculados à carteira de trabalho e à posição no mercado de trabalho, aspecto estruturador de direitos. Os trabalhadores entrevistados, ao se colocarem fora do mercado formal e, conseqüentemente, fora do alcance dos direitos sociais, negam seus deveres sociais e encapsulam suas expectativas no isolamento do exercício das atividades informais.

Em suma, também em relação às perspectivas para a velhice, observa-se que persiste uma representação de gênero, pois tanto os homens quanto as mulheres, apesar de relatar que se preocupam com o futuro, deixam transparecer que transferem a responsabilidade de garantia do direito à aposentadoria para os cônjuges.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva que apontamos ao longo desta tese ocorreu nas últimas décadas do século XX e culminou em várias mudanças no mundo do trabalho, que tiveram, entre outras conseqüências, o que Offe (1989) denominou de “fim da sociedade de pleno emprego”. Em decorrência disso, as mudanças no processo produtivo são evidentes e, ao gerar a redução dos postos de trabalho formais, levam não só à perda da centralidade do trabalho, mas também à perda da centralidade do assalariamento.

No Brasil, a reestruturação produtiva e a desregulamentação da legislação trabalhista que se operaram na década de 90 levaram não só à redução dos empregos no mercado formal, mas, ainda, à perda de direitos sociais, como fundo de garantia por tempo de serviço, 13º salário, plano de saúde, entre outros. Contudo, tem se verificado, tanto no nível analítico quanto no nível empírico, um grande número de trabalhadores que buscam no setor informal suas alternativas de inserção, diferentemente das regras contratuais do mercado formal.

Apontamos ainda que o setor informal se caracteriza por ser um setor heterogêneo, sendo os seus integrantes movidos tanto pela estratégia de sobrevivência, por ter perdido o emprego no mercado formal e por não ter conseguido ingressar em outro trabalho, quanto pela alternativa de vida, em que as pessoas ingressam a partir de motivação. Neste caso, muitas dessas pessoas tiveram um emprego formal e, ao serem demitidas ou se demitirem, passaram a considerar e tornar efetiva uma alternativa de trabalho por conta própria.

Diferentemente do setor formal caracterizado pela rigidez, o informal permite algumas estratégias, como a flexibilidade de horários, a autonomia, a ausência de padrões, entre outras, em que pesem às incertezas e inseguranças que são características do setor informal.

Verificamos, empiricamente, que a informalidade, ao contrário das décadas de 70 e 80, em que era identificada apenas como um setor marginal, não pode mais ser considerada apenas um setor receptor dos trabalhadores do mercado formal de trabalho. Apesar das dificuldades e limitações do mercado, advindas das transformações que vêm ocorrendo na estruturação das relações de trabalho, as pessoas nele inseridas exercem atividades informais movidas pelo desafio, não só de criar melhores condições de trabalho e de vida, como também de vencer como trabalhadores por conta própria. Redesenham, assim, as formas de inserção no processo de trabalho, e, portanto, buscam alternativas frente à exclusão social que lhes foi imposta pelo mercado formal.

Respondendo aos pressupostos que nortearam esta tese, verificamos que a escolha pelo exercício de atividades informais, mesmo que tenha sido a única alternativa viável de enfrentamento da perda de emprego no setor formal, foi a mais presente entre os colaboradores dos grupos focais. Eles buscam constantemente a consecução dos seus objetivos profissionais, fundamentada na conformação de uma referência de trabalho que congregue uma atividade na qual se sintam bem, fazendo-se e se auto-reconhecendo como profissionais, bem como uma condição de trabalho que possibilite o exercício de uma atividade que lhes proporcione poder de decisão. Finalmente, a ocupação realizada no setor

informal viabiliza um padrão de vida razoável para os trabalhadores e seus familiares.

Os dados da pesquisa quantitativa realizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Município de Montes Claros nos permitem concluir que os trabalhadores informais são um grupo variado, com salários e condições de vida também variados. Encontramos no grupo investigado pessoas que têm bons rendimentos, possuem bens e uma condição de vida razoável, como também pessoas que recebem rendimento precário, que não têm estrutura econômica e que, conseqüentemente, sofrem várias privações, por não terem um trabalho regulamentado.

Os dados supracitados e os depoimentos nos grupos focais confirmaram a nossa hipótese principal de que o setor informal é caracterizado pela heterogeneidade, e que congrega tanto pessoas motivadas pela estratégia de sobrevivência como pela alternativa de vida.

Entretanto, um aspecto importante a ser considerado é que a nossa segunda hipótese também foi confirmada, já que se verificou - pelos dados quantitativos e pelos qualitativos - que os trabalhadores informais exercem suas atividades sem nenhum tipo de direitos sociais, característicos das regras do mercado formal. Constatou-se que poucos pagam um tipo de previdência, visando garantir o que o setor informal lhes nega, que é a cidadania pelo trabalho.

Observamos nas falas dos colaboradores dos grupos focais que estes até pensam em como sobreviver, quando não puderem mais trabalhar, mas é uma minoria que está se organizando no sentido de pagar a previdência para se aposentar na velhice. Alguns colaboradores declararam ter como expectativa,

quando tiverem 70 anos, contar com a ajuda dos filhos, aposentar-se por idade, receber uma pensão - sobretudo as mulheres casadas que esperam contar com o benefício dos maridos - e também contar com as próprias economias.

Comprovamos nossa terceira hipótese de que, apesar dos diversos avanços da sociedade, ainda prevalece uma representação de papéis de homens e mulheres nos moldes tradicionais, na medida em que as pessoas têm internalizada uma representação de gênero na qual o homem é o responsável pela aposentadoria futura e a mulher deve sobreviver às custas do dinheiro do marido. Confirma-se o argumento de Daly (2000), de que “as mulheres tiveram por muito tempo sua cidadania vinculada à situação conjugal”. Ou seja, o casamento era o fator definidor da cidadania feminina.

Tampouco as mulheres que são solteiras, viúvas ou divorciadas, que teoricamente não teriam com quem contar quando não pudessem mais trabalhar, pagam algum tipo de previdência para se aposentar.

Há dois tipos de expectativa: a primeira, de que nunca vão deixar de trabalhar, não considerando o peso da idade e tampouco os possíveis problemas de saúde na velhice; a segunda é a de alguma ação governamental no sentido de garantir-lhes a aposentadoria. Assim, há uma atitude contraditória, pois, ao ingressarem no setor informal, chamaram para si a responsabilidade com o seu rendimento mensal, a autonomia pelo fato de não ter um patrão nem de cumprir horários rígidos, mas, ao mesmo tempo, não assumem a responsabilidade da garantia de sua cidadania, neste caso, pela via da aposentadoria, que somente seria efetivada mediante a contribuição previdenciária.

REFERÊNCIAS

ADITEPP – Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos. Consolidação e fortalecimento de relações democráticas de gênero no mundo do trabalho. In I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília, 2000.

AGUIAR, Neuma. **Grupo Doméstico, Gênero e Idade: análise longitudinal de uma plantação canavieira**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. Tese de concurso para professora titular apresentada ao Departamento de Sociologia e Antropologia, 1996.

_____. **Rio de Janeiro Plural: um guia para políticas sociais por gênero e raça**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: IUPERJ, 1994.

ALVES, Maria A.; TAVARES, Maria A. **A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização**. In ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

BAUDELLOT, Christian. **Nada está decidido....** In HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret.(Orgs). As Novas Fronteiras das Desigualdades: mulheres e homens no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Texto apresentado no Seminário Internacional Gênero e Trabalho – MAGE/FCC, São Paulo, 2007. (mimeo.).

_____. **Mudanças e Persistências no trabalho feminino Brasil, 1985 a 1995**. In: Simpósio Internacional Cidadania, Trabalho Feminino e Globalização. CEDHAL/USP, Consulado Americano, Folha de São Paulo. São Paulo, 1997.

_____. **Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Texto apresentado no seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP/NEPO, 1998.

_____. **As mulheres e as “novas” ocupações**. Texto da Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1999.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDE, Rosa Maria. **Mulheres e Homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990**. HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret.(Orgs). As Novas Fronteiras das Desigualdades: mulheres e homens no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTE, Sandra. **Desvendando o oculto: família e trabalho domiciliar em São Paulo**. ABREU, Alice Rangel; SORJ, Bila. (orgs.) O trabalho invisível: estudo sobre trabalhadoras a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andréa B. **Trabalho de Mulheres executivas no Brasil no final do Século XX**. In Cadernos de Pesquisa, v.34, n.138, São Paulo: FCC, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismos e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Informalidade contemporânea na América Latina**. Rio de Janeiro. IPEA, 1999.

CARDOSO, Antônio Dimas. **Movimento Sindical; Políticas Públicas e suas Interações com o Trabalho Informal**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, 2000.

CARDOSO, Antônio Dimas; FERREIRA, Maria da Luz A. **Perfil do Empreendedor Informal no Contexto Urbano de Montes Claros**. Relatório de Pesquisa apresentado à Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais, 1998. (mimeo.).

CAPPELLIN, Paola. **Para igualdades de oportunidades entre homens e mulheres: projetos, desafios e repercussões no mundo do trabalho**. Campinas, São Paulo. Mimeo, 1999.

_____. **Gênero, Trabalho e Cidadania em Tempo de Crise do Emprego**. In: II Encontro de Intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília, 2004.

SANTOS, José Alcides F. **Estrutura de Posições de Classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002

COHN, Amélia. **A Reforma da Previdência Social: virando a página**. In: São Paulo em Perspectiva, 1995.

DALY, Mary. **The Gender Division of Welfare: the impact of the British and German Welfare States**. Cambridge University Press, 2000.

ESTER, JON. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FAORO, Clovis de. **Breve Histórico da evolução do sistema previdenciário**. In: Trabalho e Previdência: sessenta anos em debate. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e representações sociais. HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret.(Orgs). **As Novas Fronteiras das Desigualdades: mulheres e homens no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

FERREIRA, Maria da Luz A. **Trabalho Informal Feminino: repensando atores e sujeitos no contexto de Montes Claros - MG**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, 2000.

_____. **Conflito de Classe: um mecanismo eficiente para garantia dos direitos de cidadania? Discussão conceitual a partir da perspectiva neomarxista**. In Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de Ciências Sociais, v. 1, n.1. Montes Claros, ed.UNIMONTES, 2004.

FREITAS, Carlos Eduardo Soares de. **A regulamentação das relações de trabalho no governo Fernando Henrique Cardoso**. In: FERREIRA, Mário César & ROSSO, Sadi Dal (orgs). **A regulação social do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2003. p. 49-69.

FUENTES, Maritzel Rios. **Setor Informal e Reestruturação Produtiva**. Paraná-Curitiba: Secretaria de Estado de Emprego e Relações de Trabalho, 1998.

GASKEL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual pratico**. Petrópolis, RJ, 2002.

HELENE, Otaviano. **A Reforma da Previdência Social**. In: **A crise brasileira e o Governo FHC**. São Paulo: Xamã CM Editora e Gráfica, 1997.

HIRATA, Helena. **Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero**. In: **Revista Latino-Americana de Estudos del Trabajo**. Ano 4 número 7, 1998.

_____. **Divisão Sexual do Trabalho: novas tendências e problemas atuais**. In: **Gênero no mundo do trabalho**. In: **I Encontro de Intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil**. Brasília, 2000.

_____. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. **Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil**. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais** n.º 11. Vol. 4 out, 1989.

HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret.(Orgs). **As Novas Fronteiras das Desigualdades: mulheres e homens no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **A Divisão Sexual do Trabalho Revisitada**. HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret.(Orgs). As Novas Fronteiras das Desigualdades: mulheres e homens no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Primeiro Retrato da Economia Informal Urbana, 1997**. Texto disponível em <http://www.ibge.gov.br>, data de acesso, 20/12/2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana, 2003**. Texto disponível em <http://www.ibge.gov.br>, data de acesso, 11/10/2006.

KLEIN, Emílio. **Emprego e Heterogeneidade do Setor Informal**. In Classes e Movimentos Sociais na América Latina. Sônia Laranjeira (org.) São Paulo: Hucitec, 1990.

LAUTIER, Bruno. **Os amores tumultuados entre o Estado e a Economia Informal**. In: Contemporaneidade e Educação. Revista dos Estudos da Cultura e Educação Continuada. Rio de Janeiro: IEC, 1997.

LOPES, Rodrigo. **Economia Informal no Rio de Janeiro: problema ou solução**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal: A imaterialidade do trabalho**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, Renato & DOMBROWSKI Osmir. **Mapa do Trabalho Informal na Cidade de São Paulo**. In: JAKOBSEN, Kjeld. Et alli. Mapa do Trabalho Informal: perfil sócioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

MATOS, Marlise. **A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e destradicionalização de gênero no Brasil**. In. ARAÚJO, Clara.; SCALON, Celi. (orgs) Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

MOREIRA, Eliana M. **A regência do afetivo: laços familiares e espaços produtivos**. In ABRAMO, Laís; RANGEL, Alice. (orgs). Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST.1998

MORGAN, David. L. **Focus Groups as Qualitative Research**. CA: Thousand Oaks, 1997.

NEVES, Magda de Almeida. **Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero.** In ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (org). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000.

NEVES, Magda de Almeida; JAYME, Juliana Gonzaga; ZAMBELLI, Paulina. **Trabalho e Cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte.** Texto apresentado no 30º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2006 (mimeo.).

NICHOLSON, Linda. **Interpreting gender. Signs:** Journal of women in culture and society. Chicago: Unisity of Chicago. Vol. 20, n.1, 1994.

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil.** In RBCS v.18,n.53, 2003.

NUNES, Christiane Girard Ferreira. **Economia solidária em tempos sombrios.** In Revista Ser Social (Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília), n.º 5. 1999.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático.** Rio de Janeiro: Zahar, Brasília: ENAP, 1997.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado.** São Paulo: Brasiliense,1989.

OLIVEIRA, Ana M. H. C. **A segregação ocupacional por gênero e seus efeitos sobre os salários no Brasil.** In: VAJNMAN, S. & MACHADO, A. F. (orgs). Mercado de Trabalho: uma análise das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

ORNELAS, Waldeck. **O novo modelo previdenciário brasileiro: uma face de transição.** Texto disponível em <http://www.inss.gov.br>. Data de acesso 20/12/2006

PAMPLONA, João Batista. Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.

PIORE, M; SABEL, C.E. **The Secund Industrial Divide,** Basic Books, New Yorque, 1984.

POLLACK, Molly. **Reflexiones sobre los indicadores del mercado de trabajo para ele diseno de politicas com un enfoque basado em ele género.** Comisión Económica para a América Latina y El Caribe. Santiago de Chile, 1997.

POLLACK, M.; JUSIDMAN, C. **El sector informal urbano desde la perspectiva de género.** El caso de México.Série Mujer y desarrollo, Nações Unidas. Chile, 1997

PRANDI, José Reginaldo. **O Trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

RIFKIN, Geremy. **O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Book, 1995.

RIVERO, Patrícia Silveira. **Escolhendo entre Fragmentos: qual trabalho seria melhor sendo eu...? Os processos de informalização do trabalho no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **A Estrutura de Posições de Classe no Brasil**. BH: ed. UFMG; RJ: IUPERJ, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política na ordem social Brasileira**. Rio de Janeiro: Campos, 1995.

SAYERS, Janet. **Biological Politics: Feminist and Anti-Feminist Perspectives**. London; New York: Tavistock Publications, 1982.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade, 20 (2), 1995.

SILVA, Luiz Antônio M; CHINELLI, Filippina. **Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual**. In contemporaneidade e Educação. Revista dos Estudos da Cultura e Educação Continuada. Rio de Janeiro: IEC. 1997.

SILVA, Susana Maria Veleda. **Trabajo Informal, gênero y cultura: el comércio callejero e informal en el sur do Brasil**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, 2003.

SIQUEIRA, Suely. **Os Contornos da Informalidade: o caso valadarense**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1998.

SOARES, Fábio Veras. **Some stylized facts of the informal sector in Brazil in the 1980's and 1990's**. Texto para discussão nº 1020. IPEA. Brasília, 2004. disponível em www.ipea.org.br data do acesso: 20/06/2006.

SOARES, Fábio Veras. **Do informal workers queue for formal jobs ins Brazil?** Texto para discussão nº 1021. IPEA. Brasília, 2004. disponível em www.ipea.org.br data do acesso: 20/06/2006.

SORJ, Bila. **Trabalho e Responsabilidades Familiares: um estudo sobre o Brasil**. Relatório de Pesquisa apresentado à Organização Internacional do Trabalho. (mimeo).Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TAVARES, Laura. **As Mulheres na Reforma da Previdência: O Desafio da Inclusão Social**. CFEMEA-FES/ILDES. Brasília, 2003.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TOKMAN, Victor E. *El sector informal: quince años después*. El trimestre Económico, n. 215. p. 513-536, julio-septiembre, 1987a

TOMAZINI, Sonia Terezinha. **Emprego Informal e Trabalho por conta própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1995.

VASCONCELLOS, Eliane Julie G. **Trabalhadores Informais: o sentido de sua escolha de trabalho**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 1994. (mimeo.)

VIANA, M. L. T. W. **Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

VIDAL, Léa Ewerton. **Trabalho Informal e Cidadania: representações sociais dos vendedores ambulantes de alimentação em Brasília**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília. Brasília, 1996.

Vieira, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ANEXOS

Figura 1 – O Shopping Popular de Montes Claros - MG



O Shopping Popular, Local projetado para agregar os “camelôs” da Praça Dr.Carlos em Montes Claros (MG).

FONTE: Fotografia da Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Montes Claros, Adaptação de PAULA, Andréa M.N. R. de. maio/2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
DOUTORADO EM CIÊNCIAS HUMANAS (SOCIOLOGIA E POLÍTICA)

TESE: TRABALHO INFORMAL E CIDADANIA: HETEROGENEIDADE SOCIAL E
RELAÇÕES DE GÊNERO

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

1 – Gostaríamos que cada um de vocês nos dissesse por que escolheu trabalhar sem carteira assinada (por conta própria) ao invés de trabalhar (em firma, em loja), com carteira assinada?

2 – Agora gostaríamos que vocês nos dissessem se já trabalharam ao mesmo tempo em um emprego de carteira assinada e um emprego sem carteira assinada? (para os que responderem sim) as atividades eram parecidas?

3 – As pessoas que trabalham com carteira assinada, não têm os direitos garantidos no trabalho com carteira assinada como a aposentadoria, por exemplo. O que você pensa sobre isso? Como vai viver, (vai se sustentar), quando ficar velho (a) e não puder mais trabalhar?

4 – Gostaríamos de saber se você paga algum tipo de previdência para aposentar-se futuramente? (quem responder que sim) qual previdência e valor da contribuição (quem responder que não). Como você pensa que vai viver quando não puder mais trabalhar?

5 – Independente de ser homem ou mulher, todos devem pensar na aposentadoria do trabalho, porque na era do divórcio não dá pra contar com a pensão do marido, quando se tem idade avançada. Qual é a sua opinião? (ênfase na importância da opinião para perceber o que eles pensam).

6 – Agora gostaríamos que você nos respondesse: o que o trabalho significa para você? Você se sente valorizado (a) pelo trabalho? (perceber se é apenas a questão financeira, ou se a pessoa se sente valorizada pelo trabalho).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
DOUTORADO EM CIÊNCIAS HUMANAS (SOCIOLOGIA E POLÍTICA)

TESE: TRABALHO INFORMAL E CIDADANIA: HETEROGENEIDADE SOCIAL E
RELAÇÕES DE GÊNERO

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS
1 – Nome:
2 – Estado civil:
3 – Idade:
4 – Tem filhos? () Não () Sim Número de filhos:
5 – Religião:
6 – Renda:
7 – Renda mensal familiar:
8 – Situação do imóvel: () próprio () alugado () cedido () outro:
REFERENTE AO TRABALHO NO MERCADO FORMAL
9 – Com que idade ingressou no mercado de trabalho?
10 – Qual era a sua ocupação?
11 – Se nunca trabalhou no mercado informal, por qual motivo?
REFERENTE AO TRABALHO INFORMAL
12 – Há quanto tempo exerce o trabalho informal?
13 – Ocupação:
14 – Onde você exerce o trabalho informal?
15 – Quantas horas você trabalha por dia?
16 – Trabalha nos finais de semana?
17 – Você já exerceu (ao mesmo tempo), uma atividade formal e uma informal? Por que?
18 – Possui ajudantes: _____ Quantos: _____ Quantas horas trabalham por dia? _____
Salário pago: _____